



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília – Março/2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 107/2010 e 117/2011 e da Portaria TCU nº 277/2010, bem como das orientações da Portaria Nº 2.546/2010, da Controladoria-Geral da União.

Brasília – Março/2012

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS	5
LISTA DE QUADROS, FIGURAS e GRÁFICOS.....	8
FIGURA	9
GRÁFICOS	9
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
2 Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.....	13
2.a) Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	13
2.a.I) Competência Institucional.....	13
2.a.II) Objetivos Estratégicos.....	16
2.b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	17
2.b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	17
Processos do Planejamento	17
Formulação	17
Monitoramento	17
Avaliação.....	17
2.b.II) Análise do Plano de Ação da Unidade	19
I) Gestão de Haveres da União	19
I.2) Haveres Mobiliários da União	26
II) Gestão de Obrigações da União	29
II.1) Assunção e reestruturação de passivos.....	31
II.2) Dívida Pública.....	33
III.3) Operações Oficiais de Crédito.....	38
III) Administração Orçamentário-Financeira	39
IV) Planejamento e Estatísticas Fiscais	41
V) Relações Financeiras Intergovernamentais.....	48
VI) Transferências Financeiras Intergovernamentais.....	52
VII) Contabilidade Pública.....	53
VIII) Tecnologia da Informação.....	59
2.c) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	63
2.c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	63
Análise do Resultado Alcançado	64
Ação 6490 – Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União	65
Ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional	66
Ação 2086 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.....	68
Ação 3599 – Novo SIAFI	69
Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados	70
Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.....	71
Análise da execução físico-financeira	71
2.c.II) Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade	72
2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	72
2.d.I) Programação Orçamentária das Despesas.....	72
Programação de Despesas Correntes e de Capital	73
Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública	73
a) Programação de Despesas Correntes e de Capital.....	73
b) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	75
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	79
2.d.I.1) Programação Orçamentária das Despesas - Outras Ações Orçamentárias.....	78
I) Identificação das Unidades Orçamentárias	78
II) Unidade Gestora 170.512 – Haveres Financeiros	78
a) Programação de Despesas Correntes e de Capital.....	78
III) Unidades Gestoras 170.700/170.701/170.702/170.703 – Recursos Geridos pela COPEC.....	80
a) Programação de Despesas Correntes e de Capital.....	80
IV) Unidade Gestora 170.510 – Recursos Geridos pela COPAR	82
a) Programação de Despesas Correntes e de Capital.....	82
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	88
IV) Unidade Gestora 170.510 – Recursos Geridos pela COFIS	89
Haveres Financeiros Administrados pela COAFI - Unidade Gestora 170.512	95
2.d.II. Execução Orçamentária das Despesas	99
Recursos Geridos pela COPEC - Unidades Gestoras UG 170700, 170701, 170702 e 170703	104
2.d.III) Indicadores Institucionais.....	114
I) Gestão de Haveres da União	114
II) Relações Financeiras Intergovernamentais	119

3	Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	123
4	Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	124
	I) Programa 0773 - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	124
	II) Haveres Financeiros - Unidade Gestora 170.512.....	124
	III) Dívida Pública - Unidade Gestora 170.600.....	125
	IV) Recursos Geridos pela COPEC – Unidades Gestoras UG 170700, 170701, 170702 e 170703	125
5	Informações sobre Recursos Humanos da STN.....	127
	a) Composição do Quadro de Servidores Ativos da STN.....	127
	a1) Composição do Quadro de Recursos Humanos	127
	a2) Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária.....	128
	a3) Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	128
	b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	128
	c) Composição do Quadro de Estagiários	129
	d) Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	129
	e) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	129
	f) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.	130
6	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	131
	6.1) Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2010.....	131
	6.2) Resumo dos Instrumentos Celebrados pela STN nos Três Últimos Exercícios.....	131
	6.3) Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes ...	132
	6.4) Transferência Financeira à Fundação Getúlio Vargas (FGV)	132
7	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	133
8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	134
9	Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da STN.....	135
10	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.....	136
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da STN, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	136
12	Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação da STN	137
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.....	138
14	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.	138
15	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acordos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. ..	139
16	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	150
17	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	150
18	Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	166
19	Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos.....	167
	19.1) Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE.....	167
	19.1.1) Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais	167
	19.1.2) Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.....	168
	19.1.3) Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE.....	171
	19.2) Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF	176
	19.1.2) Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais	176
	19.1.2) Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.....	177
	19.1.3) Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais - PREMEF.....	179

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público
AGF - Aquisições do Governo Federal
AGU - Advocacia-Geral da União
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASSEC - Assessoria Econômica
BDCO - Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC - Cadastro Único de Convênio
CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CESEF - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
CFT-E - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional
CGU - Controladoria-Geral da União
CMN - Conselho Monetário Nacional
COAFI - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
COAPI - Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público
COBIT - Control Objectives for Information and related Technology
CODIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
CODIP - Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira
COFIS - Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais
COGEP - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública
COGER - Coordenação-Geral de Riscos Operacionais
COGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos
COINT - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
COMITÊ DE GE - Comitê de Gestão Estratégica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONED - Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias
COPEC - Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
COPEM - Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
COSIS - Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação
CPR - Contas a Pagar e a Receber
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOU - Diário Oficial da União
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
EGF - Empréstimos do Governo Federal
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FC/RFFSA - Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A

FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDIC - Fundos de Investimento em Direito Creditório
FFIE - Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos
FGO - Fundo de Garantia de Operações
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEL - Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM/FPE - Fundo de Participação dos Municípios/dos Estados
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GMM - Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LLOYDBRÁS - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
MF – Ministério da Fazenda
NA – Não se aplica
NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
OOC – Operações Oficiais de Crédito
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACE - Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
PAF - Plano Anual de Financiamento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S/A
PPA - Plano Plurianual
PPI – Projeto Piloto de Investimentos
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROEX - Promoção das Exportações
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVARZEAS - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
RFB - Receita Federal do Brasil
RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SDE - Secretaria de Direito Econômico
SECAD – Secretaria-Adjunta
SEGES - Secretaria de Gestão
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC - Sistema de Custos para a Administração Pública Federal
SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União
SICOF - Sistema de Coleta de Dados Fiscais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISTC - Sistema de Transferências Constitucionais
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SOTN - Sistema de Operações do Tesouro Nacional
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPOA – subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UCP – Unidade de Coordenação de Programa

LISTA DE QUADROS, FIGURAS e GRÁFICOS

QUADROS

Quadro I – Identificação da Unidade	10
Quadro II - Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	10
Quadro III - Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	11
Quadro IV - Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	11
Quadro V – Haveres Financeiros	19
Quadro VI - Contratos Firmados com o BNDES Em 2011	22
Quadro VII – Participação em Fundos.....	23
Quadro VIII - Relatório da Dívida Líquida dos Dispendios do Tesouro Nacional	25
Quadro IX - Participações acionárias destinadas ao Fundo de Garantia para a Construção Naval	27
Quadro X – Processos Analisados entre Janeiro e Dezembro de 2011	49
Quadro XII – Total de Operações Autorizadas a Receber Garantia da União	49
Quadro XIII - Operações de Crédito Externo	
A) Operações de Crédito Externo de Interesse de Estados	49
B) Operações de Crédito Externo de Interesse de Municípios.....	50
C) Operações de Crédito Externo de Interesse de Empresas Estatais	50
Quadro XIII Operações de Crédito Interno de Interesse de Estados.....	51
Quadro XIV - Operações de Crédito Interno de Interesse de Municípios.....	51
Quadro XV - Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....	63
Quadro XVI - Execução Financeira da Ação 2081 - Sistemas Informatizados da STN	67
Quadro XVII- Execução Físico-Financeira da Ação 2081- Sistemas Informatizados da STN.....	67
Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI	68
Quadro XIX - Execução Físico-Financeira da Ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI ...	69
Quadro XX - Execução Físico-Financeira da Ação 3599 - Novo SIAFI	70
Quadro XXI - Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade	72
Quadro XXII - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	72
Quadro XXIII - Programação de Despesas Correntes – UG 170.600.....	75
Quadro XXIV - Programação de Despesas Capital – UG 170.600.....	73
Quadro XXV - Quadro Resumo da Programação de Despesas - UG 170.600.....	74
Quadro XXVI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Programa 0773 - Despesa Corrente.....	77
Quadro XXVII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Programa 0773 – Despesa de Capital	77
Quadro XXVIII - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	78
Quadro XXIX - Programação das Despesas Correntes – UG 170.512	78
Quadro XXX - Programação das Despesas de Capital – UG 170.512.....	79
Quadro XXXI – Quadro Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512	79
QUADRO XXXII - Programação de Despesas Correntes.....	83
QUADRO XXXIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	83
Quadro XXXIV - Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	84
QUADRO XXXV - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	85
Quadro XXXVI - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	85
QUADRO XXXVII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	86
QUADRO XXXVIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	87
Quadro XXXIX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	88
Quadro XL - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	88
Quadro XLI – Metas e Resultados – Ação 0373.....	89
Quadro XLII - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0705.....	90
Quadro XLIII – Metas e Resultados – Ação 00CZ.....	92
Quadro XLIV – Metas e Resultados – Ação 00EC.....	93
Quadro XLV – Metas e Resultados – Ação 00ED	93
Quadro XLVI – Metas e Resultados – Ação 00EE.....	94
Quadro XLVII - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 170.512.....	95
Quadro XLVIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512.....	96
Quadro XLIX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512.....	96
Quadro L - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 2C86.....	97

Quadro LII - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	99
Quadro LIII – Quadro Resumo da Execução OrçamentárioFinanceira da UG 170.600.....	104
Quadro LIV – Programação de Despesa Corrente – Ação 00EF.....	105
Quadro LV – Programação de Despesa Corrente – Ação 000K.....	105
Quadro LVI – Programação de Despesa Corrente – Ação 0265.....	106
Quadro LVII – Gestão de Haveres - Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa.....	114
Quadro LVIII – Gestão de Haveres - Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa.....	114
Quadro LIX – Ação 0705 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	116
Quadro LX – Ação 2C86 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	116
Quadro LXI – Ação 0272 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	117
Quadro LXII – Recebimentos Realizados pela COAFI - Exercício 2011.....	118
Quadro LXIII: Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2011.....	118
Quadro LXIV: Indicadores de Desempenho – Programas de Reestruturação.....	120
Quadro LXV: Indicadores de Desempenho – Receita Real Líquida.....	121
Quadro LXVI: Indicadores de Desempenho – Consolidação dos Balanços.....	121
Quadro LXVII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	124
Quadro LXVIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512.....	124
Quadro LXIX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600.....	125
Quadro LXX - Composição do Quadro de Servidores Ativos da STN.....	127
Quadro LXXI - Composição do Quadro de Estagiários.....	129
Quadro LXXII - Custos associados à Manutenção dos Recursos Humanos.....	129
Quadro LXXIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	130
Quadro LXXIV – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	131
Quadro LXXV – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	131
Quadro LXXVI – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes... ..	132
Quadro LXXVII - Estrutura de Controles Internos da STN.....	135
Quadro LXXVIII – Gestão de TI da STN.....	137
Quadro LXXIX – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	139
Quadro LXXX – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2011 – COAFI.....	153
Quadro LXXXI – Contratos de Garantias Externas – 2011.....	162
Quadro LXXXII – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	171
Quadro LXXXIII – Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” - PACE.....	171
Quadro LXXXIV – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	179
Quadro LXXXV – Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” - PREMEF.....	179

FIGURA

Figura I – Estrutura Organizacional da STN.....	15
Figura II – Objetivos Estratégicos 2011 – 2014.	18

GRÁFICOS

Gráfico I: Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 1 bilhão em 2011.....	153
Gráfico II: Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2011.....	154
Gráfico III: Distribuição dos Recebimentos entre os Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2011.....	156
Gráfico IV: Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31.12.2011.....	157
Gráfico V: Execução PACE 2010 (US\$).....	168
Gráfico VI – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$).....	178

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro I – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 1696	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Tesouro Nacional			
Denominação abreviada: STN			
Código SIORG: 1696	Código LOA: Não há	Código SIAFI: 25805	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412 2222	--	--
Endereço eletrônico: coger.df.stn@fazenda.gov.br			
Página da Internet: http:// www.stn.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º Andar – CEP 70.048-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986			
Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, revogado pelo Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 - Aprova a Estrutura Regimental e o quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da STN - Portaria MF Nº 141, de 10 de julho de 2008 – Publicação no Boletim de Pessoal/COGRH/SPOA/MF nº 28 de 11/07/2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual SIAFI			

Quadro II - Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170.007	COORD-GERAL DE DESENVOL.INSTITUCIONAL-CODIN
170.403	UCP/STN - PACE - RECURSOS EXTERNOS
170.453	STN/COAPI - PPI - TAL
170.474	FUNDO SOBERANO DO BRASIL
170.500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170.501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170.502	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN
170.503	SETORIAL DE CONTABILIDADE - COFIN/STN
170.504	COFIN EXTERIOR DOLAR
170.505	COFIN EXTERIOR EURO
170.506	COFIN EXTERIOR IENE
170.508	STN/COAPI – DOAÇÃO BIRD TF55483
170.509	COORD.-GERAL ANAL.ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO
170.510	COORD.DE CONTR.DE RESP.E HAVERES FINANC./STN
170.512	COORDENACAO GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170.515	COORD.GER.DE ANAL.EST.FISC.DE EST./MUNICIPIOS
170.518	COORD.GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS FISCAIS
170.519	COORD.GERAL DE PLANEJ.ESTRAT.DA DIV.PUBLICA
170.521	COORD.-GERAL DE OPER.DE CRED.EST.E MUNICIPIOS
170.526	COFIS-PROJETO BIRD 76600

170.528	COFIN EXTERIOR – FRANCO SUICO
170.600	COORD.GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA
170.601	PROGER-GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA
170.700	COORD.DAS OPER.DE CRED.DO TES.NACIONAL - STN
170.701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF
170.702	COPEC/PROEX
170.703	COPEC/PROAGRO/PROG. ESP. SAN. ATIVOS
170.704	COPEC/U.RURAIIS/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR
170.705	COORD.-GERAL DE GER. DE FUNDOS E OP FISCAIS
170.706	COPEC/SECURITIZACAO/PRODUTOS/CONAB
170.707	COPEC/PROFIR-OECF
170.708	COPEC/PROG. DE RECUP. DA LAV. CACAUEIRA BAIANA
170.709	COPEC/PAPP
170.710	COPEC/PROG.REVIT.DE COOP.DE PROD.AGROP.RECOOP
170.711	COPEC/PROVARZEAS-KFW
170.712	COPEC/PRODECER-II RURAL
170.013	COPEC/PESA-PROG.ESPECIAL DE SANEAM. DOS ATIVOS
170.716	COPEC/U.INDUSTRIAIIS/ALCOOL/PNDA
170.719	COPEC/PNDR
170.720	COPEC/CUSTEIO AGROPECUARIO
170.721	COPEC/EGF
170.722	COPEC – PRONAF
170.723	COPEC/AGF
170.724	COPEC/ESTOQUES REGULADORES
170.726	COPEC/PROAGRO
170.727	COPEC/GARANTIA/SUST. PRECOS
170.800	COORD.-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – STN
170.802	COORDENACAO-GERAL SIST.INFORMAT.-CONTROLE/STN
170.803	REGISTRO AUTOMATICO P/IMPORTACAO DE DADOS-STN
170.804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170.850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170.860	COORD. ANALISE E INF TRANSF FIN INTERGOV/STN
170.998	COORD-GERAL DE NORMAS CONTAB. APL. A FEDERACAO
170.999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE

Fonte: SIAFI – Transação CONUG – Órgão 25000 – Ministério da Fazenda

Quadro III - Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Quadro IV - Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.007	00001 – Tesouro Nacional
170.403	00001 – Tesouro Nacional
170.453	00001 – Tesouro Nacional
170.474	00001 – Tesouro Nacional
170.500	00001 – Tesouro Nacional
170.501	00001 – Tesouro Nacional
170.502	00001 – Tesouro Nacional
170.503	00001 – Tesouro Nacional
170.504	00001 – Tesouro Nacional
170.505	00001 – Tesouro Nacional
170.506	00001 – Tesouro Nacional

170.508	00001 – Tesouro Nacional
170.509	00001 – Tesouro Nacional
170.510	00001 – Tesouro Nacional
170.512	00001 – Tesouro Nacional
170.515	00001 – Tesouro Nacional
170.518	00001 – Tesouro Nacional
170.519	00001 – Tesouro Nacional
170.521	00001 – Tesouro Nacional
170.526	00001 – Tesouro Nacional
170.528	00001 – Tesouro Nacional
170.600	00001 – Tesouro Nacional
170.601	00001 – Tesouro Nacional
170.700	00001 – Tesouro Nacional
170.701	00001 – Tesouro Nacional
170.702	00001 – Tesouro Nacional
170.703	00001 – Tesouro Nacional
170.704	00001 – Tesouro Nacional
170.705	00001 – Tesouro Nacional
170.706	00001 – Tesouro Nacional
170.707	00001 – Tesouro Nacional
170.708	00001 – Tesouro Nacional
170.709	00001 – Tesouro Nacional
170.710	00001 – Tesouro Nacional
170.711	00001 – Tesouro Nacional
170.712	00001 – Tesouro Nacional
170.013	00001 – Tesouro Nacional
170.716	00001 – Tesouro Nacional
170.719	00001 – Tesouro Nacional
170.720	00001 – Tesouro Nacional
170.721	00001 – Tesouro Nacional
170.722	00001 – Tesouro Nacional
170.723	00001 – Tesouro Nacional
170.724	00001 – Tesouro Nacional
170.726	00001 – Tesouro Nacional
170.727	00001 – Tesouro Nacional
170.800	00001 – Tesouro Nacional
170.802	00001 – Tesouro Nacional
170.803	00001 – Tesouro Nacional
170.804	00001 – Tesouro Nacional
170.850	00001 – Tesouro Nacional
170.860	00001 – Tesouro Nacional
170.998	00001 – Tesouro Nacional
170.999	00001 – Tesouro Nacional

2 Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

2.a) Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.a.I) Competência Institucional

Conforme definido no Art. 21, Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que revogou o Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;

II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;

III - administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional;

IV - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou a organismos internacionais, bem como o gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;

V - administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;

VI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;

VIII - implementar as ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei;

IX - editar normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública;

X - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;

XI - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;

XII - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;

XIII - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XIV - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições;

XV - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XVI - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;

XVII - manter e aprimorar o Plano de Contas e o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Federal;

XVIII - instituir, manter e aprimorar sistemas de registros contábeis para os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XIX - instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam produzir informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial;

XX - elaborar as demonstrações contábeis e relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;

XXI - editar normas gerais para consolidação das contas públicas nacionais;

XXII - consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XXIII - promover a integração com os demais Poderes da União e das demais esferas de governo em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XXIV - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

XXV - elaborar e divulgar, no âmbito de sua competência, estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;

XXVI - estabelecer, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e avaliar o cumprimento dos compromissos fiscais dos Municípios que firmaram contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito da legislação vigente;

XXVII - verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais;

XXVIII - divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente;

XXIX - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos;

XXX - gerir o Fundo Soberano do Brasil de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo, de que trata o art. 6º da referida Lei;

XXXI - verificar a adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

XXXII - operacionalizar e acompanhar a gestão de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e elaborar parecer prévio e fundamentado quanto à viabilidade da concessão de garantias e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004, para a contratação de parceria público-privada, consoante o inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei;

XXXIII - estruturar e articular o sistema federal de programação financeira, envolvendo os órgãos setoriais de programação financeira, com o objetivo de dar suporte à execução eficiente da despesa pública em geral, e dos projetos de investimento em particular;

XXXIV - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

XXXV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais;

XXXVI - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais; e

XXXVII - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à

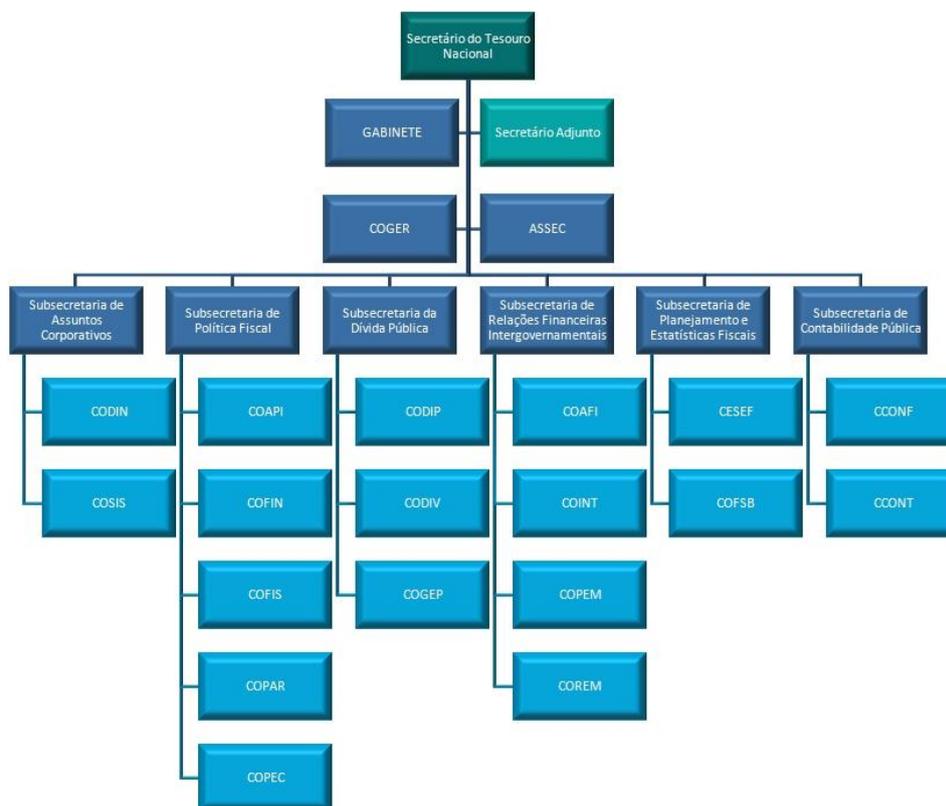
programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, à verificação de capacidade de pagamento, à ocorrência de compromissos contingentes; a sistema de informações gerenciais, à administração de haveres e obrigações sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º No que se refere à despesa pública, inclusive aspectos associados à programação orçamentária, monitoramento e avaliação, conforme mencionado nos incisos VII, XI, XX, XXI, XXII e XXIII, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá executar suas atribuições em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando suprir eventuais lacunas e aprimorar os procedimentos usuais nessa área.

§ 2º Os produtos gerados em decorrência da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional na área da despesa pública, em especial no que se refere às atividades de monitoramento e avaliação, deverão ser compartilhados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a permitir sua plena integração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Para desimcumbir-se de suas atividades a STN possui a seguinte estrutura organizacional:

Figura I – Estrutura Organizacional da STN

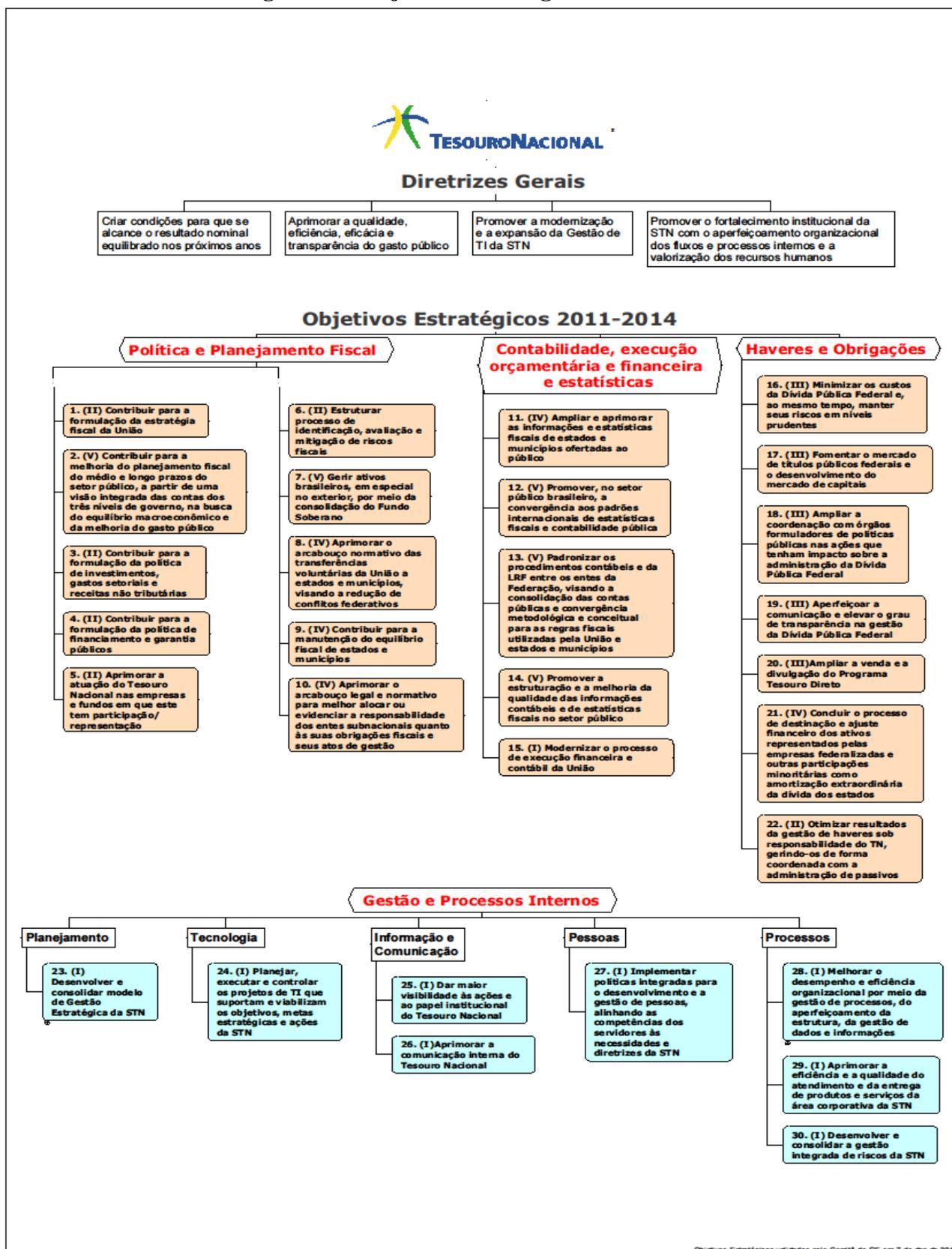


Posição: Janeiro de 2011

2.a.II) Objetivos Estratégicos

Para o período de 2011 a 2014, a STN definiu os seguintes objetivos estratégicos:

Figura II – Objetivos Estratégicos 2011 – 2014



2.b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

Processos do Planejamento

Os ciclos de planejamento do Tesouro Nacional tem periodicidade anual e são estruturados em três etapas ou processos independentes: formulação, monitoramento e avaliação.

Formulação

A Formulação incorpora a avaliação dos resultados do planejamento do ciclo anterior; a análise da conjuntura nacional e internacional bem como das prioridades e direcionadores governamentais; a definição de balizadores para um novo planejamento; a eventual revisão das diretrizes e objetivos estratégicos; o estabelecimento e priorização das metas anuais e o detalhamento de seus planos de ação.

Nesta etapa, o planejamento recém-criado é divulgado intensamente à instituição por meio de palestras dos subsecretários, matérias na intranet, painéis, folders, entre outras mídias, buscando-se, a cada exercício, motivar de forma ampla e criativa o corpo funcional.

Destaca-se, ainda, que nesta etapa as metas conjuntas merecem especial atenção, programando-se reuniões em que seus objetivos são debatidos, nivelados entre corresponsáveis e elaborados seus planos de ação.

Monitoramento

Esta etapa tem como proposta acompanhar, analisar e compartilhar, entre as Coordenações-Gerais envolvidas, o status de execução dos planos identificando eventuais dificuldades, definindo encaminhamentos corretivos necessários (planos de contingência) e promovendo a melhoria da capacidade de gestão da equipe.

O ápice do monitoramento são oficinas realizadas quadrimestralmente, em que participam os Subsecretários responsáveis pelas metas em análise, que determinam ciclos de controle com quatro meses de duração. Encerra-se cada ciclo com uma reunião do Comitê de Gestão Estratégica, permitindo-se, no segundo ciclo, propostas de revisão das metas originais.

Também nesta etapa há forte esforço de comunicação a fim de socializar as informações, produto das oficinas de monitoramento, intra e inter Subsecretarias para apropriação do processo pelo corpo funcional.

Avaliação

Ao final de cada ano é realizada avaliação quanto ao alcance dos resultados originalmente pretendidos que oferece suporte para a formulação do plano do próximo exercício.

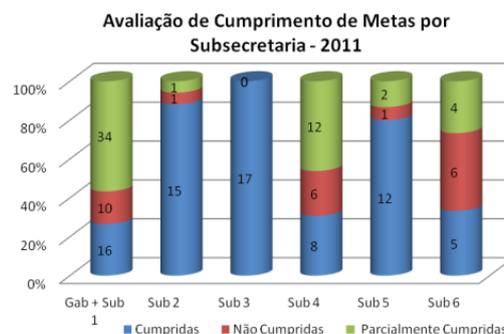
As avaliações são registradas pelos próprios responsáveis pelas metas no sistema de apoio ao planejamento onde também ficam preservados os arquivos da documentação produto dessas metas.

Além da situação (cumprida, parcialmente cumprida ou não cumprida), o sistema permite registrar as principais dificuldades enfrentadas, eventuais razões para o não cumprimento das metas, as

lições aprendidas, o impacto consequente do realizado e a indicação de próximos passos para a complementação ou sustentabilidade dos trabalhos executados.

A avaliação também é objeto de divulgação com intuito de prestação de contas, aprendizagem, fomento da cultura do planejamento e destaque das transformações ocorridas naquele ciclo do planejamento.

Status da Avaliação das Metas do TN - 2011



Segue abaixo o produto do Planejamento Estratégico de 2011 da Secretaria do Tesouro Nacional referente às metas de maior relevância para a instituição (nível 1) com sua respectiva avaliação.

Número	Metas de Nível 1	Observações	Avaliação 2011
1.1	O TN se posicionou sobre a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)	Foi produzida a Nota Técnica nº 510 STN COFIN sugerindo a prorrogação da DRU, sendo esta prorrogada em dezembro.	CUMPRIDA
2.1	Comitê de acompanhamento / discussão da política fiscal está em operação	Comitê criado e em operação.	CUMPRIDA
2.4	Elaborado e discutido no âmbito do TN estudo sobre desafios fiscais do setor público	Foram cumpridos os objetivos propostos para a meta. Foi estabelecida para 2012 meta para aprimoramento da sistemática de acompanhamento do resultado nominal.	CUMPRIDA
4.1	O TN propôs uma política de financiamento e garantias públicos	Execução do cronograma conforme planejado.	CUMPRIDA
7.1	A COFSB submeteu ao Conselho Deliberativo do FSB propostas para aplicação de recursos do FSB e implementou o que foi definido pelo Conselho	Foi submetida ao Secretário do Tesouro a proposta de projeto piloto de investimentos.	CUMPRIDA
10.1	Foi proposta alteração na LRF para aprimorar o conceito de operação de crédito e racionalizar procedimentos de análise e autorização de operações de crédito e garantia pela União e entes subnacionais	A meta teve como impacto a simplificação do processo de análise de pleitos para contratação de operação de crédito por Entes Subnacionais.	CUMPRIDA
13.1	O TN posicionou-se sobre o Projeto de Lei complementar de finanças públicas	A meta está aguardando posicionamento político do governo para a sua continuidade. Ocorreram diversas reuniões com a Consultoria de Orçamento do Senado Federal para discussão dos temas relacionados ao Projeto.	NÃO CUMPRIDA
14.2	Publicadas e disseminadas informações fiscais em conformidade com os critérios e normas vigentes no país e com padrões metodológicos decorrentes de acordos internacionais de que a União faça parte (+OE 11, 12 e 25)	Meta ampla com cumprimento parcial dos objetivos. O cumprimento parcial da criação do Módulo Fiscal deve-se a atrasos técnicos da parte dos desenvolvedores (Consórcio Vates-QPlus), não necessariamente sob a gestão da STN.	PARCIALMENTE CUMPRIDA

2.b.II) Análise do Plano de Ação da Unidade

Na busca do cumprimento dos objetivos estratégicos acima descritos, a STN empreendeu em 2011 diversas ações, entre as quais se destacam:

I) Gestão de Haveres da União

Contempla Haveres Financeiros como: Recuperação de Haveres; Gestão de Programas envolvendo Operações de Crédito de Fomento Agropecuário, Agroindustrial e Exportação; e Recuperação e realização de Operações de Crédito e de Refinanciamento/Repartição do montante arrecadado.

Além disso há a gestão dos haveres mobiliários que traduzem-se em atividades como: Análise das Empresas Estatais e Entidades da Administração Indireta; Registro e Acompanhamento da Carteira de Haveres Mobiliários; Proposição de Conselheiro Fiscal para empresas de cujo capital a União participe; e Acompanhamento, orientação técnica e avaliação da atuação dos representantes da STN nos Conselhos.

Quadro V – Haveres Financeiros

GRUPO DE HAVERES	Saldos em 31.12.2011	saldos em 31.12.2012
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.710.180.889,16	5.630.552.436,32
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	59.978.552.529,57	51.690.008.532,94
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	8.191.436.170,22	7.809.440.774,78
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	336.405.045.699,72	273.006.807.279,27
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL	14.789.437.403,74	14.799.078.596,20
TOTAL	425.074.652.692,41	352.935.887.619,51

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União sucedeu as entidades extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais extintas e/ou dissolvidas nos termos da citada Lei foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Os créditos mais recentes transferidos para controle desta Secretaria são os provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30 de junho de 2006. Os montantes recebidos em 2011 pela União, referentes aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial - ECE totalizaram R\$ 65.648,52 e R\$ 14.782.942,73, respectivamente.

Vale ressaltar que, de acordo como Decreto nº 6.191, de 20 de agosto de 2001, coube ao Ministério de Minas e Energia disciplinar, em conjunto com o Ministério da Fazenda e ouvida previamente a ANEEL, a devolução aos consumidores dos saldos dos Encargo de Capacidade Emergencial e de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial

Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, bem como créditos a serem pagos pela ITAIPU, resultantes dos Contratos no 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, proveniente da assunção pela União de dívidas daquela Instituição perante diversos Bancos, tiveram seu vencimento em 2009 e, dado que não foram quitados, esta STN encaminhou ao INSS o Ofício nº 124/2011/GERAT/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF, de 12 de agosto de 2011, informando sobre a possibilidade de sua inscrição em Dívida Ativa da União - DAU.

Relativamente aos contratos de cessão de arrendamentos celebrados com a extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, do total de R\$ 461.687.066,44, previstos para recebimento em 2011, foi efetivamente recebido pela STN o montante de R\$ 423.162.652,17.

Por fim, os contratos celebrados entre a União e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, que se encontram em situação de normalidade, inclusive aqueles pagamentos referentes ao Ativo Regulatório decorrente da retirada do fator de reajuste, autorizado pela Lei nº 11.480, de 30 de maio de 2007, geraram o recebimento de R\$ 1.255.721.372,68 em 2011 para o Tesouro Nacional.

Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND.

Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29 de dezembro de 2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11 de julho de 2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

Para as citadas operações, que encontram-se em situação de normalidade, o saldo total em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 8.191.436.170,22, e o fluxo de pagamento resultou na arrecadação de R\$ 520.984.357,40 em 2011.

Haveres Originários de Legislação Específica

Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998 e da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998 e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na Empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Merecem destaque as operações realizadas com o BNDES, formalizadas por meio do contrato no 652/PGFN/CAF, de 14 de junho de 2011, e do contrato nº 703/PGFN/CAF, de 13 de dezembro de 2011, ambas autorizadas pela Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011.

Vale ressaltar que por meio do Contrato nº 652/PGFN/CAF, foi liberado crédito no valor de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), para ampliação dos limites operacionais do BNDES. Para tanto, a União emitiu títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna que vencem em julho de 2011, maio de 2017, agosto de 2024, maio de 2035 e maio de 2045.

No que se refere ao Contrato nº 703/PGFN/CAF, a União concedeu crédito, ao BNDES, no montante de R\$ 25.000.000.000,00 (vinte e cinco bilhões de reais), também para a ampliação dos limites operacionais daquele Banco, dos quais foram liberados R\$ 15.000.000.000,00 em 15 de dezembro de 2011 e R\$ 10.000.000.000,00 em 19 de janeiro de 2012.

Quadro VI - Contratos Firmados com o BNDES Em 2011

Contrato nº	Data da Celebração	Base Legal	Valor R\$
619	15.3.2011	Medida Provisória nº 505, de 24.9.2010	R\$ 5.246.461.859,42
652	14.6.2011	Medida Provisória nº 526, de 4.3.2011	R\$ 30.077.791.558,38
703	13.12.2011	Medida Provisória nº 526, de 4.3.2011	R\$ 25.000.000.000,00

Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e Resolução CMN nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3, de 23 de agosto de 2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II - PRODECER II - consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os

créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28 de junho de 2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal - Especial - EGF - ESPECIAL - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio dos contratos formalizados em 01 de outubro de 1998 e em 15 de junho de 1999, e cujos direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues foram adquiridos pela União.

Para os citados programas, o saldo devedor, com posição em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 14.789.437.403,74, tendo sido recebido o montante de R\$ 704.467.205,28 no exercício de 2011.

Cabe citar que nos termos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e da Resolução CMN nº 3.950, de 24 de fevereiro de 2011, os prazos para renegociação ou pagamento antecipado da dívida encerraram em junho de 2011, bem como o prazo final para a renegociação dos valores inscritos em Dívida Ativa da União - DAU, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Nesse contexto, vale destacar que, somente nas operações originárias do PESA, foi inscrito em DAU, no exercício de 2011, o montante de R\$ 386.580.677,20.

Outras Atividades Relacionadas à Gestão de Haveres

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD

No intuito de oferecer maior transparência aos registros contábeis e demonstrar de forma realista o patrimônio da União originário dos haveres financeiros em questão, com base nos princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, foi implantada, em outubro de 2006, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD relativamente aos haveres financeiros.

A PDD, objeto de recomendação do Acórdão nº 1800/2003 – TCU Plenário, é instrumento constituído para reconhecer a expectativa de perda na realização de um haver. Para tanto, em 2011, foi efetuado o lançamento do valor de R\$ 24.686.865.918,07 a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD. Assim, a conta 12.239.0000 – PROVISÃO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PATRIMONIAL, de forma a retificar o saldo da conta 12.231.000 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão, atingiu o montante de R\$ 74.406.646.993,20 no final do exercício em questão.

Vale ressaltar que os haveres que tiveram maior participação na PDD foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram menor probabilidade de recebimento, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R\$ 43.654.741.489,92, os da RFFSA alcançam o valor de R\$ 10.275.843.094,12 e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R\$ 4.959.455.164,29 do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e consequente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público.

Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

Receitas Projetadas X Receitas Realizadas

No orçamento, a receita dos haveres financeiros sob responsabilidade da COFIS foi projetada para o exercício de 2011 no valor de R\$ 15.997.860.398,69. A arrecadação efetiva atingiu

o montante de R\$ 17.755.386.451,27, isto é, R\$ 1.757.526.052,58 a mais que a previsão inicial. Tal diferença pode ser atribuída principalmente ao fato de que a previsão dos valores foi feita no primeiro semestre de 2010, sendo que, um volume expressivo de operações foram contratadas entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no segundo semestre de 2010. Além disso, variações de câmbio influenciaram diretamente nos valores arrecadados, uma vez que a moeda utilizada em alguns contratos de valor expressivo é o dólar.

Além das participações acionárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais, conforme tabelas a seguir:

Quadro VII – Participação em Fundos

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANT.	VALOR QUOTA	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR		
...
FGHab	252.700.679	1,483038	374.764.708,22	200.671.985	297.604.178,22	79,41	374.764.708,22
FGI	681.475.116,29647100	1,16760716	795.695.225,15	580.308.078,93	677.571.867,96	85,15	795.695.225,15
FGO	1.111.181,43507047	478,10440270	531.260.736,29	580.120,495102	277.358.162,80	52,20	531.260.736,29
FGCN	1.278.982.867,83	1,094852	1.400.296.950,81	1.278.982.867,83	1.400.296.950,81	100	1.400.296.950,81

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular - posição em 30/12/2011

FGI - Fundo Garantidor para Investimentos - posição em 31/12/2011

FGO - Fundo de Garantia de Operações - posição em 30/12/2011

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval - posição em 30/12/2011

I.1) Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios

Em observância aos objetivos estratégicos traçados e levando em consideração as diretrizes básicas, coube à Coordenação-Geral de Haveres Financeiros - COAFI a condução das seguintes metas:

a) **Meta:** foi firmado acordo com o Estado de SP sobre a metodologia de avaliação e destinação da CEAGESP. **Status:** parcialmente concluída. **Comentários:** no início de novembro de 2010 foi encaminhada por meio eletrônico minuta de termo aditivo, pela STN, e minuta de Nota Técnica, pelo BNDES, contemplando nova proposta de avaliação da CEAGESP, para análise do Estado de São Paulo. O Estado alegou necessidade de submissão da matéria à análise econômica da FIPECAFI, não concluída até o final do exercício.

b) **Meta:** foram definidas as bases do acordo a ser firmado com o Estado de MG para avaliação e destinação da CEASA e CASEMG. **Status:** não concluída. **Comentários:** o Estado de Minas Gerais, em conjunto com a CEASA e CASEMG, ainda não concluiu a regularização dos registros imobiliários das empresas, especialmente o da CEASA. O BNDES ainda não se envolveu no processo, uma vez que não é signatário do contrato, nada obstante ser gestor do PND. Necessidade de maior envolvimento da alta administração do Estado, do BNDES, da Fazenda e do MAPA. Será dada continuidade às gestões para a superação das dificuldades.

c) **Meta:** foram concluídos todos os ajustes financeiros no estoque das dívidas dos Estados, relativos às ações que já foram alienadas. **Status:** parcialmente concluída. **Comentários:** estão sendo finalizadas as tratativas com o Estado de São Paulo.

d) **Meta:** foram efetivadas as vendas das participações acionárias minoritárias das empresas de capital aberto. **Status** não concluída. **Comentários:** Foi solicitado à COPAR a adoção das providências necessárias à alienação das participações acionárias minoritárias remanescentes. Ainda não providenciado.

e) **Meta:** As informações sobre dívidas dos Estados e Municípios com a União foram disponibilizadas no site do Tesouro, com níveis de acesso inicialmente controlados por senha. **Status:** parcialmente concluída. **Comentários:** o desenvolvimento do sistema para acesso mediante senha por parte de Estados e Municípios envolveu a elaboração pelo SERPRO de ambiente para acesso das informações no site do Tesouro Nacional e a adaptação da base de dados da COAFI para permitir *upload* das informações no ambiente do *site*. Ambas as etapas de desenvolvimento envolveram a participação de terceiros (SERPRO e COSIS). Por esse motivo, a previsão para entrada em funcionamento do ambiente com acesso controlado foi alterada para junho/2011. Necessidade de apoio técnico do SERPRO e da COSIS para o desenvolvimento do ambiente de acesso controlado e para geração do arquivo para *upload* no ambiente. A 1ª etapa do projeto está prevista para ser concluída em jun/11 após a publicação de Portaria para permitir o acesso de informações mediante senha aos Estados. A 2ª etapa do projeto, referente ao acesso para Municípios, será desenvolvida a partir de jun/ 2011, com finalização prevista para dez/2011.

f) **Meta:** o site do Tesouro Nacional foi aprimorado, permitindo a otimização da consulta das informações estatísticas fiscais de Estados e Municípios. **Status:** parcialmente concluída. **Comentários:** foi efetuado o mapeamento das informações sobre estatísticas fiscais de Estados e Municípios. O cumprimento da presente Meta depende da reformulação do site do Tesouro Nacional.

g) **Meta:** foram criadas interfaces que permitem o trânsito das informações dos sistemas atuais das coordenações entre si. **Status:** Parcialmente concluída. **Comentários:** Ao longo do exercício de 2010 foram realizadas reuniões periódicas com servidores da COAFI, COPEM e COREM visando definir os ajustes efetuados nas bases de dados das Coordenações, de forma a se obter determinados padrões e a permitir o compartilhamento de informações. A próxima etapa será a definição pelos gestores dessas Coordenações das informações que devem ser compartilhadas por meio das interfaces desenvolvidas. Há necessidade de ajustes nas bases de dados das Coordenações. Bases de dados construídas em linguagens distintas. Definição das informações a serem compartilhadas. A presente Meta terá continuidade no exercício de 2011.

c) Contratos de Administração de Créditos

Em 2011 foram efetuados pagamentos referentes aos seguintes contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. para administração dos seguintes créditos da União:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S. A, para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2011 foi de R\$ 54.885.368,02, referente ao período de junho/2010 a novembro/2011.
- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total ressarcido ao Banco do Brasil em 2011 foi de R\$ 413,13.
- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o

extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. O valor total pago ao Banco do Brasil, em 2011, foi de R\$11.887,67.

Tribunal de Contas de União – TCU - Conforme determinação efetuada no Ofício 292/2002 TCU/2ª Secex, de 24 de maio de .2002, item b, é encaminhado abaixo relatório atualizado sobre o acompanhamento da dívida líquida dos dispêndios do Tesouro Nacional decorrentes da emissão de títulos, do pagamento de equalização de encargos, do pagamento e remuneração do agente financeiro e dos recebimentos de haveres financeiros relativamente às operações de que trata a Lei nº 9.138/1995, que dispõe sobre o crédito rural:

Quadro VIII - Relatório da Dívida Líquida dos Dispêndios do Tesouro Nacional

Ano	1 Despesa com títulos	2 Remuneração O2C	3 Equalização de Juros e Bônus	4 Remuneração MP 2.196/01 (*)	5 Recebimentos da Securitização - Conta Própria e O2C(**)	Total = 1+2+3+4-5
1997	1.111.261.032,15	1.505.365,00	18.837.472,17	-	351.134.500,00	780.469.369,32
1998	136.740.048,14	1.472.168,00	52.548.129,18	-	221.445.800,00	(30.685.454,68)
1999	1.589.449.311,00	1.053.476,00	8.151.924,00	-	83.042.175,00	1.515.612.536,00
2000	2.191.001.535,38	1.933.332,00	2.018.687.504,00	-	85.457.363,00	4.126.165.008,38
2001	1.856.085.832,00	1.000.950,00	71.301.629,00	-	830.421.750,00	1.097.966.661,00
2002	1.878.873.900,00	574.384,00	23.287.831,00	29.203.265,76	830.421.750,00	1.101.517.630,76
2003	702.419.836,00	787.026,00	36.465.927,00	7.405.827,51	274.005.750,00	473.072.866,51
2004	1.475.091.835,00	1.189.894,00	47.871.497,00	64.748.569,55	233.314.500,00	1.355.587.295,55
2005	2.884.699.436,40	1.837.983,00	42.484.930,00	37.397.190,38	222.473.250,00	2.743.946.289,78
2006	466.246.530,00	2.589.199,83	34.230.296,49	20.575.489,06	-	523.641.515,38
2007	1.438.383.295,47	1.191.696,16	32.906.458,58	59.084.454,39	-	1.531.565.904,60
2008	-	1.244.152,09	33.470.682,75	35.827.371,06	-	70.542.205,90
2009	-	63.375,00	7.926.668,00	35.132.162,01	-	43.122.205,01
2010		69.437,00	7.900.000,00	12.492.801,42* **	-	20.462.238,42
2011	-	75.747,97	9.465.276,58	51.015.949,56	-	60.556.974,11
Total	15.730.252.591,54	16.588.186,05	2.445.536.225,75	352.883.080,70	3.131.716.838,00	15.413.543.246,04

(*) Remuneração MP 2.196/01 - valores pagos nos exercícios em que as prestações de contas foram apresentadas pelo Banco do Brasil. Os valores da remuneração paga de 2002 a 2006 sofreram ajustes e estão diferentes dos apresentados no relatório de gestão de 2006. No entanto, os ajustes foram apenas na metodologia, que considerava os períodos das prestações de conta (competência) e passou a considerar os pagamentos realizados dentro do exercício (caixa), mais adequado ao orçamento. Ressalte-se que não houve alteração no montante do período em questão.

(**) Recebimentos da Securitização - Considerando que a metodologia estabelecida apropria os valores dos recebimentos pelo regime de competência, desconsiderando as prorrogações concedidas, a partir de 2006 não há recebimentos previstos, pois estes já foram considerados no cronograma original de recebimentos.

(***) Valor acumulado até dezembro. Cabe destacar que no ano de 2010 houve atraso no envio da prestação de contas pelo Banco do Brasil, sendo que a última prestação ocorreu em maio de 2010. Assim a remuneração referente aos meses de junho a dezembro de 2010 ocorreu no exercício de 2011.

I.2) Haveres Mobiliários da União

a) Participações Societárias

Em relação ao objetivo estratégico “aprimorar a atuação do Tesouro Nacional nas empresas e fundos que tem participação/representação”, foram propostas 5 metas:

1. Aprimorar a sistemática de orientação e acompanhamento dos representantes do TN em conselhos fiscais de empresas;
2. Propor pelo menos 5 resoluções no âmbito da CGPAR;
3. Reduzir as incertezas quanto ao cumprimento das metas fiscais decorrentes do desempenho de pelo menos 7 empresas estatais;
4. Implementar a política de dividendos do TN;
5. Elaborar, em conjunto com o DEST, proposta de estatuto jurídico das empresas estatais, contemplando os procedimentos de licitação e contratos para as entidades exploradoras de atividade econômica.

As metas propostas foram subdivididas em macro-ações e estas detalhadas em várias ações. As ações foram executadas a contento contribuindo assim para o alcance do respectivo objetivo estratégico da STN.

Quanto ao Objetivo Estratégico “estabelecer processo de modernização das estruturas de trabalho da SECAD II”, foram propostas 2 metas:

1. Definir os norteadores estratégicos, processos e estrutura da COPAR;
2. Implantar sistema informatizado para o gerenciamento dos Haveres Mobiliários e Financeiros e respectivos rendimentos e direitos.

A meta 1 (meta conjunta com a CODIN) está em fase de conclusão. Foram mapeados todos os processos para reestruturação da Coordenação-Geral com vistas a aperfeiçoar o atendimento das demandas referentes a participações societárias da União e o alcance do objetivo estratégico proposto. O trabalho foi realizado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas e com suporte da CODIN.

A meta 2 (meta conjunta com a COSIS) foi excluída, por restrição de atendimento por parte da COSIS. Todavia, está sendo desenvolvida versão simplificada (em banco de dados Access) de sistema de controle de participações societárias em conjunto com consultor externo e com suporte da COSIS.

b) Constituição de Fundos

Constituição de Fundos - A Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, autorizou a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, no limite global de R\$1.000.000.000,00, para formação de seu patrimônio. A Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, aumentou esse limite para R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

O Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010, dispôs sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval – CPFGCN e da Câmara Consultiva Técnica do CPFGCN, além de tratar sobre a forma de integralização de cotas da União no FGCN. Estabeleceu ainda que a STN atuaria como Secretaria-Executiva do CPFGCN. O referido Comitê é integrado por um representante, titular e suplente, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, sendo presidido por um servidor desta STN. A Portaria nº 171, de 11 de fevereiro de 2010, do Ministério da Fazenda, autorizou a transferência das participações acionárias da União para o FGCN, e a Portaria nº 412, de 23 de agosto de 2011, do Ministério da Fazenda, nomeou os atuais membros do CPFGCN e da Câmara Consultiva Técnica.

Quadro IX - Participações acionárias destinadas ao Fundo de Garantia para a Construção Naval

EMPRESAS	AÇÕES/ ESPÉCIE/ CLASSE	QUANTIDADE
AFLUENTE	ON	14.538
BANCO DO BRASIL	ON	45.000.000
BANESE	ON	226
BRASIL TELECOM	ON	1.562
	PN	12.973
CEEE-D	ON	193
	PN	302
CEEE-GT	ON	193
	PN	302
CELPE	ON	38.267
	PNA	122.911
CEMAR	ON	53.667
COELBA	ON	145.381
COMGÁS	ON	72.315
CONTAX*	ON*	400*
COPASA	ON	172
COPEL	PNA	2.428
COSERN	ON	65.387
	PNA	12.418
	PNB	12.885
EMBRATEL	ON	3.910.001
	PN	2.970.719
M&G POLIÉSTER	ON	336.285
PARANAPANEMA	ON	43.556
QGN	PN	7.961.380
RANDON	ON	2.520
SANTANDER	PN	433.357
TELEMAR NORTE LESTE	ON	69
	PNA	1.301
TELE NORTE CELULAR	ON	12
	PN	22
TELE NORTE LESTE	ON	2.023
	PN	211
TELESP	ON	651
	PN	1.204
TIM	ON	4.922
	PN	62.065
TRACTEBEL	ON	356
VALE	ON	56.712
VICUNHA TÊXTIL	PNA	258
	PNB	1.023
VIVO	ON	649
	PN	7.253

*O Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010 havia reservado para o FGCN 101 ações ON de emissão da CONTAX. Tendo em vista a ocorrência de grupamento e desdobramento dessa ação as 101 ações foram transformadas em 400.

No exercício de 2011, a Lei Orçamentária Anual autorizou R\$ 1.538.349,00 para a ação 00EC – Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Entretanto, tendo em vista a edição do Decreto

nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, desse valor, foi consignado crédito orçamentário de R\$ 1.230.680,00, o qual não foi executado, porque não se fez necessária a integralização de cotas pela União no aludido Fundo. A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, resultante da conversão da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, autorizou a União a participar como cotista, no limite global de até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), de fundos privados que tenham por objetivo garantir o risco de operações de crédito para microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte, trabalhadores autônomos, bem como garantir, indiretamente, o risco das operações de crédito destinadas a tais agentes que sejam patrocinadas por fundos de investimento em direito creditório – FDIC. Dentro desse arcabouço, no ano de 2009, foram criados o Fundo de Garantia de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil – BB, e o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A União integralizou cotas no valor de R\$ 580,3 milhões em cada um desses fundos.

No exercício de 2011, a Lei Orçamentária Anual autorizou R\$ 778.090,00 sob a ação 00EE – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Desse valor, tendo em vista o Decreto nº 7.445, de 2011, foi consignado crédito orçamentário para o FGO, no valor de R\$ 622.472,00. Ademais, a Lei Orçamentária Anual autorizou R\$ 389.396,00 sob a ação 00ED – Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - BNDES, relativa ao mesmo programa. Entretanto, devido ao citado Decreto, foi consignado crédito orçamentário para o FGI, no valor de R\$ 311.517,00. Porém, como no planejamento fiscal decidiu-se que a União não efetuará integralização de cotas no FGO e no FGI, no exercício de 2011, os referidos créditos orçamentários não foram executados.

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC foi criado pelo Banco do Brasil após a edição da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011, resultante da conversão da Medida Provisória nº 501, de 6 de setembro de 2010, que alterou a Lei nº 12.087, de 11/11/2009, para autorizar a participação da União em fundos de natureza privada que têm por finalidade garantir risco em operações de crédito educativo, no âmbito de programas ou instituições oficiais. O Decreto nº 7.338, de 20 de outubro de 2010, e a Portaria do Ministério da Fazenda nº 573, de 14 de dezembro de 2010, definiram as condições para subscrição de cotas pela União, utilizando 3.692.109 ações preferenciais da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.

O artigo 4º da Lei 11.524, de 24.09.2007, autorizou a União a participar como cotista única em Fundo Garantidor de Financiamentos – FGF, destinado à cessão de financiamentos com vistas à liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas.

A Medida Provisória nº 450, de 09 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, autorizou a União a participar em Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE, e o Decreto nº 6.902, de 20 de julho de 2009, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.951, de 27 de agosto de 2009, autorizou a integralização de cotas do FGEE pela União.

O objetivo do FGEE é prestar garantia às empresas estatais, no que tange às suas participações nos financiamentos tomados por sociedades de propósito específico de que participem, que tenham por objetivo a construção de empreendimentos de energia elétrica constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Até o momento o referido Fundo não foi criado, não tendo sido realizada, portanto, qualquer subscrição de cotas por parte da União.

O Artigo 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, autorizou a União a participar em Fundo Garantidor da Habitação Popular, até o limite de R\$ 2.000.000.000,00. No exercício de 2011 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 80.000.000,00 para a ação 00CZ – Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, do programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O valor total foi empenhado em dezembro/2011.

II) Gestão de Obrigações da União

II.1) Assunção e reestruturação de passivos

Com relação à atribuição **assunção e reestruturação de passivos**, que também integra a gestão de obrigações, estão a cargo desta Secretaria do Tesouro Nacional atividades relacionadas com a regularização de obrigações da União oriundas: 1) de empresas estatais extintas; 2) da transformação de ex-Territórios Federais em Estados e do desmembramento dos Estados de Goiás e Mato Grosso; e 3) do Fundo de Compensação de Variações Salariais. A regularização dessa categoria de obrigações (originadas nos chamados passivos contingentes da União) exige, também, a periódica atualização das estimativas de emissão de títulos do Tesouro Nacional para tal finalidade.

Em decorrência do estreito vínculo entre essas atividades e os riscos fiscais associados às entidades e/ou fundos nos quais a União tem participação (inclusive como garantidora), a STN acompanha: 4) os planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados pela União, com enfoque na situação de solvência dos fundos e no impacto fiscal nas contas públicas; 5) as ações relacionadas com o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDA e FNE), e os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO), e outros fundos com participação do Ministério da Fazenda, tendo como foco principal a minimização dos riscos da União; e 6) outros assuntos que possam causar futuros aportes financeiros da União.

No exercício de 2011, destacaram-se os seguintes trabalhos realizados, relativos a cada grupo de obrigações:

1. Regularização - Empresas Estatais Extintas

- Presidir o Conselho Gestor do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – FC/RFFSA e enviar anualmente, ao Ministro da Fazenda, relatório de suas atividades. O Conselho Gestor tem a função de acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao FC/RFFSA, nos termos do Decreto nº 6.018/2007, que regulamenta a Lei 11.483/2007, e na Portaria 131/2007;
- Análise de pedidos de regularização de dívidas da União, advindas da extinção de Empresas Estatais/Autarquias, tais como: Rede Ferroviária Federal – RFFSA, Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, Empresas Nucleares Brasileiras S.A. – NUCLEBRÁS, Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS, Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

2. Regularização - Desmembramento dos Estados de Goiás e Mato Grosso

- Análise de requerimento de pleitos relativos a empreendimentos realizados em áreas que hoje constituem o Estado do Tocantins (desmembrado de Goiás);
- Análise de pleitos referentes ao convênio entre a União e o Estado do Mato Grosso para pagamentos de aposentados e pensionistas anteriores a 31/12/1978.

3. Regularização - Novação de Dívidas do FCVS

- Análise, redação das minutas dos contratos, e elaboração de pareceres relativos às novações de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. No ano de 2011, foram celebradas, a partir de pareceres favoráveis desta Secretaria, 68 novações entre a União e os credores do FCVS, no montante aproximado de R\$ 5,6 bilhões;
- Análise de pleitos diversos e aperfeiçoamento de controles internos relativos a procedimentos operacionais de novação de dívidas do FCVS.

4. Acompanhamento - Fundos de Pensão Patrocinados pela União

- Análise de propostas de criação/alteração de regulamentos de planos de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão) patrocinados por empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda, com foco na prevenção da ocorrência de déficits;
- Análise de Termos de Adesão de patrocinadores a fundos de pensão vinculados ao Ministério da Fazenda;

5. Acompanhamento - Fundos com Participação do Ministério da Fazenda.

- Análise de propostas de alteração da legislação dos Fundos Constitucionais, Fundos de Desenvolvimento, Fundos de Investimento e FIES, com foco na prevenção da ocorrência de desequilíbrios financeiros.

6. Outras Atividades Relativas a Passivos Contingentes

- Confecção do Relatório de Ganhos do Tesouro Nacional decorrentes da Securitização de Dívidas, em atendimento à determinação do TCU, constante do Acórdão nº 797/2003 - Plenário;
- Análise de pedido de encontro de contas entre a União e o Banco do Brasil.

II.2) Dívida Pública

Na gestão de obrigações, para cada objetivo estratégico foram definidas metas que refletissem os esforços do Tesouro Nacional em buscar uma gestão eficiente da Dívida Pública Federal, tendo por referência o objetivo de minimizar seu custo de longo prazo, concomitante com a manutenção de seus riscos em níveis prudentes. Em 2011, as atividades foram guiadas pelas metas listadas a seguir:

a) Objetivo Estratégico: Minimizar os custos da Dívida Pública Federal e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes.

Meta: o risco de refinanciamento da dívida pública foi mantido em níveis prudentes.

A meta tinha cinco indicadores quantitativos, com objetivos numéricos a serem atingidos até o final do ano de 2011: a) percentual da dívida a vencer em 12 meses menor ou igual a 25%; b) percentual da dívida a vencer em 24 meses menor ou igual a 48%; c) prazo médio do estoque da DPF igual ou superior a 3,5 anos; d) prazo médio de emissão de prefixados igual ou superior a 2 anos; e e) índice do colchão de liquidez superior a 3 meses. Todos os objetivos foram alcançados, tal como se pode verificar no Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2011, publicado no sítio do Tesouro Nacional (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/rad.asp).

O Tesouro continuará a perseguir a redução do risco de refinanciamento. Além do impacto direto da redução do risco da DPF, há o impacto indireto de redução da percepção de risco por parte dos investidores, que tende a se traduzir em custos de financiamento menores para o médio prazo.

Meta: o risco de mercado da dívida foi reduzido, com a melhora da composição da DPF.

A redução do risco de mercado depende basicamente da sensibilidade do estoque da DPF a oscilações nos determinantes de seu custo, como taxas de juros, câmbio e inflação. Assim, a composição do estoque da dívida em mercado por indexadores é o principal guia para se avaliar tal risco. A esse respeito, a atuação do Tesouro Nacional desde 2002, tem se pautado pela execução de estratégias que privilegiam o incremento da participação de títulos remunerados por índices de preços e prefixados, em detrimento dos títulos remunerados pela variação cambial ou com juros flutuantes. A participação da dívida remunerada por taxas flutuantes ou pela variação cambial foi reduzida de 88%, em 2002, para 34,5% da DPF em 2011, enquanto a soma das parcelas com juros prefixados ou indexados à inflação aumentou de 10%, em 2002, para 65,5% em 2011.

Em linha com a estratégia do Tesouro Nacional de redução do risco de mercado, merece destaque o Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, importante instrumento de gerenciamento do passivo externo, que permite ao Tesouro Nacional, por meio de uma atuação pontual e oportuna, aprimorar a curva de juros externa e direcionar a liquidez do mercado para os títulos benchmarks. Ao longo do ano, foram recomprados em valor de face US\$ 1,87 bilhões de títulos denominados em dólares e € 294,02 milhões de títulos denominados em euros, equivalentes a US\$ 2,91 bilhões em valor financeiro. A compra antecipada de dólares para pagamento de compromissos futuros somada ao balanceamento líquido de emissões e resgates, que incluem os vencimentos e as operações relacionadas ao Programa de Resgate Antecipado da dívida mobiliária e aos pré-pagamentos de contratos com organismos multilaterais, promoveu um fluxo líquido de saída de dólares de aproximadamente US\$ 7,6 bilhões, compatível com redução de R\$ 6,8 bilhões (US\$ 9,7 bilhões) no estoque da DPFe.

Meta: Composição ótima e planejamento de médio prazo revisados até setembro de 2011.

As discussões para a definição de uma estratégia de médio prazo de gestão da Dívida Pública Federal ocorreram ao longo de 2011 e mostraram-se importantes para a elaboração do Plano Anual de Financiamento 2012, bem como para que, ao longo do ano, o comitê de gerenciamento da dívida pública do Tesouro Nacional realizasse ajustes táticos em sua estratégia de curtíssimo prazo (mensal). Essa coordenação entre as estratégias para os vários prazos mostrou-se benéfica para o perfil da DPF em um horizonte mais longo. A meta se mostrou importante ainda para a avaliação de vantagens e desvantagens dos tipos de títulos usados no financiamento da DPF.

A elaboração da estratégia de médio prazo demandou o aperfeiçoamento de modelos de projeção e o desenho de estratégias de financiamento da Dívida Pública Federal. Isto permitiu ao Tesouro Nacional: (a) refinar as diretrizes quantitativas para a gestão da dívida (definição do benchmark); e (b) efetuar um mapeamento mais completo das oportunidades, dificuldades e restrições e dos riscos que podem surgir ao longo da trajetória em direção ao longo prazo, dando maior previsibilidade à administração da dívida pública.

As discussões no âmbito da definição da composição ótima da Dívida Pública Federal e do planejamento de médio prazo fornecem, além de projeções, subsídios para a definição de ações com vistas ao alcance de maior eficiência na gestão da DPF. Assim, ao antever oportunidades e dificuldades, espera-se contribuir para a adoção de medidas de redução de custos e riscos da dívida.

Como resultados principais desta meta, destacamos:

- aprimoramento dos modelos de projeção que subsidiam a elaboração de cenários macroeconômicos;
- proposta de novo benchmark para a composição da DPF e para seu prazo médio;
- proposta de limites de maturação para a DPF, com o objetivo de evitar concentrações de vencimentos maiores do que a capacidade de financiamento do governo;
- elaboração de estratégia de financiamento para o período de 2012 a 2016, contemplando projeções de: (a) trajetória do estoque, composição e estrutura de vencimentos da DPF; (b) fluxos de maturação mensal, caixa e necessidades de financiamento até 2016; (c) liquidez em mercado (compromissadas do Banco Central); (d) oportunidades de mudança na composição;
- fornecimento de insumos para análises/ projeções fiscais, particularmente com respeito à sustentabilidade da dívida (incluindo evolução da DLSP, DBGG e resultado nominal).

b) Objetivo Estratégico: fomentar o mercado de títulos públicos federais e o desenvolvimento do mercado de capitais.

Meta: a Subsecretaria da Dívida Pública aprimorou o mapeamento da base de investidores atual e definiu metas e ações para diversificar e ampliar sua base no período de 2011 a 2014.

Na busca pela ampliação e diversificação de investidores, o Tesouro Nacional realizou, ao longo de 2010, um trabalho de mapeamento dessa base a fim de se conhecer o perfil dos atuais detentores e as possibilidades de ação. Nesse sentido, considerando a relevância do tema e o interesse do Tesouro Nacional em sempre aumentar a transparência na gestão da dívida, destaca-se que foi elaborada proposta de divulgação dos dados sobre base de investidores, que serão incorporados os Relatório Mensal da Dívida a partir de 2011. Portanto, além de ser um insumo importante para a gestão da dívida pela instituição, é também uma iniciativa benéfica à sociedade, que passa a conhecer com regularidade o perfil de investidores da dívida pública.

Meta: O Tesouro Nacional ampliou e diversificou a base de investidores em títulos da dívida pública.

Com o objetivo de aumentar e diversificar a base de investidores e, assim, reduzir os riscos e os custos de financiamento da DPF, o Tesouro Nacional manteve ao longo de 2011 uma agenda permanente de contato com investidores, organismos multilaterais e agências de classificação de risco internacionais.

Nesse contexto, merecem destaque as participações de representantes do Tesouro Nacional no encontro anual de organismos multilaterais, como o promovido pelo FMI, em conjunto com o Banco Mundial, em setembro, nos Estados Unidos. A realização de eventos dessa natureza é de suma importância na medida em que reúne diversas instituições financeiras e outras entidades representativas de investidores e, assim, abre espaço para a elucidação de aspectos relevantes relacionados à condução da política de financiamento do governo, bem como para melhor compreensão das restrições à demanda pelos títulos brasileiros.

Cabe mencionar, ainda, a participação em uma sequência de eventos no continente americano, asiático, europeu e africano, com destaques para: (i) BEST Brazil – Road show realizado em Tóquio, Seul e Hong Kong; (ii) “Managing Debt: Lessons Learned And Emerging Issues”, Fórum realizado na Suíça e que contou com o patrocínio do Banco Mundial; Gemloc Investor-Country Conference and Advisory Services, Workshop na África e o encontro anual do LacDebt, na Jamaica. Da mesma forma, esse contato direto com investidores internacionais, por meio de road shows e seminários, tem ajudado a fomentar o interesse pelo mercado de dívida brasileiro, expandindo a base de investidores.

No que tange ao programa de teleconferências, foi realizada, em fevereiro desse ano, teleconferência com participantes de instituições financeiras e organismos nacionais e internacionais. O objetivo deste evento foi expor os resultados alcançados pela política de gerenciamento da dívida pública em 2010, bem como apresentar a estratégia de financiamento para 2011. A importância desse programa está em abrir um canal direto entre gestores da dívida pública e da política fiscal e investidores, para exposição dos indicadores fiscais brasileiros e dos direcionamentos da política econômica, sobretudo nos pontos que afetam a gestão da dívida pública.

Por fim, vale dizer que ao longo de todo o ano fez parte da rotina do Tesouro Nacional a realização de reuniões com representantes de diversos segmentos do mercado financeiro nacional e internacional, nas quais foram abordados tópicos importantes sobre o cenário econômico nacional, a política fiscal e o gerenciamento da dívida pública. Essa prática, que tem aumentado com o passar dos anos, evidencia o grande interesse em se investir na economia local, seja por meio da aquisição de títulos públicos, seja sob a forma de investimentos estrangeiros diretos.

Meta: O TN viabilizou o aumento da liquidez do mercado secundário de títulos públicos.

O período de credenciamento dos dealers, iniciado em 10 de agosto de 2011, trouxe uma série de modificações com o objetivo de ampliar o volume de negociações de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, bem como de aumentar o interesse das instituições financeiras em se tornarem agentes credenciados do Tesouro Nacional.

Primeiramente, o Ato Normativo Conjunto BCB/STN nº 24 promoveu modificações na avaliação de desempenho dos dealers, passando a considerar, no quesito “operações definitivas com participantes de mercado”, a negociação de quaisquer títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Anteriormente, o agente era avaliado apenas pelas operações realizadas com os títulos por ele selecionados durante o período de credenciamento. Ao premiar as instituições mais atuantes, essa medida estimula a liquidez do mercado secundário, principalmente dos títulos usualmente menos negociados, conhecidos como off-the-run.

Além disso, o Comunicado conjunto BCB/STN promoveu alterações nas operações especiais de venda de títulos a preços não competitivos pelo Tesouro, denominadas segunda rodada,

que ocorrem nos dias das ofertas primárias de títulos. Suas regras foram alteradas da seguinte maneira:

- i. Extensão do período de exercício da opção de compra de duas horas (de 15h às 17h) para quatro horas e trinta minutos (de 12h30 às 17h); e
- ii. Redução, de 100% para 50%, da venda do volume ofertado ao público no leilão competitivo como condição para a realização da operação especial.

Estas mudanças aumentaram a atratividade da segunda rodada, agregando valor à condição de dealer e estimulando as instituições financeiras a pleitearem uma vaga no sistema.

Por fim, foi adotada a diferenciação do número máximo de propostas por instituição nas ofertas primárias de títulos. Anteriormente, todas as instituições tinham direito a apresentar 5 propostas por título ofertado em leilão competitivo. Com a nova regra, a quantidade máxima de propostas por instituição, discriminada na portaria da oferta primária, passou a ser 7 para instituições dealers e 3 para as demais.

c) Objetivo Estratégico: ampliar a coordenação com órgãos formuladores de políticas públicas nas ações que tenham impacto sobre a administração da Dívida Pública Federal.

Meta: o TN contribuiu para a redução do volume de operações compromissadas.

No tocante ao impacto da atuação do Tesouro Nacional sobre a liquidez de mercado, que envolve o balanceamento das emissões com contrapartida financeira e dos resgates, bem como dos demais fluxos da Conta Única, cabe dizer que, conforme diretriz definida no PAF, o Tesouro contribuiu para a redução do excesso de liquidez no Sistema Financeiro Nacional. Se por um lado houve resgate líquido de R\$ 73,5 bilhões em títulos, fruto de emissões com contrapartida financeira de R\$ 372,7 bilhões e resgates de R\$ 446,2 bilhões, por outro, levando-se em conta o superávit financeiro na Conta Única, de cerca de R\$ 125,6 bilhões, o Tesouro retirou do mercado aproximadamente R\$ 52,1 bilhões.

d) Objetivo Estratégico: aperfeiçoar a comunicação e elevar o grau de transparência na gestão da Dívida Pública Federal.

Meta: Portal do Investidor desenvolvido e em funcionamento, no âmbito do novo site do Tesouro Nacional.

Depois de diversas discussões internas, decidiu-se que o Portal do Investidor será uma seção dentro do novo site do Tesouro Nacional, programado para entrar no ar no primeiro trimestre de 2012. Assim, o desenvolvimento de funcionalidades para o Portal do Investidor continuará ao longo de 2012.

Meta: O TN aprimorou os canais e instrumentos de comunicação existentes para a dívida pública e desenvolveu canais alternativos de comunicação.

Em janeiro de 2011, o Tesouro Nacional divulgou o Relatório Anual da Dívida de 2010, e o Plano Anual de Financiamento para 2011. Após a divulgação desses documentos, foi realizada uma *conference call* com investidores nacionais e estrangeiros, e a imprensa. O programa de *conference call* terá prosseguimento em 2012.

Dentre as ações de comunicação executadas em 2011, também merece destaque a conversão do livro “Dívida Pública: a Experiência Brasileira”, para formatos de leitores digitais. Os arquivos

deste livro para leitores digitais, em suas versões em português e em inglês, foram disponibilizados na página da STN na internet.

e) Objetivo Estratégico: Ampliar a venda e a divulgação do Programa Tesouro Direto

Meta: O Tesouro Nacional aumentou em 50% o número de investidores que realizaram ao menos uma nova compra, em relação ao número registrado em dezembro de 2010.

Em 2011 foram realizadas diversas atividades que contribuíram para que o indicador numérico desta meta fosse atingido. Merece destaque o programa de incentivos promocionais, criado em parceria com a BM&FBovespa. Por meio deste programa, os agentes de custódia tinham incentivos para atrair novos investidores para o Tesouro Direto.

Com vistas a ampliar os canais de distribuição do Tesouro Direto, iniciou-se gestão junto a um banco público que ainda não é participante do programa, para que se torne agente de custódia.

Outra atividade realizada em 2011 foi a reformulação do regulamento do Tesouro Direto. Também estavam previstas mudanças no site do Tesouro Direto, dentro do projeto do novo site do Tesouro Nacional, que deverá entrar em operação no primeiro trimestre de 2012. O projeto de mudanças no site do Tesouro Direto terá continuidade em 2012.

Merece destaque, ainda, o desenvolvimento do novo sistema de apreçamento do Tesouro Direto. Embora de impacto indireto para os investidores, o novo sistema torna a precificação dos títulos negociados no programa mais eficiente e confiável. Ao final de 2011, o desenvolvimento deste sistema estava em sua fase final, tendo entrado em operação em janeiro de 2012.

Meta: A publicidade do programa Tesouro Direto foi ampliada.

Ao longo de 2011, o Tesouro Nacional esteve presente no circuito de eventos Expomoney, dando palestras sobre o Tesouro Direto, e com um estande onde era possível tirar dúvidas sobre o programa. Ao todo foram 13 eventos, em algumas das principais cidades do país.

Um novo canal de publicidade para o Tesouro Direto surgiu com a criação da conta da STN no Twitter. Trata-se de um novo meio para a divulgação de informações sobre o Tesouro Direto, dentre outras informações relacionadas à STN.

O Tesouro Nacional entrou em contato com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), com vistas a estruturar um plano de comunicação para o Tesouro Direto. Deste contato surgiu a possibilidade de realização de algumas ações de divulgação do programa, tais como: envio de notícias esporádicas sobre o Tesouro Direto, que seriam divulgadas pela SECOM; banners em intranetes de órgãos públicos; e, entrevistas à NBR e à Voz do Brasil.

Meta: A estrutura do Programa Tesouro Direto foi revista (limites, escopo, regras de aplicação, recompra etc).

O Tesouro Nacional começou em 2011 uma revisão dos limites máximos e mínimos de compra e recompra, do escopo do programa, e das regras de compra e venda dos títulos. Esta iniciativa terá continuidade em 2012.

f) Objetivo Estratégico: Otimizar resultados da gestão de haveres sob responsabilidade do TN, gerindo-os de forma coordenada com a administração de passivos.

Meta: Foi proposta estratégia para adequar a gestão de recursos dos fundos públicos ou com participação da União aos objetivos estratégicos da Dívida Pública.

A concentração das aplicações, pelos gestores dos fundos governamentais, em indexador que varia de acordo com a taxa de juros diária não está alinhada com a política de governo de desindexação da economia e formação de poupança doméstica de longo prazo. Da mesma forma, a concentração em LFT não contribui com a diretriz da Secretaria do Tesouro Nacional na administração da Dívida Pública Federal, tal qual definida no seu Plano Anual de Financiamento, de diminuição da parcela indexada à taxa Selic em favor de incremento dos títulos com rentabilidade prefixada e atrelada a índices de preços.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por intermédio da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, decidiu alterar a política de investimentos das disponibilidades oriundas de receitas próprias de estatais integrantes da Administração Federal Indireta, bem como dos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), obrigatoriamente aplicadas em fundos de investimento denominados Fundos Extramercado, conforme Resoluções CMN nº 3.284/2005 e nº 2.423/1997.

Com a nova regulação, a política de investimento dos fundos extramercado deverá ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), que representam carteiras teóricas de títulos públicos federais, com exceção de qualquer subíndice que tenha em sua composição títulos atrelados à taxa de juros de um dia.

Em consequência, cerca de R\$ 61,4 bilhões em títulos atrelados à taxa Selic (LFT) atualmente aplicados nos fundos extramercado dessas entidades, correspondentes a quase 11% do estoque total desses papéis na Dívida Pública Federal (DPF), serão substituídos por títulos prefixados ou remunerados por índices de preços. Essa migração deverá ocorrer em, no máximo, 90 dias após a data da publicação da Resolução, e será feita por meio de operações de troca com o Tesouro Nacional.

III.3) Operações Oficiais de Crédito

Com vistas a atingir o objetivo estratégico do Tesouro Nacional de estruturar o processo de identificação, avaliação e mitigação de riscos fiscais, a COPEC foi responsável pela elaboração dos seguintes estudos:

a) Estudo das situações de equilíbrio/desequilíbrio financeiro - Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM.

O objetivo da meta foi elaborar um modelo matemático que pudesse, através de inputs de informações como custo de produção, produtividade e preço de mercado, evidenciar situações de desequilíbrio financeiro na produção e comercialização dos principais produtos amparados pela Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. A possibilidade de prever necessidades de amparo a determinados produtos pode ser determinante para a programação orçamentário/financeira do programa.

O modelo traçou uma fronteira de equilíbrio para cada produto atendido, com informações regionalizadas, sendo possível antever a necessidade de dispêndios com a PGPM, atenuando, assim, os impactos fiscais.

b) Estudo identificando o nível de redução de riscos - Fundo de Garantia à Exportação – FGE, particularmente na América Latina e África.

A meta concluiu que o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) possui histórico favorável de pagamentos, sendo um bom mitigador de risco, ainda que o preço cobrado pela prestação de garantias pelo FGE possa ser debatido. O Banco Central do Brasil indica que há necessidade de modernização do sistema e faz-se necessário aprimorar a governança do convênio.

III) Administração Orçamentário-Financeira

Compreendem-se por administração orçamentário-financeira a elaboração e execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional; a Gestão da Conta Única do Tesouro Nacional; a elaboração de Normas voltadas à Execução Orçamentária e Financeira da União; inclusive o acompanhamento e a análise da execução orçamentária e financeira dos projetos financiados com recursos externos de responsabilidade da União.

Neste contexto, a STN, para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, que dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), elaborou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a STN juntamente com a SOF editou o Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que definiu as regras para a execução das despesas, bem como a respectiva programação orçamentária e financeira do exercício. As principais características do Decreto de Programação foram:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (LDO 2011), que determina o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA;
- os valores autorizados para movimentação e empenho e de pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.445/2011.
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.445/2011 foram detalhados respectivamente pela Portaria MPOG nº 23, de 1º de março de 2011, e pela Portaria MF nº 70, de 2 de março de 2011, em grupos de fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal, e foram destacadas as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 34.587.840 mil.

Durante o exercício de 2011, foram efetuados vários ajustes e ampliações dos valores de movimentação e empenho e de pagamento autorizados pelo Decreto de Programação. Essas alterações foram efetivadas no intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados Decretos Presidenciais e Portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação à execução financeira, cabe destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN é responsável pelo acompanhamento, análise e programação das liberações de recursos financeiros aos órgãos setoriais, bem como pela execução destas liberações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Assim, cabe à STN, no que se refere à liberação de recursos para despesas de custeio e investimento, tendo por base os valores autorizados pelo Decreto de Programação Financeira, acompanhar o pagamento efetivo dos órgãos do Poder Executivo. Cabe registrar que tais atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2011, em observância às normas aplicáveis à matéria.

Cumpra informar que em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos TCU nº 2.317/2007 e nº 2.581/2008, esta STN promoveu a análise das rotinas que impactam a conta de Disponibilidade por Fonte de Recurso do Órgão Central de Programação Financeira, encaminhando relatórios referentes aos exercícios de 2006, 2007, 2009 e 1º semestre de 2010, apresentando as inconsistências identificadas e adotando as medidas cabíveis com vistas à regularização.

Esta STN acompanhou a classificação da receita da União administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB arrecadada durante o exercício de 2010, a qual é realizada de forma automática com base nos parâmetros orçamentários e contábeis informados em tabelas próprias do SIAFI. A STN efetuou a manutenção dessas tabelas que implicou na inclusão/alteração/exclusão de 525 códigos de receita e 281 códigos de destinação do DARF.

Parte dos códigos teve sua classificação orçamentária alterada em virtude da publicação da Portaria SOF nº18, de 13 de abril de 2010. Quanto às destinações, o principal motivo das alterações foi a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o Art.76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para efeito do cálculo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição.

Com o intuito de otimizar o gerenciamento dessas tabelas e proporcionar melhor integração com o sistema da RFB, esta STN encaminhou em 2010 projeto de reestruturação das tabelas de códigos e de destinações de receitas.

No decorrer do ano de 2010 foram efetuadas gestões no sentido de migrar várias receitas não administradas pela RFB que eram arrecadadas por meio de DARF para GRU. No mesmo sentido, receitas que antes eram arrecadadas por GRU (CPSSS), tendo em vista nova legislação foram convertidas para DARF.

Esta STN participou de projeto da RFB concernente à compensação da receita previdenciária no SIAFI, que ensejou alterações no documento Nota de Compensação de Tributos - NT, já implantado. Também participou do projeto ITR - Convênios com Municípios, que requereu alterações nas tabelas de receita, nos documentos NT e OB e no processamento da Fita50, projeto a ser implantado em janeiro de 2011.

A partir da classificação das receitas, a STN efetuou o repasse dos recursos destinados aos Estados, DF e Municípios, tendo ocorrido, em 2010, alguns repasses extraordinários decorrentes da classificação de receita por estimativa e apurações especiais realizadas pela RFB, tais como:

- A classificação provisória por estimativa, conforme Portaria MF nº232, de 20 de maio de 2009, ocorrida no primeiro decêndio de abril, no primeiro decêndio de agosto e no primeiro decêndio de dezembro;
- A classificação definitiva dos depósitos judiciais de dívida ativa ocorrida no segundo decêndio de janeiro, no primeiro decêndio de agosto e no primeiro decêndio de dezembro.

Esta STN realizou o controle e a liberação dos recursos destinados aos Fundos de Investimentos Regionais. Durante todo o exercício de 2010, foram liberados R\$ 139.221.178,00 para o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e R\$ 5.202.522,30 para o Fundo de Investimento da Amazônia, totalizando R\$ 144.423.700,30 em liberações.

A STN acompanhou o processo de recolhimento do estoque de depósitos judiciais pela Caixa Econômica Federal, que finalizou em 31/05/2010, prazo máximo estabelecido pela Portaria MF nº 557, de 27 de novembro de 2009. A STN também participou de diversas reuniões concernentes ao projeto da Procuradoria Geral Federal para controle e classificação da receita decorrente dos depósitos judiciais não tributários da União e tributários e não tributários das entidades da Administração Indireta. Esse projeto está previsto para ser implantado em 2011.

A STN também participou da implantação de projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para viabilizar o pagamento de tributos federais devidos pelas entidades mantenedoras de instituições de ensino superior optantes pelo FIES, mediante a utilização de Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT-E), em virtude das atribuições

que aquele órgão assumiu em decorrência da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Esse projeto requereu adequações nos documentos DARF e GPS do SIAFI, bem como a publicação da Portaria nº 505, de 7 de outubro de 2010, que dispõe sobre o procedimento.

Em conjunto com a RFB, a STN elaborou, aprovou e acompanhou a execução do cronograma de desembolso das restituições das receitas tributárias durante o exercício de 2010.

Com relação à Guia de Recolhimento da União – GRU, esta STN prestou orientações aos órgãos e contribuintes por intermédio do COMUNICA no SIAFI, telefone, ouvidoria e sítio do Tesouro, e também por meio de reuniões.

São os seguintes dados contabilizados:

- 1) Fale Conosco = 1.246;
- 2) Caixa Institucional “_STN/COFIN” = 678
- 3) Ouvidoria para Caixa Institucional “_COFIN/GEARE” = 131
- 4) Caixa Institucional “_COFIN/GEARE” = 208
- 5) Comunica-SIAFI = 609
- 6) TOTAL GERAL = 2.872

Também respondeu demandas originárias de diversos órgãos do Poder Judiciário e das Procuradorias Seccionais da União acerca de procedimentos sobre recolhimento de receitas expedindo 197 Ofícios e 21 Memorandos.

A manutenção das tabelas do SIAFI concernentes à GRU ensejou a inclusão/alteração/exclusão de 1.147 códigos de recolhimento e de 170 códigos de destinação em 2010.

Parte dessas inclusões deve-se ao projeto, ainda em andamento, da Procuradoria Geral Federal - PGF para controle, cobrança e arrecadação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, dos créditos inscritos em Dívida Ativa a favor das entidades representadas pela PGF.

Em 2010, a STN também implantou melhorias nos processos de parametrização e de retificação das GRU, de modo a diminuir o quantitativo de pendências de registros no SIAFI.

A Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008, do Supremo Tribunal Federal padronizou o número do processo com 20 posições. Visando dar atendimento ao pleito, esta STN encaminhou projeto para proceder à ampliação do número de referência/ número do processo de 17 para 20 posições implicando ajustes no sítio da STN (Portal GRU), no SIAFI e no sistema do Banco do Brasil.

Diante da crescente demanda por consultas e relatórios gerenciais para o controle da arrecadação por meio de GRU, que permitam o controle adequado pelo órgão arrecadador e considerando que as ferramentas hoje existentes no SIAFI Operacional não atendem essa necessidade de forma satisfatória, está em andamento elaboração de projeto (GRU GESTÃO) com a finalidade fornecer ao gestor ferramenta que atenda suas necessidades. A nova ferramenta será capaz de fornecer informações gerenciais detalhadas, bem como controlar restituições e retificações de receita.

A STN, visando dar cumprimento a dispositivos da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, especialmente o que estabelece o art. 31, § 6º, participou da elaboração de Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3/2010, que estabelece parâmetros anuais para operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Com o intuito de implementarem ações para reduzir as dificuldades da apuração, os riscos operacionais e o tempo despendido do superávit financeiro foi proposto alterações nas transações CONFONTE, DETAORC, CONRAZAO, bem como na consulta no SIAFI Gerencial.

Prezando pela qualidade da informação contábil, esta STN buscou ao longo de todo o exercício, promover uma eficiente conciliação da Conta Única, procurando identificar tempestivamente quaisquer diferenças em contas contábeis, proporcionando confiabilidade dos ingressos e saídas da Conta Única e suas respectivas contabilizações no SIAFI.

Esta STN firmou contrato administrativo com o Banco Central do Brasil para utilização do Sistema de Transferência de Reservas - STR. A partir do ano de 2010, a STN/MF passou a pagar pela utilização do STR/BCB. O referido contrato foi assinado em 1/12/2010.

Em relação ao projeto de utilização do SIAFI como sistema nacional de prestação de contas dos projetos do Governo Federal financiados com recursos externos, foi realizado o detalhamento do Projeto de Especificação, que havia sido elaborado em 2009, em conjunto com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e as áreas de Contabilidade e Tecnologia do Tesouro Nacional. Na etapa seguinte, deu-se início à construção do aplicativo que automatizará a contabilização da execução desses projetos em moeda estrangeira. Também foi desenvolvida no SIAFI a funcionalidade que permite estruturar o Plano Interno (PI) de forma a espelhar os dados da execução desses projetos na formatação dos contratos externos. Essa nova estrutura do PI foi apresentada no encontro realizado com as Setoriais Financeiras dos Ministérios que executam projetos externos, realizada em novembro de 2010.

Foi elaborado pela STN, o primeiro Relatório de Execução Orçamentária e Financeira de Projetos com Financiamento Externo, referente ao exercício de 2009, o qual apresentou a execução orçamentária e financeira dos projetos financiados com recursos externos, e identificou as dificuldades encontradas pelos gestores na implementação dos objetivos propostos, bem como sugeriu ações a serem adotadas para minimizar ou corrigir as distorções observadas na execução desses projetos.

Esta STN, no âmbito da Subsecretaria de Política Fiscal (COFIN/STN), estabeleceu as seguintes metas:

Meta: Comitê responsável pelo acompanhamento da execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional e da Política Fiscal do Governo Central está em operação - (II, V, Secretário + Substituto)

Durante o exercício de 2010, a COFIN apresentou ao Subsecretário de Política Fiscal minuta de Portaria que institui o Comitê de acompanhamento da Programação Financeira do Tesouro Nacional e da Política Fiscal, sendo esta aprovada e posteriormente apresentada ao Secretário do Tesouro Nacional. Estamos aguardando manifestação do Secretário do Tesouro Nacional acerca da proposta de Portaria para adotarmos providências com vistas ao início dos trabalhos do referido Comitê.

Meta: processos de trabalho e sistemas que dão suporte à geração de insumos básicos para a programação financeira (política fiscal) foram modernizados.

Durante o exercício de 2010, em decorrência do Projeto de Modernização da COFIN (1ª Fase), realizado pela CODIN, foram apresentadas e aceitas cerca de 64 melhorias associadas à modernização da programação financeira. Destas propostas, a COFIN já implementou aproximadamente 42, e , aproximadamente 22 propostas estão em andamento. Em relação à 2ª Fase, estamos trabalhando no relatório enviado pela CODIN, analisando as propostas de melhorias que serão implementadas em continuidade a este trabalho.

Também se encontra em desenvolvimento, em conjunto com a COSIS, a especificação do Sistema de Programação Financeira do Tesouro Nacional – SISPROFI. Em 2010 foram realizadas diversas reuniões para análise de ferramentas de sistema que atendem ao SISPROFI, que culminaram na escolha do Qlick View (em fase de contratação/COSIS). Também já foi providenciada a compra de um software (Automation Anywhere), que permitirá tratamento automático no processo de obtenção de informações que subsidiam a programação financeira, conforme proposta inicial da COSIS à COFIN.

Meta: O TN se posicionou sobre a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Com o fim da validade da Desvinculação das Receitas da União – DRU previsto para o final do exercício de 2011, iniciou-se a discussão sobre a sua prorrogação. O Tesouro Nacional se posicionou a favor da prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

A DRU constitui instrumento de extrema importância para a operacionalização do Orçamento Geral da União e para a obtenção de resultados fiscais compatíveis com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado. Esse mecanismo libera parcela da receita primária vinculada e reduz o nível total das vinculações da União. Mesmo assim, estas vinculações correspondem ainda a mais de $\frac{3}{4}$ do total das receitas. Ao ampliar a flexibilidade do orçamento e propiciar condições para a implementação de prioridades de políticas públicas, a DRU permite que recursos fiscais sejam desvinculados e direcionados para o custeio de ações de governo segundo as prioridades estabelecidas nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Meta: Comitê responsável pelo acompanhamento da execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional e da Política Fiscal do Governo Central está em operação.

O referido Comitê foi estabelecido em 2011, com reuniões mensais, contando com a participação do Subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Nacional, do Diretor de Programa do Tesouro Nacional, de todos os coordenadores-gerais e seus respectivos substitutos, que compõem a Subsecretaria de Política Fiscal (Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN, Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público – COAPI, Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR, Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional – COPEC e Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS), e com a Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais, na qualidade de convidada.

V) Planejamento e Estatísticas Fiscais

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no âmbito de **estudos, planejamento e estatísticas fiscais**, podemos destacar as seguintes:

1 **Objetivo estratégico 2: Contribuir para a melhoria do planejamento fiscal do médio e longo prazos do setor público, a partir de uma visão integrada das contas dos três níveis de governo, na busca do equilíbrio macroeconômico e da melhoria do gasto público.**

Com o objetivo de contribuir para o planejamento fiscal, o equilíbrio macroeconômico e a melhoria do gasto público, a STN realizou diversas atividades, como: participação no processo orçamentário, divulgação de relatórios, realização de estudos com foco em aspectos fiscais, e trabalhos de subsídios a organismos internacionais. As principais atividades e resultados de 2011 encontram-se abaixo.

A STN participou ativamente das análises e discussões do processo orçamentário durante 2011, o que envolveu o fornecimento tempestivo de informações necessárias à elaboração das peças legais que compõem o orçamento federal e o acompanhamento da sua tramitação legislativa. Neste último ponto, convém destacar a revisão desde a redação dos projetos de lei do Poder Executivo até a avaliação dos dispositivos aprovados pelo Poder Legislativo para subsidiar eventuais vetos presidenciais.

Ainda dentro de sua participação no processo orçamentário, a STN produziu demonstrativos e relatórios, atendendo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dentre eles, destaca-se o “Relatório de Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais”, elaborado quadrimestralmente nos meses de maio, setembro e fevereiro, englobando o

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e Empresas Estatais Federais não-financeiras, e contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO. Este relatório é encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e subsidia audiência pública nos termos da legislação.

Outro exemplo de relatório produzido pela STN é o Boletim “Resultado do Tesouro Nacional”, que consiste na análise do Resultado Fiscal do Governo Central e da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, em consonância com as divulgações de estatísticas fiscais dos demais órgãos da administração pública. Este documento tem o formato de informe mensal que apresenta o resultado primário do Governo Central, do mês e do ano correntes, apurado pelo critério das Necessidades de Financiamento (metodologia “acima-da-linha”). Nele são divulgadas informações sobre as receitas do Tesouro, as transferências a Estados e Municípios, as despesas do Tesouro e o balanço da Previdência Social. Além disso, o documento analisa a dívida líquida do Tesouro Nacional, interna e externa. O informe Resultado do Tesouro Nacional é publicado ao final de cada mês, segundo calendário previamente definido e divulgado, e as informações de cada edição referem-se ao mês anterior. Sua publicação recebe grande atenção da sociedade, manifestada através de intensa cobertura da imprensa. Uma versão resumida deste boletim é publicada simultaneamente em inglês. O documento encontra-se disponível em: <http://www.tesouro.gov.br/hp/resultado.asp>. Neste informe consta ainda, como anexo, um boletim mensal comentando a arrecadação e as transferências relacionadas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE/FPM/IPI-Exportação).

Ademais, no que se trata de aprimorar o macro processo orçamentário brasileiro, a STN tem participado ativamente dos grupos de trabalho visando o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão das contas públicas. O objetivo é melhorar a eficiência do gasto público no cenário atual de rigidez orçamentária e atingir benefícios econômicos sustentáveis para toda a sociedade. Ao longo do ano de 2011, vale destacar as seguintes atividades:

- Promoção de eventos nacionais com o apoio da Embaixada Britânica para o aprimoramento das informações úteis à gestão pública, em especial o Sistema de Informação de Custos: II Seminário do Sistema de Custos do Governo Federal: Análise e Avaliação das Informações de Custos, de 24 e 25 de outubro de 2011.
- Também com o apoio da Embaixada do Reino Unido, foi realizado treinamento sobre mensuração da eficiência/qualidade do gasto público no período de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2011, com o objetivo de capacitar servidores da Secretaria do Tesouro Nacional em teoria e prática sobre mensuração da eficiência e qualidade do gasto público.

Em 2011, a STN continuou com a acordo de cooperação técnica com a Fundação Getulio Vargas (FGV), visando estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas Aplicadas, a partir do intercâmbio de conhecimento entre os servidores dessa Secretaria e da citada Instituição de Ensino. Alguns projetos ativos durante o exercício de 2011 foram:

- Modelo de equilíbrio geral dinâmico e estocástico (DSGE): desenvolvido e implementado modelo adaptado ao Brasil para realizar avaliações de impactos de diferentes regras fiscais sobre agregados macroeconômicos em cenários de médio e longo prazos.
- Modelo de projeção dos governos regionais: projeto com o objetivo de prover à STN ferramentas gerenciais de controle e previsão das receitas e despesas dos governos regionais por meio de programa econométrico em plataforma E-views.

Além dos trabalhos realizados em cooperação com a FGV, foram realizados, pela STN, estudos sobre temas como: gasto público em áreas finalísticas, previdência social, transferências voluntárias federais e federalismo fiscal. Tais pesquisas têm o papel de identificar problemas na estrutura fiscal, fornecer elementos úteis à gestão das políticas públicas e gerir riscos ao equilíbrio fiscal. Dentre os estudos desenvolvidos, vale destacar os seguintes:

- **Saúde:** O artigo analisa como os critérios técnicos definidos no art. 35 da Lei no 8.080/1990 para distribuição de recursos se relacionam com a eficiência na gestão dos serviços de saúde nas Unidades da Federação. Para este fim, utiliza-se uma medida de eficiência baseada em Fronteira Estocástica onde o insumo é o gasto público em saúde, ao passo que os produtos de saúde são consultas, internações, exames e número de leitos no Sistema Único de Saúde (SUS) no período de 2000 a 2008.
- **Transferências:** O trabalho apresenta uma taxonomia das transferências e os incentivos criados por elas e, com base em duas experiências internacionais – a canadense e a australiana, sugere alguns modelos para o futuro FPE, apresentando suas vantagens e desvantagens em relação a quatro hipóteses desejáveis – desvinculação da arrecadação federal, não geração de perdas financeiras aos estados, facilidade para calcular e criação de um incentivo ao crescimento da arrecadação estadual.
- **Federalismo Fiscal:** Este trabalho estima o efeito da crise financeira de 2008 sobre as receitas e transferências das três esferas do governo. Mostramos que a crise proporcionou uma perda de arrecadação para a União, basicamente devido à queda na atividade econômica.

Com o objetivo de realizar discussões periódicas (bimestrais) sobre cenários, perspectivas e questões da conjuntura econômico-fiscal, foi instituído, no âmbito da STN, o comitê de acompanhamento/discussão da política fiscal. Esse comitê tem ênfase em questões fiscais do Governo Federal, dos Governos Regionais e Empresas Estatais Federais que repercutam nas trajetórias fiscais de curto e médio prazos do setor público.

Dentro desse contexto de acompanhamento e planejamento da política fiscal, são realizadas uma série de análises sobre o ambiente econômico-fiscal. Por exemplo, a STN sistematizou rotina de projeção do resultado primário “abaixo-da-linha” dos governos regionais, separadamente para o total dos Estados e para total dos Municípios. Esse indicador auxilia o Governo Federal a ter uma visão mais clara da trajetória do superávit primário para o Setor Público Consolidado. Além disso, a Secretaria trabalhou na sistematização da projeção do resultado nominal, realizando mapeamento dos seus principais fatores condicionantes e estabelecendo um fluxo interno de informações com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento e a projeção desse indicador.

No âmbito internacional, a STN teve participação ativa no processo de projeções fiscais de médio prazo e reportes de medidas de políticas fiscais adotadas, com vistas a subsidiar a participação brasileira nas discussões da terceira fase da avaliação do G-20, intitulada “*framework for strong, sustainable and balanced growth*”. O objetivo é coordenar ações macroeconômicas e políticas necessárias ao crescimento forte, sustentável e equilibrado.

A STN também realizou trabalhos de subsídio a Organismos Internacionais, manifestando-se sobre estudos e pesquisas preparados pelo FMI, OCDE e Banco Mundial, submetidos à sua análise. Essa tarefa visa assegurar a fidedignidade das informações contidas naqueles documentos, contribuindo para a melhoria das análises sobre as finanças públicas no Brasil.

1. Objetivo estratégico 5: aprimorar a atuação do Tesouro Nacional nas empresas e fundos que tem participação/representação

Nesse aspecto, trabalhou-se na criação de uma sistemática de acompanhamento das empresas estatais que não estão na abrangência estatística do resultado primário do setor público.

Com esse objetivo, e com vistas à implementação de nova metodologia de Estatísticas de Finanças Públicas com base no Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – MEFP-2001, foi realizada em 2011 a compilação de estatísticas de finanças públicas para as corporações não-financeiras.

2. Objetivo estratégico 14: promover a estruturação e a melhoria da qualidade das informações contábeis e de estatísticas fiscais no setor público

A STN publica e dissemina informações fiscais em conformidade com os critérios e normas vigentes no país e com padrões metodológicos decorrentes de acordos internacionais de que a União faça parte.

Dentro desse objetivo, a Secretaria tem trabalhado na avaliação da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas (MEFP-2001). O objetivo do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – MEFP-2001 é oferecer um instrumento de auxílio à análise fiscal do país, harmonizado com os demais manuais do Fundo Monetário Internacional – FMI. O MEFP-2001 atualiza o MEFP-1986 e representa um avanço na compilação de estatísticas fiscais, pois permite maior transparência das finanças e das operações governamentais. Seu propósito é proporcionar um marco conceitual que facilite análises da política fiscal e possibilite quantificar as ações do setor público, composto pelo setor de Governo Geral (Governo Central, Estadual e Local) e pelas entidades controladas pelo governo, denominadas Corporações, que exercem atividades empresariais. No contexto da execução dos trabalhos de implementação da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas, o ano de 2011 foi marcado pelas seguintes realizações:

- Reedição dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, Parte VIII do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (atualmente em sua 4ª Edição, válida para 2012), aplicando as regras do MEFP-2001 ao caso brasileiro, considerando as especificidades da conformação institucional e legal brasileira.
- Desenvolvimento de projeto de produção automatizada de estatísticas fiscais do Governo Central por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- Diagnóstico da adequação das informações estatísticas de entes subnacionais com relação ao MEFP 2001.
- Compilação de exercício piloto de estatísticas do governo central para os anos de 2006 e 2007 e automação, via SIAFI, para a informação a partir de 2008.
- Compilação de estatísticas de finanças públicas para as corporações não-financeiras.

Ademais, houve o aprimoramento das estatísticas fiscais harmonizadas no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul. O convênio firmado entre o Mercosul e a União Européia compreende atividades relacionadas ao desenvolvimento, harmonização, validação e divulgação de informações estatísticas macroeconômicas, bem como à criação de espaços de diálogo macroeconômico. A STN coordena as atividades do componente fiscal no Brasil. Dentre os trabalhos realizados em 2011, merecem destaque:

- Criação de metodologia para compatibilização entre fluxos e estoques (acima e abaixo-da-linha) para todos os níveis de governo para publicação de estatísticas conforme MEF-Mercosul 2010.
- Produção e divulgação das Estatísticas Fiscais GMM conforme MEF-Mercosul 2010 a partir de abril de 2011. As informações fiscais para o GMM são trimestrais e compreendem o Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social) e o Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios). A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para consolidação pelo Banco Central do Brasil, a quem compete proceder à publicação na página do GMM (www.gmm-mercosul.org).
- Desenvolvimento dos sistemas integrantes do módulo fiscal, que compila dados fiscais de entes subnacionais e corporações não-financeiras de modo a permitir a produção de estatísticas fiscais harmonizadas a partir de cargas oriundas do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e carga de dados de corporações não-financeiras.

A STN, enquanto responsável pela execução e acompanhamento da política fiscal e, por conseguinte, pela consolidação e disseminação das estatísticas fiscais, empenhou-se no desenvolvimento de conteúdos e proposta de estrutura normativa para gestão do Sistema de Séries Temporais, que reunirá um conjunto amplo de séries temporais de interesse fiscal a ser disponibilizado no sítio eletrônico da STN.

Em 2011, foi institucionalizado, por meio da Ordem de Serviço nº 3, de 03/10/2011, o Grupo Técnico de Administração do Sistema Séries Temporais da STN, GT-Séries Temporais, composto por representantes da Assessoria Econômica e das seis Subsecretarias da STN.

No âmbito do GT-Séries Temporais foram realizadas reuniões com as diversas áreas da STN para últimos ajustes, treinamento e carga de dados no sistema. A divulgação do Sistema Séries Temporais ao público externo está prevista para o primeiro semestre 2012 em conjunto com o novo sítio eletrônico do Tesouro Nacional.

O sistema servirá de guia para o público usuário das informações, aumentando a transparência, aperfeiçoando os mecanismos de divulgação e aumentando a compreensão das estatísticas fiscais, em detrimento da mera disponibilização de dados e conceitos, dispersos e estanques. Com isso, a STN estará cumprindo sua missão institucional de garantia da transparência do gasto público, utilizando instrumentos e competências conferidos pelo seu regimento interno.

A STN consolida e divulga informações fiscais referentes às operações do Governo Central, para efeito de cumprimento aos termos de adesão do Brasil ao Padrão Especial de Disseminação de Dados do Fundo Monetário Internacional – PEDD/FMI, bem como das estatísticas harmonizadas do Governo Central e Geral, no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul, conforme citado anteriormente.

Para atender a esta demanda, são disponibilizadas as seguintes informações:

- Fundo Monetário Internacional (FMI) – Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD): As estatísticas sobre operações do Governo Federal são divulgadas em reais e compreendem o Tesouro Nacional e a Previdência Social. Os dados são divulgados mensalmente pela STN: receitas, transferências e despesas primárias e as despesas com juros nominais, conforme informação enviada pelo Banco Central. O resultado primário é consolidado e calculado em regime de caixa e os juros nominais em regime de competência. A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para publicação no sítio do Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>) no mesmo dia da divulgação do resultado do setor público consolidado realizada pelo Banco Central do Brasil.
- Fundo Monetário Internacional (FMI) – Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (International Financial Statistics Yearbook). São publicadas mensalmente as informações de alta frequência relativas a estatísticas sobre operações do Governo Federal, consolidadas anualmente no Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (International Financial Statistics Yearbook). Esse conjunto de estatísticas de finanças públicas segue o padrão metodológico do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2001 (MEFP-2001) e é divulgado com a mesma periodicidade do PEDD. Em 2011, a STN, buscando avançar nos compromissos assumidos internacionalmente, estendeu a divulgação de informações incorporando ao Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (Government Finance Statistics Yearbook – GFSY, publicação do Fundo Monetário Internacional) dados consolidados de entes subnacionais (Estados, Distrito Federal e Municípios), contemplando, dessa forma, informações de Governo Geral. Contribuíram para este avanço os encontros técnicos com Governos Estaduais e Municipais, realizados no segundo semestre de 2011, em parceria com o Banco Central. A rodada de encontros técnicos teve como objetivo a

divulgação dos aspectos conceituais e metodológicos, de forma a agregar análises de resultados produzidos, discussões quanto à sua harmonização com os indicadores fiscais segundo o arcabouço legal em vigor e a identificação de aperfeiçoamentos que podem ser promovidos.

As informações supramencionadas são divulgadas tempestivamente, conforme cronograma previamente estabelecido, assegurando o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil perante o FMI. Essas informações, apuradas e divulgadas conforme metodologias padronizadas, são utilizadas por investidores, acadêmicos, agentes públicos e demais interessados da comunidade internacional.

Finalmente, a Secretaria trabalha na estruturação dos mecanismos necessários para promover a consistência macroeconômica de informações fiscais com o BACEN e IBGE. Em 2011, foi reforçado o trabalho conjunto com finalidade de instituir a cooperação dos órgãos produtores de estatísticas com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, bem como a avaliação das demandas por estatísticas econômicas, em especial por meio da integração e harmonização de classificações, conceitos e procedimentos.

3. Objetivo estratégico 25: dar maior visibilidade as ações e ao papel institucional do Tesouro Nacional

No âmbito do acordo de cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, em 2011, a STN prosseguiu com o projeto Disseminação de Estudos Fiscais, visando estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas Aplicadas e dar maior visibilidade às ações e ao papel institucional do Tesouro Nacional, a partir do intercâmbio de conhecimento entre os servidores dessa Secretaria e da citada Instituição de Ensino. Foram realizados 15 seminários, dos quais 2 com apoio da FGV, com foco preferencial em trabalhos acadêmicos que tratam de temas relacionados à política fiscal e qualidade do gasto público. Além disso, iniciou-se o planejamento para elaboração de Textos para Discussão em co-autoria com docentes da FGV, a serem submetidos à Série de Textos para Discussão da STN em 2012. Essas atividades tiveram por objetivo a capacitação e a atualização acadêmica dos servidores da STN, através da apresentação de conteúdos em matéria de política fiscal a nível de pós-graduação.

Ainda como forma de promover o debate sobre temas de interesse da Secretaria, estimulando a produção e a disseminação do conhecimento científico do corpo funcional, a STN estruturou o processo administrativo de seleção e avaliação dos artigos submetidos à Série de Textos para Discussão.

4. Objetivo estratégico 28: melhorar o desempenho e eficiência organizacional por meio da gestão de processos, do aperfeiçoamento da estrutura, da gestão de dados e informações

O Sistema de Coleta de Informações Contábeis e Fiscais – SICONFI é uma iniciativa visando o desenvolvimento de sistema estruturante da STN para coletar dados, executar consultas e extrair informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação.

O SICONFI tem como objetivo substituir o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, ferramenta criada para operacionalizar o convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e a STN para coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e em portarias expedidas pela STN e auxiliar na coleta de informações financeiras relativas a operações de crédito. O SICONFI utilizará a linguagem XBRL (Extensible Business Reporting Language) para a transmissão de dados.

Dessa forma, em 2011, foram constituídos dois Comitês para o desenvolvimento e implementação das atividades do projeto, o Comitê Técnico Gestor – CTG SICONFI, responsável pela implementação e atuando permanentemente junto às áreas envolvidas; e o Comitê Estratégico – CE SICONFI, responsável pela definição das diretrizes gerais e acompanhamento estratégico do projeto. Paralelamente, o projeto tem sido discutido nas reuniões do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais – GTSIS.

Por fim, vale mencionar o Seminário Internacional Transparência na Gestão Pública – Transferência de dados pelo padrão XBRL, organizado pela STN, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Receita Federal do Brasil (RFB/MF), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Embaixada do Reino Unido, que realizou-se nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2011, na Escola de Administração Fazendária (ESAF), em Brasília-DF. O objetivo do evento foi apresentar e discutir a experiência internacional e a opinião de técnicos internacionais sobre o processo de fortalecimento da transparência da gestão pública por meio da implementação de mecanismos automatizados de transferência de informações entre órgãos de governo e entre agentes do setor privado e o governo, em especial, utilizando-se o padrão XBRL, linguagem que será utilizada no SICONFI. O seminário trouxe diversas experiências sobre o assunto, demonstrando sua importância para a transparência na gestão pública, com informações mais precisas e tempestivas.

Ainda dentro do objetivo estratégico 28 - “Melhorar o desempenho e eficiência organizacional por meio da gestão de processos, do aperfeiçoamento da estrutura, da gestão de dados e informações” possuía uma meta conjunta com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODIN).

- a. *Estruturar a COFSB para a realização de operações com moeda estrangeira, envolvendo Banco Central e Sistema Financeiro.*

Durante o exercício de 2011 houve treinamento específico sobre o mercado de câmbio para servidores da COFSB. Além disso, foi celebrado convênio com o Banco Central do Brasil (Bacen) com vistas a compra e venda de moeda estrangeira em nome do FSB e os procedimentos para a realização das operações foram automatizados.

Por fim, dando seguimento à estruturação da COFSB, foi realizada a primeira etapa do mapeamento dos procedimentos operacionais, com uma Força Tarefa liderada pela Codin. Com esse mapeamento, as atribuições de cada área foram definidas e foi enviada proposta de atualização do Regimento Interno da STN.

Objetivo Estratégico 7: Gerir ativos brasileiros, em especial no exterior, por meio da consolidação do Fundo Soberano

Em observância aos objetivos estratégicos traçados pela STN, coube à Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil o objetivo estratégico de “Gerir ativos brasileiros, em especial no exterior, por meio da consolidação do Fundo Soberano”. Esse objetivo estratégico foi composto por três macro-ações apresentadas a seguir juntamente com as atividades relacionadas, desenvolvidas no decorrer do ano.

- a. *Submeter ao Secretário do TN propostas para aplicação de recursos do FSB.*

Durante o ano de 2011, a COFSB iniciou estudos preliminares que visam subsidiar a elaboração do plano de investimentos do FSB, que faz parte do planejamento para 2012. Tendo em vista a conjuntura internacional desfavorável, bem como a necessidade de que algumas definições estratégicas em relação as diretrizes de aplicação dos recursos sejam

finalizadas, o CDFSB entendeu por bem manter o portfólio atual do FSB, integralmente composto por quotas do FFIE, e não realizar nenhum outro investimento ou novo aporte.

- b. Realizar estudo da correlação dos ciclos econômicos ao processo de alocação de investimentos do FSB.*

Foi realizada parceria com a FGV para estudar a incorporação dos ciclos econômicos ao processo de alocação do FSB. As primeiras etapas desse estudo foram concluídas dentro do prazo. Para 2012 deverão ser postas em prática as etapas finais do projeto.

- c. Desenvolver metodologia de gestão de ativos do Fundo Soberano - etapa I.*

Durante o exercício de 2011 ocorreram treinamentos para capacitar os servidores na gestão de recursos financeiros, com curso sobre análise fundamentalista de empresas, apresentado por gestores da BB DTVM, além de treinamento na mesa de operações da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP).

As metodologias de gestão de ativos foram aprimoradas pelo acompanhamento mais detalhado dos indicadores de risco fornecidos pela BB DTVM, e pelos estudos de alocação de ativos através de modelos.

A este respeito cabe recordar o trabalho de consultoria realizado em 2010 que forneceu o embasamento técnico para o início das discussões práticas de modelagem de risco, de gestão de ativos, dentre outros temas. Ainda que reconheçamos que a experiência de 2011 mostrou que os modelos propostos precisam de ajustes metodológicos, o trabalho continua relevante como ponto de partida para os modelos a serem utilizados em 2012.

V) Relações Financeiras Intergovernamentais

V.I) Análise de Operações de Crédito

No âmbito da análise de operações de crédito interna e externa, os objetivos principais são: i) verificar o cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo de interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios; e ii) analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Conforme quadro abaixo, a STN concluiu a análise, entre janeiro e dezembro de 2011, de 1020 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R\$ 7.541.086.121,43 (sete bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e um reais e quarenta e três centavos).

Para cada pleito, foi emitido Parecer da COPEM com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise.

Quadro X – Processos Analisados entre Janeiro e Dezembro de 2011

	<i>Cumprimento de limites e condições</i>	<i>Encaminhamento para análise de concessão de garantia</i>	<i>Processos Arquivados</i>	<i>Processos Indeferidos</i>	<i>Total</i>
Estados	28	19	7	0	54
Municípios	735	10	220	1	966
Total	763	29	227	1	1020

Especificamente no que tange à análise de concessão da garantia da União, foram analisadas e autorizadas 31 operações de crédito, totalizando **R\$ 10.382.301.216,23**, distribuídos da seguinte forma:

Quadro XII – Total de Operações Autorizadas a Receber Garantia da União

<i>Operação de Crédito</i>	<i>Interessado</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Montante Autorizado¹</i>
Operações de crédito interno analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	9	R\$ 5.188.334.206,47
	Pleitos de interesse de Municípios	2	R\$ 499.600.000,00
	Pleitos de interesse de Empresas	-	-
Operações de crédito externo analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	10	R\$ 2.923.304.340,00
	Pleitos de interesse de Municípios	8	R\$ 764.267.229,76
	Pleitos de interesse de Empresas	2	R\$ 1.006.795.440,00
TOTAIS		31	R\$ 10.382.301.216,23

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SUBSEC 4/STN/MF-DF.

Observações:

1) As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas na moeda de contratação. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação da data de emissão do Parecer relativo à Resolução nº 48/07 do Senado Federal.

As operações de crédito mencionadas estão detalhadas nos quadros seguintes. Os três primeiros referem-se às operações de crédito externo, de interesse de Estados, Municípios e Empresas Estatais, respectivamente. Os outros dois, referem-se às operações de crédito interno de interesse de Estados e Municípios, nessa ordem.

Quadro XIII - Operações de Crédito Externo

A) Operações de Crédito Externo de Interesse de Estados

<i>Programa</i>	<i>Mutuário</i>	<i>Credor</i>	<i>Valor da operação</i>
PROHDUMS – Programa de Habitação e Desenvolv. Urbano Metropolitano Sustentável	Rio de Janeiro	BIRD ¹	US\$ 485.000.000,00
PRODETUR/RJ – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	Rio de Janeiro	BID ²	US\$112.000.000,00
PROFISCO/RO – Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial	Rondônia	BID	US\$ 6.231.000,00
Programa Várzeas do Tietê	São Paulo	BID	US\$ 115.700.000,00
PRES III – Programa Rodoviário do Espírito Santo III	Espírito Santo	BID	US\$ 175.000.000,00
PSAM – Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara	Rio de Janeiro	BID	US\$ 451.980.000,00

Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos	Bahia	BIRD	US\$ 60.000.000,00
PROSAMIM III – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus	Amazonas	BID	US\$ 280.000.000,00
PROFISCO/PB – Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba	Paraíba	BID	US\$ 7.479.000,00
PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó	Paraíba	FIDA ³	SDR 16.100.000,00 ⁴
<i>Total autorizado em dólares:</i>			<i>US\$ 1.718.390.000,00</i>
<i>Total autorizado em reais:</i>			<i>R\$ 2.923.304.340,00⁵</i>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SUBSEC 4/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
- 2) BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 3) FIDA: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura.
- 4) SDR: Direito Especial de Saque. O valor da operação corresponde a US\$ 25.000.000,00.
- 5) Os valores em dólares foram convertidos para reais adotando-se a cotação da data de emissão do Parecer relativo à Resolução nº 48/07 do Senado Federal.

B) Operações de Crédito Externo de Interesse de Municípios

<i>Programa</i>	<i>Mutuário</i>	<i>Credor</i>	<i>Valor da operação</i>
PROAP III – Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – Etapa III	Rio de Janeiro/RJ	BID ¹	US\$ 150.000.000,00
PRODETUR Fortaleza – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo de Fortaleza	Fortaleza/CE	CAF ²	US\$ 50.000.000,00
Programa de Modernização e Humanização da Saúde	São Bernardo do Campo/SP	BID	US\$ 21.600.000,00
Programa de Preservação e Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte	Curitiba/PR	AFD ³	EUR 36.150.000,00
Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá	Paranaguá/PR	BID	US\$ 16.649.600,00
Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	São José dos Campos/SP	BID	US\$ 85.672.400,00
Infra-Urbe – Programa de Infraestrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia	Hortolândia/SP	CAF	US\$ 22.132.000,00
Programa DRENURB Fortaleza	Fortaleza/CE	CAF	US\$ 45.100.000,00
<i>Total autorizado em dólares:</i>			<i>US\$ 444.807.830,00</i>
<i>Total autorizado em reais:</i>			<i>R\$ 764.267.229,76⁴</i>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 2) CAF: Corporação Andina de Fomento.
- 3) AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento.
- 4) Os valores em dólares e em euros foram convertidos para reais adotando-se a cotação da data de emissão do Parecer relativo à Resolução nº 48/07 do Senado Federal.

C) Operações de Crédito Externo de Interesse de Empresas Estatais

<i>Programa</i>	<i>Mutuário</i>	<i>Credor</i>	<i>Valor da operação</i>
Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba	COPASA – Companhia de Saneamento de MG	KFW ¹	EUR 100.000.000,00
Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética	SABESP – Companhia de Saneamento de SP	JICA ²	¥ 33.584.000.000,00
<i>Total autorizado em dólares:</i>			<i>US\$ 576.507.685,95</i>
<i>Total autorizado em reais:</i>			<i>R\$ 1.006.795.440,00³</i>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) KFW: KFW Entwicklungsbank – Banco Alemão.

2) JICA: Agência Internacional de Cooperação do Japão.

3) Os valores em euro e em iene foram convertidos para dólares e para reais adotando-se a cotação da data de emissão do Parecer relativo à Resolução nº 48/07 do Senado Federal.

Quadro XIII Operações de Crédito Interno de Interesse de Estados

<i>Programa</i>	<i>Mutuário</i>	<i>Credor</i>	<i>Valor da operação</i>
Programa de saneamento econômico-financeiro e aportes de capital na Companhia CELG Distribuição S.A.	Goiás	CEF ¹	R\$ 3.527.000.000,00
Programa de novas Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe	Sergipe	CEF	R\$ 180.000.000,00
PROCOPA – Reforma e Adequação do Complexo do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014.	Rio de Janeiro	BNDES ²	R\$ 400.000.000,00
Programa Pró-Transporte – execução de complementação de obras do Corredor Viário denominado Via Light	Rio de Janeiro	CEF	R\$ 259.138.332,31
PEF II - Programa Emergencial de Financiamento dos Estados/DF	Rondônia	BNDES	R\$ 168.936.000,00
PEF II - Programa Emergencial de Financiamento dos Estados/DF	Rio Grande do Sul	BNDES	R\$ 139.512.000,00
PEF - Programa Emergencial de Financiamento dos Estados/DF	Rio Grande do Sul	BNDES	R\$ 94.192.000,00
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Piauí	Piauí	CEF	R\$ 120.000.000,00
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC)	Pernambuco	CEF	R\$ 299.555.874,16
<i>Total autorizado em reais</i>			<i>R\$ 5.188.334.206,47</i>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

1) CEF: Caixa Econômica Federal.

2) BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quadro XIV - Operações de Crédito Interno de Interesse de Municípios

<i>Programa</i>	<i>Mutuário</i>	<i>Credor</i>	<i>Valor da operação</i>
Programa Pró-Transporte e projetos de mobilidade urbana voltados para a Copa do Mundo de 2014	Natal	CEF	R\$ 293.000.000,00
Programa Pró-Transporte Copa 2014	Fortaleza	CEF	R\$ 206.600.000,00
<i>Total autorizado em reais:</i>			<i>R\$ 499.600.000,00</i>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Além das operações de crédito supracitadas, destaca-se, para o mesmo período de janeiro a dezembro de 2011, a análise de 36 outros pleitos, que resultaram na emissão de: i) **1 Parecer (sem garantia)**, destinado ao Projeto de Modernização da Gestão Comercial da Cia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN); ii) **9 Pareceres Complementares**, emitidos para manifestação adicional acerca de aspectos orçamentário-financeiros; e iii) **26 Pareceres de Alteração Contratual**, versando sobre pedidos de alterações contratuais referentes a operações de créditos já garantidas pela União

VI) Transferências Financeiras Intergovernamentais

Objetivo estratégico: aprimorar o arcabouço normativo das transferências voluntárias da União a estados e municípios visando à redução de conflitos federativos.

Meta: sugerir alterações na redação do art. 24 da Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008, que normatiza acerca de convênios.

As alterações propostas foram as seguintes:

- previsão de consulta automática pelo CAUC ao SIOPS e SIOPE;
- previsão de possibilidade de aceitação de Certidão de Tribunais e Conselhos de Contas para fins de cumprimento dos mínimos Constitucionais de educação e saúde;
- alteração de texto para que o CAUC não seja o único meio de comprovação de regularidade, visando facultar aos beneficiários outros meios;
- alteração de texto para que a Portaria 127 espelhe toda a legislação que faz referência às transferências voluntárias:
 - Lei Complementar nº 131, de 2009, alterou o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no tocante à transparência da gestão fiscal;
 - Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que trata do pagamento de precatórios;
 - Atendimento ao art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- alterações no texto visando incorporar as integrações de sistemas, bem como outros procedimentos que poderão ser impactados pela edição de nova Instrução Normativa do CAUC.

Meta: promover melhoria das informações transmitidas à Advocacia-Geral da União, no esforço de aperfeiçoamento da instrução na defesa judicial da União em ações relativas ao CAUC.

A COINT enviou CD ROM às unidades da AGU que pediram subsídios para instruir a sua atuação, contendo relação de argumentos mais utilizados nos processos contra o CAUC bem como os contra-argumentos para contrastá-los.

A COINT tem encaminhado as respostas aos questionamentos da AGU para os e-mails institucionais e pessoais dos advogados, quando indicados, para agilizar o processo de resposta.

A COINT promoveu a aproximação com a AGU por meio de reuniões/seminários, visando minimizar as dificuldades relacionadas ao entendimento tanto da legislação do CAUC quanto do próprio sistema.

Foi implantado, dentro da COINT, o Núcleo de Apoio à Defesa Judicial da União sobre transferências voluntárias.

Atividades não implementadas

Quatro atividades constantes do plano de ação da COINT em 2010 não foram efetivadas:

- reativação do SISTC;
- publicação da nova Instrução Normativa sobre o CAUC;
- leitura automática do SISTN pelo CAUC; e
- Integração do CAUC com SICAU.

Em relação à primeira atividade, após avaliação conjunta com a área de tecnologia da informação, optou-se por manter o SISTC apenas com suas funções mais básicas, como apenas um registro de informações de transferências constitucionais até o ano de 2009. Como alternativa para

várias funções antes atendidas parcialmente através daquele Sistema, está em desenvolvimento uma série de recursos de automação. Será desenvolvido um novo sistema para substituir o SISTC que foi colocado como principal macro-ação nova da COINT para 2011.

Quanto à publicação da nova Instrução Normativa sobre o CAUC, foram feitas as discussões e foi elaborada a proposta que encontra-se sob análise do Secretário do Tesouro Nacional.

Quanto à leitura automática do SISTN, esta ação foi incorporada numa maior, de remodelação do CAUC com a publicação da nova Instrução Normativa. Foram desenhadas as regras de negócio para implementação.

A última atividade tinha como objetivo permitir que os usuários do CAUC tivessem conhecimento de todas as fases de algum processo judicial que pudesse impactar a execução de convênios. No entanto, a área de tecnologia da informação manifestou-se no sentido da impossibilidade de realizar tal integração em 2010.

VII) Contabilidade Pública

A STN teve como um dos objetivos estratégicos no exercício de 2011, promover, no setor público brasileiro, a convergência aos padrões internacionais de contabilidade pública e estatísticas fiscais.

A implantação de um “Novo de Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público” tem como objetivo convergir as práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Esse novo modelo visa resgatar a Contabilidade como ciência, e o patrimônio da entidade pública como objeto de estudo.

Nesse sentido, o Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu alguns objetivos com o intuito de promover as adequações necessárias para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, entre as quais:

- estabelecer normas e procedimentos contábeis para a Federação, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
- padronizar as prestações de contas e os relatórios e demonstrativos de gestão fiscal, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF;
- disseminar, por meio de planos de treinamento e apoio técnico, os padrões estabelecidos no MCASP e no MDF para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- elaborar as demonstrações contábeis consolidadas da União e demais relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

As principais realizações encontram-se detalhadas a seguir:

- Em atendimento ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 16.9, que trata de Depreciação, Amortização e Exaustão, foram desenvolvidas rotinas, elaboradas orientações normativas e realizados cursos de capacitação para que a Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações comecem a aplicar tais procedimentos no exercício contábil de 2011. A aplicação dos procedimentos de depreciação, amortização e exaustão é de fundamental importância para a correta evidenciação do Patrimônio das entidades contábeis, se evidenciado a capacidade de geração de benefícios sociais adequados.
- Ainda em 2011, em atendimento a LC 131/09, que altera a LC 131/00 acrescentando o art. 48-A, foram implementadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) rotinas de registro dos créditos tributários a receber e lançados na contabilidade estes créditos. O reconhecimento por competência dos créditos a

receber é de fundamental importância para a correta apresentação do Patrimônio das unidades contábeis, além de assegurar a disponibilização dos dados, conforme propõe a LC 131/09.

- Outro objetivo estratégico refere-se a aprimorar as informações contábeis e de estatísticas fiscais. Em 2011 foi dada continuidade aos trabalhos de aplicação dos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que visa a convergência da Contabilidade Pública com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Tendo finalizado o desenvolvimento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o 7º nível e iniciado o desenvolvimento das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Essas novas estruturas da Contabilidade do Setor Público contribuem para uma informação orçamentária e patrimonial mais completas e úteis, ocupando as lacunas de informação dos fenômenos econômicos.
- Também em 2011 foi disponibilizado para os usuários o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal (SIC), com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública. O Sistema de Informação de Custos é um datawarehouse (armazém de informações) que contém dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). Durante o exercício de 2011 foram realizados seminários e diversos treinamentos de capacitação para os usuários do SIC, esta capacitação envolve órgãos da Administração Direta de todos os poderes, os quais são representados por Comitês de Servidores, que serão responsáveis pela validação das informações de cada Órgão.
- Foram implementadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) as transações que automatizarão a produção dos Demonstrativos do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001), com o objetivo de promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais, possibilitando a completa integração de fluxos de estoques, bem como a determinação do impacto das políticas fiscais na evolução temporal do Patrimônio Líquido do País.
- Também, em 2011, a Secretaria do Tesouro Nacional continuou envidando esforços no sentido de desenvolver um novo SIAFI alinhado com os procedimentos de fortalecimento patrimonial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e alicerçado em nova plataforma tecnológica. O desenvolvimento do primeiro módulo desse projeto, Contas a Pagar e a Receber (CPR) que trata da execução orçamentária, financeira e patrimonial, está em processo de finalização, com implantação prevista para 2012.

Todos esses trabalhos executados tiveram como objetivo melhorar a qualidade da informação contábil, principalmente no que se refere aos aspectos patrimoniais, proporcionando credibilidade e seu uso efetivo.

Importante ressaltar que, notadamente, a Administração Pública Federal não aplicava integralmente a teoria contábil no âmbito da contabilidade patrimonial. Para se adotar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi necessária a adoção de cronograma para a implantação das práticas adequadas, pois as mudanças permeiam aspectos culturais, administrativos, tecnológicos e de recursos humanos e financeiros.

Cabe ressaltar que dois grandes projetos intimamente relacionados estão sendo executados de forma paralela. O Plano de Contas da União será implementado na ferramenta operacional de execução orçamentária e financeira da União, o SIAFI, que está sendo atualizado em módulos. Foi

decidido que o Plano de Contas da União será implantado somente após o desenvolvimento do módulo contábil no SIAFI.

a) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Na posição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal conforme definido no Decreto nº 6.976/2009 e com a responsabilidade da edição de normas gerais para fins da consolidação das contas públicas conforme a Lei Complementar nº 101/2000, a Secretaria do Tesouro Nacional edita periodicamente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – normativo que harmoniza entendimentos contábeis em âmbito da Federação Brasileira.

Considerando o entendimento de que a produção do MCASP deve ser participativa, transparente e preservar o caráter técnico de seu conteúdo, a STN instituiu o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON. Como principal resultado, foi produzida a 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicada em 20 de junho de 2011. Essa edição é válida para o exercício de 2012, devendo ser observada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Esta 4ª edição, do MCASP, instituída pela Portaria STN nº 406/2011 e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2011, compõe-se de oito partes: I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas, VII – Exercício Prático e VIII – Demonstrativo de Estatística de Finanças Públicas

A busca da padronização contábil a partir da elaboração do MCASP visa promover o desenvolvimento conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

b) Convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A Portaria nº 184, de 25 de Agosto de 2008, define as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A referida Portaria estabelece que a Secretaria do Tesouro Nacional deverá editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos do IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público.

Em 2011, a STN participou efetivamente das discussões, junto ao Conselho Federal de Contabilidade, das normas internacionais de contabilidade – IPSAS, desde a tradução até a conversão em minutas de Normas Brasileiras de Contabilidade, as quais estão em audiência pública.

c) Plano de Contas Nacional

A padronização de um elenco de contas em âmbito do setor público brasileiro é aspecto determinante para a redução de divergências e duplicidades e para a consolidação das contas públicas da Federação. Traz como benefícios a transparência da gestão fiscal, a racionalização de custos na Administração Pública Brasileira e o favorecimento do exercício do controle social por parte do cidadão.

Neste sentido, a STN, com o apoio do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis, instituiu o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – por meio da Portaria STN nº 751/2009, e no ano de 2010 foram realizadas atualizações no Plano como um todo, pela Portaria STN nº

582/2010. Em 2011 continuaram as discussões e melhoramentos, de maneira que o Plano de Contas esteja adequado às IPSAS, aos RPPS e ao GFSM 2001.

O PCASP vai ao encontro das disposições da Portaria MF nº 184/2008, que coloca como diretriz para o setor público federal a convergência aos padrões internacionais no que diz respeito aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Também serve como base para o levantamento de custos no setor público, permite a aplicação dos Princípios de Contabilidade em sua totalidade e se encontra aderente aos principais marcos legais brasileiros, com destaque para a Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.

d) Integração Portal SICONV com o SIAFI

Do ponto de vista de sistema de informações, foi feita a integração do novo Portal SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) com o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). Depois disso, toda a transferência voluntária de recursos federais deverá ser feita por meio deste portal (inclusive a gestão financeira dos entes recebedores: os Estados, os Municípios e o Distrito Federal).

O novo Portal SICONV visa registrar e acompanhar a operacionalização pelo concedente/contratante e convenente/contratado envolvidos em transferências voluntárias com a respectiva contabilização de forma automática no SIAFI e, além disto, possuir uma base de dados integrada com as instituições financeiras oficiais, de forma que os convenientes executarão seus convênios direto no Portal SICONV, propiciando mais controle e transparência na utilização dos recursos públicos.

e) Contabilização Automática Dívida Ativa da União

A integração dos sistemas SIAFI e Sistema de Controle da Dívida Ativa da União com a conseqüente contabilização automática da Dívida Ativa permitirá o tratamento das informações de forma tempestiva em nível mais detalhado, dando transparência das informações.

Esta automatização da contabilização da Dívida Ativa da União no SIAFI objetiva a geração de informações tempestivas, a mitigação de riscos decorrentes de registros manuais e garantindo a padronização de procedimentos contábeis.

f) Novo Manual SIAFI WEB

Dando prosseguimento ao processo de modernização do SIAFI, a Secretaria do Tesouro Nacional, disponibilizou em outubro de 2008, o novo Manual SIAFI WEB. Esta nova funcionalidade irá tornar o acesso ao SIAFI mais fácil, transparente e ágil. No novo formato, a utilização será simplificada, pois o acesso será feito por meio da internet sem solicitação de senha. Com esta implantação, o Manual SIAFI, que é um grande banco de dados de informações sobre a contabilidade pública e da execução financeira e orçamentária da União, passa a ficar disponível para todos por meio da internet, sendo uma rica fonte de pesquisas e consultas.

Esta nova funcionalidade beneficia substancialmente os gestores públicos, uma vez que para consultar o manual era necessário sair do SIAFI, agora a atividade não precisará mais ser interrompida, bastará abrir a página na internet. O novo Manual traz ainda novas funções e nova interface.

g) Manual de Demonstrativos Fiscais

A Portaria nº 577, de 15/10/2008, da STN, que instituiu a 1ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, estabelecendo as regras de padronização a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal para o exercício de 2012 e definiu orientações metodológica consoante os parâmetros estabelecidos pela

Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa Portaria revoga, a partir do exercício de 2012, a Portarias nº 249, de 30 de abril de 2010, da STN.

Este importante Manual visa reduzir as divergências e duplicidades existentes entre os Entes da Federação, em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos na Administração Pública Brasileira e propiciar o controle social por parte do cidadão.

h) Balanço do Setor Público Nacional

Com a publicação do BSPN em 30 de junho de 2011, que, além da consolidação tradicional que vinha sendo realizada, apresentou a adaptação às alterações das demonstrações da Lei 4.320/1964 e convergência dos balanços com as normas internacionais. No entanto, ainda há estudos sendo feitos para evolução do BSPN quanto a execução orçamentária e fiscal.

i) Padrões Mínimos do Governo Federal

A STN elaborou relatório para adequação aos Padrões Mínimos do Governo Federal. Foram propostas alterações no Termo de Referência para contratação de fábrica de software para aperfeiçoamento do software e-cidade, baseado no decreto de padrão mínimo e portaria de requisitos contábeis e de segurança. No entanto, ainda não foi licitada a contratação de empresa para adequação do e-Cidade aos Padrões Mínimos do Governo Federal.

j) Manual de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais do Setor

O Manual de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público- MSICP está sendo elaborado. Sua estrutura já foi apresentada e aprovada na 1ª Reunião do GTSIS. Na 2ª Reunião do GTSIS a STN apresentou a evolução da minuta do MSICSP. No entanto o documento final não foi finalizado.

VIII) Tecnologia da Informação

A atuação da Secretaria no que concerne ao macroprocesso Tecnologia da Informação compreende o planejamento de TI, englobando elaboração do plano estratégico, definição dos padrões tecnológicos, especificação e aquisição de soluções tecnológicas e ainda, os processos de :

- 1) Gestão das demandas de TI, englobando o recebimento, a classificação, a consultoria técnica, o acompanhamento do atendimento da demanda e a entrega da solução / serviço demandado;
- 2) Gestão do suporte técnico prestado aos usuários de TI, visando a capacitação do próprio usuário nas soluções de TI fornecidas;
- 3) Gestão de projetos de TI, contemplando as fases de iniciar, planejar, executar, controlar e finalizar os projetos;
- 4) Gestão da segurança de dados, executando inspeções, realizando back up e restore, e mantendo a base de dados segura;
- 5) Gestão de desenvolvimento de sistemas, planejando os desenvolvimentos, realizando as implementações, fazendo testes e homologações dos sistemas;
- 6) Gestão de infraestrutura e operação de TI, planejando a arquitetura da infraestrutura, realizando as instalações dos equipamentos, instalando e atualizando os sistemas e softwares, gerenciando espaço em disco e realizando manutenções planejadas;
- 7) Gestão de contratos de TI, englobando a aquisição de bens e serviços, o controle da execução das soluções contratadas e emitindo pareceres sobre os contratos, podendo finalizá-los, suspendê-los ou cancelá-los;
- 8) Gestão da qualidade de produtos, serviços e processos de tecnologia da informação, gerando e mantendo normas e procedimentos relativos à TI, definindo e controlando os níveis de qualidade de produtos e serviços, definindo e controlando os indicadores dos processos de TI.

Os sistemas estruturantes da Secretaria são planejados e apoiados pela área de tecnologia da informação do Tesouro Nacional. A gestão desses sistemas e sua governança são exercidas por servidores da carreira de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, aprovado pelo Comitê Diretivo de TI (CDTI), cujos membros são constituídos pela alta direção do Tesouro Nacional.

Neste ano, tendo em vista as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4/2008 e Portaria SLTI/MPOG nº 11, de 30/12/2008; e considerando a necessidade de garantir o alinhamento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação e os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional à Estratégia Geral de TI da Administração Pública Federal, houve a aprovação do Plano de Metas de Tecnologia da Informação da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Resolução nº 01/CDTI/STN, de 02/03/2010.

As decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento de sistemas guardam harmonia entre as ações relacionadas à Tecnologia da Informação e os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, a saber: estabelecer prioridades relativas à Tecnologia da Informação; aprovar e revisar periodicamente o Plano de Ações de TI e aprovar as metas conjuntas e coordenadas de forma alinhadas entre a Tecnologia da Informação e as áreas finalísticas.

Com vistas a alinhar as ações relacionadas à Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, aperfeiçoando o processo de desenvolvimento e manutenção do SIAFI, a STN instituiu o Comitê de Análise de Demandas do SIAFI, por meio da Portaria nº 474, de 12 de agosto de 2009.

Constituído pelos coordenadores-gerais da COSIS, CCONT e COFIN e pelo Subsecretário de Assuntos Corporativos, esse Comitê tem a competência de analisar as demandas de alterações do sistema que: afetem o processo de abertura de um novo exercício; afetem o exercício corrente ou excedam a um esforço de trabalho estabelecido na citada Portaria.

A STN despende recursos para o aperfeiçoamento constante dos sistemas informatizados de que dispõe para o efetivo cumprimento de suas atribuições finalísticas. São exemplos merecedores de destaque os sistemas de gerenciamento de haveres e de dívida pública do governo federal (Haveres, GERIR, DPI, Agrícola, Elabora) e o Sistema de Operações do Tesouro Nacional (SOTN).

Esses processos exigem não só ações corretivas, que visem à eliminação de falhas em rotinas e funcionalidades, como também procedimentos evolutivos, que permitam a adequação dos sistemas a mudanças conjunturais no mercado financeiro, a novos ordenamentos jurídicos, bem como a alterações em diretrizes de políticas governamentais. Vale citar, ainda, a necessidade de incorporação de soluções tecnológicas mais modernas, a fim de garantir não só a manutenção dos níveis de serviços hoje prestados, como também a evolução dos referidos sistemas, em termos de segurança e eficiência das informações processadas.

No tocante aos serviços de tecnologia da informação, foi possível verificar que o sítio eletrônico do Tesouro Nacional registrou, no ano de 2010, em torno de 2,4 milhões de visitantes, que permitiu superar a casa de 29 milhões de páginas visualizadas. Em relação a 2009 houve acréscimo do volume de páginas visualizadas em torno de 16% .

Dentre os projetos de TI mais significativos, destacam-se o desenvolvimento de Projeto Novo SIAFI e a entrada em produção do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID que visa integrar as ações das três coordenações da dívida; eliminar redundâncias de cálculos, integrar o maior número possível de dados e funcionalidades, bem como os principais sistemas existentes; ampliar a capacidade de extração de informações gerenciais e diminuir os riscos operacionais.

No ano de 2011, foram registradas e concluídas 13.797 demandas, desse volume 12.519 referem-se a primeiro nível, ou seja, aquelas de pronto atendimento e para as quais existe roteiro definido; e 1.278 demandas de segundo nível, que são aquelas que exigem análise técnica específica, incluindo manutenções corretivas e evolutivas em sistemas (incluindo o SIAFI),

problemas de infraestrutura, apurações especiais, desenvolvimento de soluções de pequeno porte, aquisição e instalação de software, entre outros.

O Sítio Eletrônico do Tesouro Nacional disponibilizado na Internet (<http://www.tesouro.gov.br/>), registrou durante o período de 2011, em torno de 5,9 milhões de visitas perfazendo um total superior a 47 milhões de páginas visualizadas. Em relação a 2010 houve um acréscimo no volume de visitantes na casa de 145% e com relação ao volume de página visualizadas em torno de 62%.

Dentre os projetos de TI mais significativos, destacam-se o desenvolvimento de Projeto Novo SIAFI e a entrada em produção do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID que visa integrar as ações das três coordenações da dívida; eliminar redundâncias de cálculos, integrar o maior número possível de dados e funcionalidades, bem como os principais sistemas existentes; ampliar a capacidade de extração de informações gerenciais e diminuir os riscos operacionais.

PROJETOS CONCLUÍDOS

O desempenho operacional da STN no que se refere a tecnologia da informação poderá ser verificado mediante o registro das ações decorrentes dos demais macroprocessos, cabendo no momento destacar os seguintes projetos concluídos:

1 – Projeto O2C – Sistema Operações Oficiais de Crédito

Vinculado ao macroprocesso de Gestão de Haveres o Sistema O2C foi homologado pela área de negócio durante o exercício de 2011 e encontra-se em produção. A nova solução permite aos técnicos da COPEC a gestão dos haveres derivados das operações Oficiais de Crédito e o acesso às memórias de cálculo de juros e de remuneração, às instituições financeiras o acesso às informações eletronicamente e que possibilite a parametrização das regras de cálculo para as metodologias existentes ou outras que vierem a surgir.

2 – Novo SIAFI

Principalmente vinculado aos macroprocessos “Administração Orçamentário-Financeira” e “Contabilidade-Geral da União”, durante o exercício de 2011 foi concluída a construção da versão 1 do módulo CPR. Conforme preconizado pelo método de desenvolvimento Ágil, foram realizadas iterações mensais de construção dos submódulos Documento Hável, Submissão Batch, Compromissos, Mensagens, Dados de Apoio, Tabelas, Senha e Comunica.

O projeto Novo SIAFI, fase I, Módulo CPR passou por uma completa reestruturação no ano de 2010, incluindo mudança contratual e no processo de trabalho. Os resultados foram bastante satisfatórios, com a construção de uma build incremental utilizando desenvolvimento baseado em métodos ágeis (metodologia ágil).

Essa forma de trabalho, que exige dedicação integral das áreas de negócio, alavancou o projeto e explicitou os resultados que vêm sendo alcançados.

Tais medidas permitiram a entrada em produção da versão 1 do módulo CPR, conforme planejado ao longo do exercício.

Há de se destacar o empenho da equipe da COSIS em implantar os primeiros serviços do módulo inicial do CPR, parte integrante do Novo SIAFI, em janeiro de 2012, fato que, pela natureza estratégica, inquestionável importância e criticidade desse sistema para a Administração Pública Federal, impôs a necessidade de cercar essa implantação de toda providência, visando contribuir para sua segurança e disponibilidade, que de alguma forma impactou o andamento dos demais projetos em execução.

Vale citar que não houve a possibilidade de aumentar a capacidade de conclusão dos projetos previstos para o ano, em função dos problemas mencionados anteriormente, principalmente, no que concerne a questões de ordem licitatória, dependência de atuação de órgãos externos, cujos fatores fogem da competência da Coordenação-Geral, bem como problemas com terceirização e dependência da área de negócio, o que prejudicou a obtenção dos resultados pretendidos.

3 – Módulo Fiscal

Sistema que permite a Geração de estatísticas fiscais de estados e municípios a partir do SISTN, SIEST, SIAFI e sistemas do Bacen. A Utilização das informações do SISTN serve para consolidação das contas nacionais, acompanhamento de PPPs, controle da dívida etc.

No tocante às atividades e projetos, por macroprocesso institucional, listamos abaixo os mais relevantes projetos durante o ano de 2011:

I – Macroprocesso Gestão de Haveres

a) **Projeto Novos Marcos do Agrícola:** Sistema criado para desenvolver e implantar os Novos Marcos do Agrícola, incluindo: Conciliação de saldos por mutuário; Quitação de saldos; Relatório sintético de crítica e carga; Relatório de movimentações financeiras de deveres; e Relatório de recebimentos.

II – Macroprocesso Análise Fiscal de Estados e Municípios

b) **Projeto Resolução 43:** Sistema que tem por objetivo o processamento de dados sobre a inadimplência de estados, municípios e entidades da administração indireta, ao amparo da Resolução nº 43, recebidos diariamente dos Agentes Financeiros (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Foi acompanhado o trabalho de especificação de requisitos realizado pela Fábrica de Software Para as próximas etapas estão previstas as fases de construção e implantação

III – Macroprocessos Dívida Pública

c) **Projeto SID Fases I e II:** Projeto de Desenvolvimento de um sistema integrado para a gestão da Dívida Pública Federal.

Fase I: Durante o ano de 2011 foram executadas diversas ações envolvendo atividades de implantação do sistema (ANS, Sistema, Interface, Produção e outras). Além disso foram executadas, também, atividades de manutenção corretiva de Desenvolvimento de funcionalidades para cálculos utilizando metodologia VLUM e da TIR média. Contatou-se que seria necessário uma intervenção mais ampla sobre as funcionalidades que foram impactadas com a alteração da metodologia VLUM

Fase II: . Durante o ano de 2011 foram executadas ações relacionadas às atividades de levantamento de requisitos e desenvolvimento e implantação dos módulos de Indicadores, Curva de Juros, Planejamento Estratégico, Fluxos Financeiros, Balanço do Tesouro Direto, Suporte ao Tesouro Direto e Preparação de Leilões da Fase II do SID. A fase II do projeto SID compreende os Processos Especializados do Sistema Integrado da Dívida.

IV – Macroprocesso Administração Orçamentária e Financeira

d) **Projeto Sisprofi:** Visa eliminar o esforço operacional de elaborar planilhas intermediárias de programação financeira, integração das informações envolvidas e obtenção direta dessas informações da sua fonte primária, o SIAFI – por meio de extrações automáticas do SIAFI e do uso direto dessas informações por meio de uma solução tecnológica.

Situação: Em andamento.

e) **Projeto Sistema de Gestão da GRU - Guia de Recolhimento da União:** Implantar sistema próprio para Gestão da GRU - Guia de Recolhimento da União, que facilite a consulta individual e consolidada de GRU pelos órgãos interessados, desonerando o SIAFI da manutenção de informações necessárias ao controle gerencial e individualizado da GRU, hoje responsável por mais de 50% dos documentos na base SIAFI.

f) **Projeto Reestruturação das Tabelas de Receita (manutenção SIAFI):** Desenvolver melhorias no gerenciamento das tabelas de receita no SIAFI, por meio de adequações nas transações CODREC e DESTREC.

g) **Projeto Emissão de dados para a DCTF - Débitos e Créditos Tributários Federais (manutenção SIAFI):** Disponibilizar no SIAFI uma funcionalidade para extração de dados para a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) no formato exigido pela Receita.

h) **Projeto MANAD - Manual de Arquivos Digitais (manutenção SIAFI):** : Desenvolver nova funcionalidade no SIAFI para extração de arquivos em conformidade com o MANAD - Manual de Arquivos Digitais para fim de auditoria pela RFB - Receita Federal do Brasil.

V – Macroprocesso Contabilidade Pública

i) **Projeto Sistema de Informações de Custos – Fase II:** Desenvolvimento de evoluções no SIC para aprimorar a análise de custos por parte dos gestores governamentais.

VI – Macroprocesso Desenvolvimento Institucional

j) **Sistema Estratégia:** Desenvolvimento do sistema Estratégia com o intuito de aperfeiçoar a dinâmica operacional e gerencial de planejamento. O projeto provê uma base de dados centralizada para registro e acompanhamento de metas, bem como das macroações e ações que as compõem, permitindo diferentes formas de consultas e extração de relatórios gerenciais. Durante o ano de 2011 foram abertas demandas junto à Fábrica de Software com vistas a evolução do sistema.

VII – Macroprocesso Tecnologia da Informação

k) **MODERNIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL:** Foram desenvolvidas diversas atividades no sentido de modernizar o parque computacional do Tesouro Nacional, dentre as quais destacamos:

- **Migração de Sistema Operacional: Windows XP para Windows 7:** Sistema Operacional mais seguro com interface visual mais amigável e com constantes atualizações do fornecedor; este sistema operacional mostrou-se mais eficiente, com menos travamentos, melhorando a produtividade dos usuários e melhor integração com o pacote Office 2010.

- **Substituição de Notebooks:** Em continuidade ao projeto de modernização do parque computacional, iniciado em 2010, foi realizada substituição dos modelos antigos de notebooks restantes. Em julho de 2011 finalizou-se todo o processo de substituição.

- **Substituição das Estações de Trabalho:** Para 2011 a STN decidiu, também, aumentar ligeiramente a reserva técnica de manutenção e de crescimento, para 10% do parque instalado. Outro fator preponderante nesta demanda diz respeito à manutenção de uma margem de manobra de estações, nos casos corriqueiros de migração de sistemas operacionais, evitando descontinuidade. A estimativa é que esse quantitativo atenda às necessidades da STN durante 1 ano e meio, quando será avaliada uma nova contratação para a substituição das atuais estações.

- **Implantação de Redes Sem Fio (Wireless) na STN:** Com a finalidade de possibilitar a conexão dos notebooks institucionais à rede local, com login único por certificação digital e política de segurança sincronizada à da rede local foi implantada a rede sem fio da STN. Este recurso aumenta a possibilidade de mobilidade interna no acesso à rede local e demais serviços.

2.c) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro XV - Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0773		Denominação: Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.						
Objetivos Específicos: contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.						
Gerente: Arno Hugo Augustin Filho			Responsável: Arno Hugo Augustin Filho			
Público Alvo: Governo Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
233.635.298,00	231.126.617,00	208.628.291,65	206.817.203,21	2.969.612,48	206.811.954,29	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
NA	NA	NA	NA	NA	NA	
Fórmula de Cálculo do Índice						
ND						
Observação: o Programa 0773 não possui indicadores nem restrições.						

Fontes: CODIN/STN – SIGPLAN; Consulta CONOR/SIAFI.

Integram o Programa 0773 as seguintes ações:

- 00K8 – Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União
- 0556 - Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas
- 1060 - Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável
- 1064 - Aperfeiçoamento e Modernização Institucional do Tesouro Nacional - PROMAT.TN
- 2074 - Gestão Financeira e Contábil da União
- 2075 - Gestão de Obrigações da União
- 2076 - Gestão de Haveres da União
- 2077 – Gestão da Dívida Pública
- 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional
- 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI
- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 3599 - Implantação do Novo SIAFI
- 4820 - Consolidação de Contas de Entes Públicos

Análise do Resultado Alcançado

Com referência à Ação 2075 - Gestão de Obrigações da União, a qual fornece os recursos orçamentários para o funcionamento operacional (gastos com diárias, passagens, treinamento, capacitação, compra de material permanente etc) das Coordenações – Gerais, a dotação orçamentária foi de R\$ 3.495.504,00, sendo R\$ 3.397.080,00 para custeio e R\$ 98.424,00 para investimento. Foram executados R\$ 945.453,83 dos R\$ 1.022.630,37 disponíveis (Créditos Recebidos). Destaca-se, portanto, a utilização de 92% dos recursos efetivamente recebidos. Os setores abrangidos por esta ação tratam do controle, realização de leilões de títulos, planejamento estratégico e elaboração dos Relatórios Mensais da Dívida Pública Federal.

Pode-se considerar que a atividade fim da STN mais relacionada com a execução dos recursos orçamentários desta ação é a manutenção da dívida pública federal em trajetória sustentável, de modo a contribuir para a manutenção da estabilidade econômica do país.

No orçamento, a meta física prevista para execução desta ação era de 155leilões de títulos da DPMFi e foram executados 152 leilões.

Relativamente ao indicador de desempenho, está sendo estudado criar parâmetro que represente uma boa medida de eficiência para avaliar essa ação.

Ressalta-se que o valor despendido nesta ação se refere não só ao custeio das atividades operacionais (gastos com diárias, passagens, treinamento, capacitação, compra de material permanente etc.) relativos à realização dos aludidos leilões, mas, também, a todas as outras atividades fim desempenhadas no âmbito da Subsecretaria da Dívida Pública que trata da dívida pública federal, tais como a realização do controle, do planejamento estratégico e elaboração dos Relatórios Mensais da Dívida Pública Federal, inclusive do Plano Anual de Financiamento (PAF) da mencionada dívida.

No âmbito da ação 2077 – Gestão da Dívida Pública do referido programa, no exercício de 2011, foram geridos em média 67 contratos. Os contratos são geridos concomitantemente e decorrem de atividades relacionadas à administração da Dívida Pública Federal, incluindo a contratação de agentes fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, empresas de *rating*, escritório de advocacia no exterior, centrais de custódia, agências de informações, registro em bolsas de valores e órgãos de controle de valores mobiliários, dentre outros.

A meta física dessa ação é constante, logo ela é não cumulativa. Esse número total é variável, pois é atrelado a novas emissões, reaberturas e contratação de prestadores de serviço.

A execução financeira está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo, emissões estas que dependem das necessidades de financiamento do País e, principalmente, das condições do mercado financeiro. Referida ação, caracteriza-se como ação acessória, cuja execução depende da ocorrência da ação principal (emissão de títulos). Assim sendo, os recursos financeiros liberados foram suficientes, permitindo o cumprimento de 100% da estratégia definida no Plano Anual de Financiamento – PAF/2011, sendo fundamental para a continuidade e a sustentabilidade dos programas de administração da dívida pública brasileira.

Ação 6490 – Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União

Tipo	Atividade
Finalidade	Remunerar as instituições financeiras pela gestão dos haveres da União relativos aos créditos adquiridos quando da extinção, por força de lei, de órgãos, entidades e empresas da administração federal, inclusive instituições financeiras, e de dívidas renegociadas referentes ao crédito rural.
Descrição	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ressarcimento, ao Banco do Brasil, de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal - EGF-Especial; 2) Pagamento, ao Banco do Brasil, dos serviços para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC; 3) Pagamento de remuneração aos agentes financeiros pelos serviços de controle e cobrança das operações de crédito rural alongadas com base na Lei 9.138/1995, com recursos de Operações Oficiais de Crédito - OOC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
Unidades executoras	STN/COFIS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	STN/COFIS
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria Carmozita Bessa Maia

Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
10	213.704,00	10	11.462,72

A meta física foi atingida plenamente, tendo em vista que os dez contratos relativos à referida ação foram geridos como previsto. Destaque-se que, dos contratos em questão, dois referem-se aos processos de EGF-Especial, um diz respeito aos contratos de financiamento do extinto BNCC e sete estão relacionados às operações de crédito rural alongadas com recursos de OOC.

A divergência entre o valor da meta financeira prevista e a realizada deve-se aos seguintes fatores:

- EGF-Especial: Do crédito de R\$ 15.137,33 disponibilizado para o exercício de 2011, foi utilizado o montante de R\$ 413,13. Cabe esclarecer que a elaboração da Proposta Orçamentária contempla a projeção de ressarcimento de despesas judiciais efetuada pelo Banco do Brasil, cuja realização depende do andamento das ações judiciais em curso, o que pode causar distorções entre o previsto e o efetivamente pago.
- Ex-BNCC: No exercício de 2011, para atender às despesas relativas ao contrato de prestação de serviços para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC, foi disponibilizado crédito no valor de R\$ 139.501,33. Houve pagamento em 2011 relativo a este contrato no valor de R\$ 11.049,59.

- Remuneração relativa às operações com recursos do OOC: No exercício de 2011 foi disponibilizado crédito no valor de R\$ 27.009,34, entretanto, não houve ocorrência de pagamento de remuneração às instituições financeiras. Cabe esclarecer que a realização da remuneração depende da verificação da exatidão dos valores devidos às instituições financeiras e, como a conferência dos dados informados ainda está em fase de processamento nesta Secretaria, não é possível, ainda, determinar o montante exato da despesa. Cabe observar que o processamento desses dados ainda apresenta problemas provocados, sobretudo, pelas diversas alterações sofridas desde 1997 nas condições de pagamento das operações administradas pelas instituições financeiras contratadas.

Ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas
Descrição	Manutenção e desenvolvimento de sistemas diversos, utilizados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que dão suporte às diversas atividades finalísticas da Instituição, dentre as quais poderíamos destacar a gestão dos haveres da União, o controle da dívida pública, do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Todos os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e gestores que necessitam de informações oriundas da STN

Resultados

Essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacam-se a gestão de haveres e obrigações e o endividamento dos estados e municípios. Consiste basicamente na contratação de terceiros para manter e desenvolver os serviços de Tecnologia da Informação e Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura; treinamento e aquisição de softwares. As Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2011 foram:

- Serviços de Desenvolvimento de Software:** Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas;
- Serviços de Produção:** Produção dos serviços web da STN; produção dos sistemas internos (DPI, SOTN, Dívida Agrícola, Elabora e Gerir) e apoio técnico ao serviço de produção;
- Serviços de Infraestrutura:** Disponibilização de links de comunicação; administração do servidor de mensagens; aquisição de hardware;

d) **Serviços de Diversos:** Locação de equipamentos, aquisição de softwares; aquisição de hardware; serviço de certificação digital e capacitação dos servidores efetivos.

Em 2011 o orçamento aprovado fez um total de R\$ 20.101.859,00 (vinte milhões, cento e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais), nas rubricas custeio e investimento, sendo que o valor empenhado nessa ação foi de R\$ 19.082.552,25 (dezenove milhões, oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), desse total foram já foram pagos R\$ 16.248.551,63 (dezesesseis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos). O detalhamento a seguir apresenta resumidamente os valores empenhados por tipo de serviço contratado:

Quadro XVI - Execução Financeira da Ação 2081 - Sistemas Informatizados da STN

Contrato/Serviços	Executado em 2011 em R\$	% do Total
Produção dos Sistemas e Outros Serviços Contratados ao SERPRO	14.429.400,35	88,80%
Outros Serviços Contratados	1.819.151,28	11,20%
Total	16.248.551,63	100%

Análise da execução físico-financeira

Quadro XVII- Execução Físico-Financeira da Ação 2081- Sistemas Informatizados da STN

Metas e resultados da ação no exercício

	Meta Física Não Cumulativa							
	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	1,000	0,000	1,000	1.149.549,000	0,000	40.023,220	0,000	0,000
Fevereiro	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	1.229.828,620	1.063.017,340	1.058.756,880
Março	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	1.069.613,120	1.075.487,550	1.079.748,010
Abril	1,000	0,000	1,000	1.348.535,120	0,000	673.466,120	817.842,630	817.842,630
Maio	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	926.191,370	803.551,370	803.551,370
Junho	1,000	0,000	1,000	2.550.000,000	0,000	1.388.920,150	967.584,740	967.584,740
Julho	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	1.939.217,790	865.261,160	865.261,160
Agosto	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	913.680,570	1.427.317,190	1.423.056,730
Setembro	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	3.732.836,000	1.024.421,880	1.028.682,340
Outubro	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	10.472,490	1.001.982,370	1.001.982,370
Novembro	1,000	0,000	1,000	1.004.850,000	0,000	3.118.010,640	2.453.353,120	110.231,810
Dezembro	1,000	0,000	1,000	7.014.975,000	0,000	4.043.292,160	4.748.732,280	7.091.853,590
Totais	1,000	0,000	1,000	20.101.859,120	0,000	19.085.552,250	16.248.551,630	16.248.551,630
SIAFI: 01/02/2012	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2011	1,000	1,000	100,00	20.101.859,000	20.101.859,000		80,83	

Ação 2086 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Descrição	Manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é um importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Objetivos	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.000 usuários do SIAFI.

Resultados

Esta ação orçamentária consiste basicamente na gestão dos serviços e sistemas em produção que compõem o Complexo SIAFI no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura e serviços técnicos complementares. Os créditos dessa ação são destinados exclusivamente a cobrir despesas com o contrato firmado com o SERPRO, não havendo, portanto, despesas com outro fornecedor.

Em 2011 o orçamento aprovado fez um total de R\$ 139.779.347,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais), nas rubricas custeio e investimento. O total liquidado nessa ação foi de R\$ 139.024.876,92 (cento e trinta e nove milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), conforme pode ser detalhado a seguir:

Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Item	Realizado (R\$)	% do Total de Despesas
1. Produção do SIAFI – Operacional, Gerencial e Educacional	102.436.465,96	73,68%
2. Produção Sistemas Internos (SOTN, Custos, SISCARP)	18.563.543,90	13,34%
3. Produção Serviços WEB	2.158.550,91	1,55%
4. Manutenção e Desenvolvimento de Software	8.994.830,34	6,46%
5. Demais Serviços (Apoio, Consultoria, Homologação, outros)	6.871.485,81	4,97%
Total	139.024.876,92	100%

Quadro XIX - Execução Físico-Financeira da Ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI
Metas e resultados da ação exercício

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	Janeiro	4,000	0,000	4,000	11.931.119,470	0,000	11.000,000	0,000
Fevereiro	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	15.479.638,890	11.931.119,470	11.931.119,470
Março	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	10.602.500,000	10.652.142,540	10.652.142,540
Abril	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	6.657.000,000	10.084.338,620	10.084.338,620
Maio	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	10.338.590,940	10.321.290,940	10.321.290,940
Junho	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	12.835.925,750	12.915.764,010	12.915.764,010
Julho	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	10.822.835,550	10.806.417,550	10.806.417,550
Agosto	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	11.013.000,000	10.905.867,690	10.905.867,690
Setembro	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	12.006.000,000	12.138.932,300	12.138.932,300
Outubro	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	20.000.000,000	11.814.731,340	11.814.731,340
Novembro	4,000	0,000	4,000	11.000.000,000	0,000	11.358.416,760	9.723.766,760	0,000
Dezembro	4,000	0,000	4,000	17.848.228,000	0,000	17.899.969,030	27.730.505,700	37.454.272,460
Totais	4,000	0,000	4,000	139.779.347,470	0,000	139.024.876,920	139.024.876,920	139.024.876,920
SIAFI: 01/02/2012	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2011	4,000	4,000	100,00	139.779.347,000	139.779.347,000		99,46	

Ação 3599 – Novo SIAFI

Programa	0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Tipo	3599 - Novo SIAFI
Finalidade	O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como exercer controle dos ativos e passivos do Tesouro Nacional, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.
Descrição	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo sistema "SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI" que venha a imprimir modernidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
Coordenador nacional da ação	Maria Betânia Gonçalves Xavier
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	COSIS/CODIN
Beneficiários	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 50.0000 usuários do SIAFI.

Resultados

O CPR foi escolhido como a primeira parte a ser construída e implantada do Novo SIAFI. Os principais fatores que colaboraram para essa decisão foram:

a) a maioria dos usuários que realiza a execução orçamentário-financeira utiliza o conjunto de serviços do CPR;

b) a migração do CPR para a nova plataforma possui um impacto reduzido no SIAFI Operacional, uma vez que apresenta interface de comunicação razoavelmente bem definida com o SIAFI Operacional, permitindo estabelecer uma “linha de corte” mais precisa entre os sistemas;

c) O CPR faz reuso de código do SIAFI Operacional, especialmente no que diz respeito à validação de dados e geração de documentos para contabilização. Construir interfaces para continuar usando essas rotinas no mainframe permite abreviar o código a ser gerado na nova plataforma, além de facilitar a manutenção dos sistemas no período de convivência, na medida em que reduz o risco de duplicação de código nas duas plataformas;

d) As características arquiteturais de negócio do CPR, que o colocam como “cliente” de serviços providos pelo SIAFI, estão alinhadas com a arquitetura de negócio prevista para o Novo SIAFI.

Como se trata da primeira parte do novo sistema a ser construída, torna-se necessário superar os desafios relacionados à definição da arquitetura que será utilizada e a validação de sua capacidade de suportar o serviço requerido pelo usuário. Assim, além do desenvolvimento em si, também é preciso avançar na definição e validação arquitetural e tecnológica do sistema.

Para consecução desse projeto foi firmado aditivo ao contrato 43.033/2009, visando adequar a metodologia de desenvolvimento de sistemas no que concerne a especificação e construção do módulo CPR Como benefício, houve maior agilidade na entrega da versão 1 de alguns módulos do CPR que se encontram em homologação.

Quadro XX - Execução Físico-Financeira da Ação 3599 - Novo SIAFI

Metas e resultados da ação exercício

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	10.000,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Mai	0,270	0,000	0,000	628.700,000	0,000	10.000,000	0,000	0,000
Junho	0,102	0,000	0,000	628.700,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,156	0,000	0,000	628.700,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Agosto	0,738	0,000	0,000	628.700,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,738	0,000	0,528	628.700,000	0,000	1.235.000,000	234.845,630	234.845,630
Outubro	0,522	0,000	0,000	628.700,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro	1,126	0,000	0,000	628.700,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro	2,348	0,000	5,472	543.014,000	0,000	1.911.062,190	2.931.216,560	2.931.216,560
Totais	6,000	0,000	6,000	4.943.914,000	0,000	3.166.062,190	3.166.062,190	3.166.062,190
SIAFI: 01/02/2012	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SIEST: 31/12/2011	6,000	6,000	100,00	4.943.914,000	4.943.914,000		64,04	

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

O alcance nas metas colimadas para o exercício foram inviabilizadas pelos seguintes fatos :

- O detalhamento dos requisitos de negócio motivou ajustes na organização do sistema e, com isso, houve necessidade do projeto ser reprogramado.
- Houve concorrência com outros projetos para a alocação e mobilização das equipes da STN.

- A empresa contratada relatou várias dificuldades execução do Serviço 1 - Definição da arquitetura do sistema Novo.

Medidas Implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso

- a) Replanejamento e definição de uma linha de base norteadora do cronograma do projeto;
- b) Definição de equipes dedicadas ao projeto;
- c) Trabalho de conscientização e comprometimento das equipes internas e respectivas coordenações;
- d) Alocação de novos servidores da STN/COSIS ao projeto;
- e) Formalização dos grupos de avaliação dos produtos do projeto, bem como suas respectivas responsabilidades;
- f) Controle da elaboração dos produtos por meio de Ordens de Serviço, conforme prescrito pela legislação vigente;

Análise da execução físico-financeira

1. A consecução do Projeto se fez mediante a celebração do contrato 43.033/2009 e seus aditivos, firmado com a empresa SERPRO, e que tem por objeto a realização dos serviços de definição da arquitetura do sistema Novo SIAFI; especificação, construção e preparação da implantação da Fase 1 do Novo SIAFI e serviços relativos a atividades de iniciação, planejamento, controle e acompanhamento do projeto.

2. Os 27% do executado fisicamente no Exercício, que correspondeu a 37,32% da execução financeira, decorrem da entrega e aprovação dos produtos ProdEspCPRMsg, ProdPlanoCapacidade, ProdEspTABELAS pagos respectivamente em julho e setembro de 2010; além do pagamento em dezembro das ordens de serviços nº 01 e 02 de 2010, referentes à primeira parte da construção do CPR.

3. Por fim as restrições que interferiram no desempenho da ação e, conseqüentemente, no alcance do objetivo do projeto, no período em questão, foram de ordem institucional e de controle, visto que ajustes decorrentes de realinhamento interno no Ministério da Fazenda ou contidos em recomendações do Tribunal de Contas da União geraram a necessidade de adaptar atividades programadas e a própria estratégia de construção do CPR tanto por esta unidade gestora quanto pela empresa contratada, fato esse que refletiu em algum nível de retrabalho em produtos elaborados e redefinição daqueles em elaboração.

2.c.II) Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Quadro XXI - Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	2011	
							Meta prevista	Meta realizada
04	123	0773	2074	A	4	resultado elaborado unidade	12	12
04	123	0773	2075	A	4	Leilão realizado unidade	189	153
04	123	0773	2076	A	4	Haver gerido - R\$ milhão	37.117,663	79.369,860
04	123	0773	2077	A	3	Unidade	70	67
04	126	0773	2081	A	4	Sistema Mantido unidade	1	1
04	126	0773	2086	A	4	Sistema Mantido unidade	4	4
04	126	0773	3599	P	4	Sistema Implantado (% de execução física)	6	6
04	364	0773	0556	OE	4	-	-	-
04	123	0773	4820	A	4	Relatório Divulgado unidade	75.150	40.012

2.d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.d.I) Programação Orçamentária das Despesas.

Quadro XXII - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25101	170600
Encargos Financeiros da União-Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170600
Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	74.101	170600
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal-Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	75.101	170600

Programação de Despesas Correntes e de Capital
Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

Na **Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública**, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro XXIII - Programação de Despesas Correntes – UG 170.600

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		2 – Juros e Encargos da Dívida (Proposta orçamentária)		2 – Juros e Encargos da Dívida (PLOA)		2 – Juros e Encargos da Dívida (LOA)		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
UO	PT	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
25101	04.123.0773.2077.0001	12.060.000,00	11.184.000,00	8.229.491,20	11.184.000,00	8.229.491,20	11.184.000,00	
	28.844.0906.0284.0001	694.905,00	190.641,00	476.011,00	190.641,00	476.011,00	190.641,00	
71101	28.843.0905.0252.0001	12.740.514,00	31.943.379,00	12.740.514,00	31.943.379,00	12.740.514,00	31.943.379,00	
	28.843.0905.0431.0001	10.340.000,00	14.045.000,00	10.340.000,00	14.045.000,00	10.340.000,00	14.045.000,00	
	28.843.0905.0433.0001	410.000.000,00	750.000.000,00	410.000.000,00	750.000.000,00	410.000.000,00	750.000.000,00	
	28.843.0905.0451.0001		510.741,00		510.741,00		510.741,00	
	28.843.0905.0455.0001	87.225.216.341,00	151.890.275.076,00	87.225.216.331,00	151.890.275.076,00	87.225.216.331,00	151.890.275.076,00	
	28.843.0905.0811.0001	284.006.256,00	263.376.949,00	284.006.256,00	263.376.949,00	284.006.256,00	263.376.949,00	
	28.844.0906.0262.0001	228.617.030,00	228.617.030,00	228.617.030,00	228.617.030,00	228.617.030,00	228.617.030,00	
	28.844.0906.0371.0001	2.241.049,00	1.643.994,00	2.241.049,00	1.643.994,00	2.241.049,00	1.643.994,00	
	28.844.0906.0405.0001	842.773,00	555.876,00	842.773,00	555.876,00	842.773,00	555.876,00	
	28.844.0906.0409.0001	17.776.888,00	12.068.548,00	17.776.888,00	12.068.548,00	17.776.888,00	12.068.548,00	
	28.844.0906.0419.0001	1.079.653.887,00	690.912.420,00	1.079.653.888,00	690.912.420,00	1.079.653.888,00	690.912.420,00	
	28.844.0906.0425.0001	9.885.963.873,00	8.924.391.319,00	9.885.963.873,00	8.924.391.319,00	9.885.963.873,00	8.924.391.319,00	
	28.846.0905.09HL.0001	2.044.821.124,00	2.930.328.455,00	2.044.821.124,00	2.930.328.455,00	2.044.821.124,00	2.930.328.455,00	
	28.846.0909.0669.0001	6.510.000.000,00	1.320.000.000,00	6.510.000.000,00	1.320.000.000,00	6.510.000.000,00	1.320.000.000,00	
	74101	28.846.0902.0343.0001						
	75101	28.841.0907.0365.0001						
28.842.0908.0243.0003								
28.842.0908.0367.0001								
Total		107.724.974.640,00	167.070.043.428,00	107.720.925.228,00	167.070.043.428,00	107.720.925.228,20	167.070.043.428,00	

Fonte: .LOA e SEOFI

Quadro XXIV - Programação de Despesas Capital – UG 170.600

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Capital						
		6 – Amortização da Dívida (Proposta orçamentária)		6 – Amortização da Dívida (PLOA)		6 – Amortização da Dívida (LOA)		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
UO	PT	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
25101	04.123.0773.2077.0001							
	28.844.0906.0284.0001	5.076.329,00	2.599.639,00	4.081.024,00	2.599.639,00	4.081.024,00	2.599.639,00	
71101	28.843.0905.0252.0001	42.446.534,00	60.437.066,00	42.446.534,00	60.437.066,00	42.446.534,00	60.437.066,00	
	28.843.0905.0431.0001	3.760.000,00	3.560.000,00	3.760.000,00	3.560.000,00	3.760.000,00	3.560.000,00	
	28.843.0905.0433.0001	390.000.000,00	400.000.000,00	390.000.000,00	400.000.000,00	390.000.000,00	400.000.000,00	
	28.843.0905.0451.0001		501.343,00		501.343,00		501.343,00	
	28.843.0905.0455.0001	60.347.713.193,00	68.050.816.251,00	60.347.713.193,00	68.050.816.251,00	60.347.713.193,00	68.050.816.251,00	
	28.843.0905.0811.0001	416.444.256,00	386.195.628,00	416.444.256,00	386.195.628,00	416.444.256,00	386.195.628,00	
	28.844.0906.0262.0001	334.856.705,00	334.856.705,00	334.856.705,00	334.856.705,00	334.856.705,00	334.856.705,00	
	28.844.0906.0371.0001	19.935.391,00	10.410.124,00	19.935.391,00	10.410.124,00	19.935.391,00	10.410.124,00	
	28.844.0906.0405.0001	9.011.672,00	6.793.821,00	9.011.672,00	6.793.821,00	9.011.672,00	6.793.821,00	
	28.844.0906.0409.0001	23.191.704,00	13.793.895,00	23.191.704,00	13.793.895,00	23.191.704,00	13.793.895,00	
	28.844.0906.0419.0001	3.227.129.225,00	3.282.021.580,00	3.227.129.224,00	3.282.021.580,00	3.227.129.224,00	3.282.021.580,00	
	28.844.0906.0425.0001	1.269.000.000,00	1.384.254.500,00	1.269.000.000,00	1.384.254.500,00	1.269.000.000,00	1.384.254.500,00	
	28.846.0905.09HL.0001	9.237.540.245,00	7.858.979.472,00	9.237.540.246,00	7.858.979.472,00	9.237.540.246,00	7.858.979.472,00	
	28.846.0909.0669.0001	93.800.000.000,00	23.500.000.000,00	93.800.000.000,00	23.500.000.000,00	93.800.000.000,00	23.500.000.000,00	
	74101	28.846.0902.0343.0001**	141.000.000,00	137.000.000,00	141.000.000,00	137.000.000,00	141.000.000,00	137.000.000,00
	75101	28.841.0907.0365.0001	574.725.503.710,00	666.235.127.898,00	574.725.503.678,00	666.235.127.898,00	574.725.503.678,00	666.235.127.898,00
28.842.0908.0243.0001		9.315.442.532,00	8.128.414.654,00	9.315.442.532,00	8.128.414.654,00	9.315.442.532,00	8.128.414.654,00	
28.842.0908.0367.0001		54.249.608,00	58.281.312,00	54.249.608,00	58.281.312,00	54.249.608,00	58.281.312,00	
Total		753.362.301.104,00	779.854.043.888,00	753.361.305.767,00	779.854.043.888,00	753.361.305.767,00	779.854.043.888,00	

** inversão financeira - PROES

Fonte: .LOA e SEOFI

b) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro XXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600

Valores em R\$ 1,00

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa								
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes				
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Externa	Concedidos							
	Recebidos	*diversas			11.596.233,00			
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital				
				4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida		
Movimentação Externa	Concedidos							
	Recebidos	*diversas						11.440.446,00

* Movimentação orçamentária referente transferências dos contratos da Dívida Externa Contratual dos Ministério totalmente desembolsadas para esta STN.

Quadro XXVI – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600

Valores em R\$1,00

MF	114640	330021	20003	30001	257001	490002	530001	Total geral
Juros	-	996.438,00	1.049.842,00	281.419,00	8.161.699,00	1.033.007,00	73.828,00	11.596.233,00
Principal	490.104,00	651.710,00	582.853,00	294.914,00	6.831.898,00	2.588.967,00	-	11.440.446,00
Total geral	490.104,00	1.648.148,00	1.632.695,00	576.333,00	14.993.597,00	3.621.974,00	73.828,00	23.036.679,00

onte: LOA e SEORFI

Quadro XXV - Quadro Resumo da Programação de Despesas – UG 170.600

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
25101	04.123.0773.2077.0001	8.229.491,20	11.184.000,00				
	28.844.0906.0284.0001	476.011,00	190.641,00	4.081.024,00	2.599.639,00		
71101	28.843.0905.0252.0001	12.740.514,00	31.943.379,00	42.446.534,00	60.437.066,00		
	28.843.0905.0431.0001	10.340.000,00	14.045.000,00	3.760.000,00	3.560.000,00		
	28.843.0905.0433.0001	410.000.000,00	750.000.000,00	390.000.000,00	400.000.000,00		
	28.843.0905.0451.0001		510.741,00		501.343,00		
	28.843.0905.0455.0001	87.225.216.331,00	151.890.275.076,00	60.347.713.193,00	68.050.816.251,00		
	28.843.0905.0811.0001	284.006.256,00	263.376.949,00	416.444.256,00	386.195.628,00		
	28.844.0906.0262.0001	228.617.030,00	228.617.030,00	334.856.705,00	334.856.705,00		
	28.844.0906.0371.0001	2.241.049,00	1.643.994,00	19.935.391,00	10.410.124,00		
	28.844.0906.0405.0001	842.773,00	555.876,00	9.011.672,00	6.793.821,00		
	28.844.0906.0409.0001	17.776.888,00	12.068.548,00	23.191.704,00	13.793.895,00		
	28.844.0906.0419.0001	1.079.653.888,00	690.912.420,00	3.227.129.224,00	3.282.021.580,00		
	28.844.0906.0425.0001	9.885.963.873,00	8.924.391.319,00	1.269.000.000,00	1.384.254.500,00		
	28.846.0905.09HL.0001	2.044.821.124,00	2.930.328.455,00	9.237.540.246,00	7.858.979.472,00		
	28.846.0909.0669.0001	6.510.000.000,00	1.320.000.000,00	93.800.000.000,00	23.500.000.000,00		
	74101	28.846.0902.0343.0001**			141.000.000,00	137.000.000,00	
75101	28.841.0907.0365.0001			574.725.503.678,00	666.235.127.898,00		
	28.842.0908.0243.0003			9.315.442.532,00	8.128.414.654,00		
	28.842.0908.0367.0001			54.249.608,00	58.281.312,00		
Total		107.720.925.228,20	167.070.043.428,00	753.361.305.767,00	779.854.043.888,00		

Fonte: .LOA e SEOFI

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro XXVI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Despesa Corrente – Programa 0773

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	170013	251010412307730556	na	na	35.399.696,70
	Recebidos	170007	251010412307730556	na	na	35.399.696,70
	Concedidos	170013	251010412307732074	na	na	3.863.606,30
	Recebidos	170007	251010412307732074	na	na	3.863.606,30
	Concedidos	170013	251010412307732075	na	na	1.016.008,70
	Recebidos	170007	251010412307732075	na	na	1.016.008,70
	Concedidos	170013	251010412307732076	na	na	999.769,65
	Recebidos	170007	251010412307732076	na	na	999.769,65
	Concedidos	170013	251010412607732081	na	na	17.083.965,20
	Recebidos	170007	251010412607732081	na	na	17.083.965,20
	Concedidos	170013	251010412607732086	na	na	139.024.876,92
	Recebidos	170007	251010412607732086	na	na	139.024.876,92
	Concedidos	170013	251010412607733599	na	na	2.406.806,95
	Recebidos	170007	251010412607733599	na	na	2.406.806,95
	Concedidos	170013	251010412307734820	na	na	1.524.954,28
	Recebidos	170007	251010412307734820	na	na	1.524.954,28

Fonte: SIAFI

Quadro XXVII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Programa 0773 – Despesa de Capital

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	170013	251010412307732074	205.849,68	NA	NA
	Recebidos	170007	251010412307732074	205.849,68		
	Concedidos	170013	251010412307732075	6.621,67		
	Recebidos	170007	251010412307732075	6.621,67		
	Concedidos	170013	251010412307732076	2.358,96		
	Recebidos	170007	251010412307732076	2.358,96		
	Concedidos	170013	251010412607732081	2.201.756,67		
	Recebidos	170007	251010412607732081	2.201.756,67		
	Concedidos	170013	251010412607732086	0,00		
	Recebidos	170007	251010412607732086	0,00		
	Concedidos	170013	251010412607733599	759.255,24		
	Recebidos	170007	251010412607733599	759.255,24		

Fonte: SIAFI

2.d.I.1) Programação Orçamentária das Despesas - Outras Ações Orçamentárias

I) Identificação das Unidades Orçamentárias

Além das ações constantes do Programa 0773, a STN executa outras ações orçamentárias, cuja programação das despesas encontra-se descrita a seguir:

Quadro XXVIII - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25.101	170.512
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Encargos Financeiros da União	71.101	170.512
Ministério da Fazenda	25101	170.600
Encargos Financeiros da União-Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170.600
Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	74.101	170.600
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal-Recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda	75.101	170.600
Recursos sob supervisão da STN – MF	74.101	170.700, 170.701, 170.702 e 170.703
Recursos sob supervisão do MF	71.101	170.703
Ministério da Fazenda	25.101	170.510
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170.510

II) Unidade Gestora 170.512 – Haveres Financeiros

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

Na **Unidade Gestora 170.512**, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro XXIX - Programação das Despesas Correntes – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
				Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO 25101	-	-	-	-	587.693,00	601.145,00
	Dotação proposta pela UO 71101	-	-	1.575.328.920,00	1.791.141.289,00	3.313.271,00	2.560.188,00
	PLOA - UO 25101	-	-	-	-	587.693,00	601.145,00
	PLOA - UO 71101	-	-	1.575.328.920,00	1.791.141.289,00	3.313.271,00	2.560.188,00

	LOA - UO 25101	-	-	-	-	587.693,00	601.145,00
	LOA - UO 71101	-	-	1.575.328.920,00	1.791.141.289,00	3.313.271,00	2.560.188,00
	Total	-	-	1.575.328.920,00	1.791.141.289,00	3.900.964,00	3.161.333,00

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2010.html...

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcamento_2011/

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2010.html...

<http://intraspoa.fazenda/spoa/index.php?aid=8&coord=318&servico=4856&pagid=4862&pag=vinc>

<http://intraspoa.fazenda/portal/sistemas/spoasis/intranet/spoa/arquivos/329032010103108..pdf>

Quadro XXX - Programação das Despesas de Capital – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela - UO 71101	-	-	-	-	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00
	PLOA - UO 71101	-	-	-	-	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00
	LOA - UO 71101	-	-	-	-	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00
Total		-	-	-	-	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2010.html...

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2011.html...

Quadro XXXI – Quadro Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO 25101	587.693,00	601.145,00	-	-	-	-
	Dotação proposta pela UO 71101	1.578.642.191,00	1.793.701.477,00	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00	-	-
	PLOA - UO 25101	587.693,00	601.145,00	-	-	-	-
	PLOA - UO 71101	1.578.642.191,00	1.793.701.477,00	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00	-	-
	LOA - UO 25101	587.693,00	601.145,00	-	-	-	-
	LOA - UO 71101	1.578.642.191,00	1.793.701.477,00	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00	-	-
Total		1.579.229.884,00	1.795.026.289,00	3.054.502.556,00	3.325.909.927,00	-	-

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2009.html

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orcam_anter/orcamento2010.html

Análise Crítica:

Do ponto de vista orçamentário, a COAFI (UG 170512) é responsável pelas despesas referentes aos Programas:

- Carteira de Saneamento – UO 71.101 – Despesa Corrente;
- PNAFE – UO 25.101 – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Juros - UO 71.101 – Despesa Corrente;

- Lei nº 8.727/93 – Principal/Amortização – UO 71.101 – Despesa de Capital.

De forma geral, os valores dispostos na Lei Orçamentária Anual – LOA – estão em linha com as dotações propostas pelas Unidades Orçamentárias, ou seja, de acordo com as necessidades de Programação Financeira da COAFI. Dessa forma, não tem se verificado a necessidade de abertura de créditos suplementares ou especiais, tampouco o cancelamento de créditos para as despesas geridas pela COAFI.

III) Unidades Gestoras 170.700/170.701/170.702/170.703 – Recursos Geridos pela COPEC

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

No âmbito dos recursos geridos pela COPEC, (Unidades Gestoras 170.700, 170.701, 170.702 e 170.703), a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

ÓRGÃO 71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
28.451.0909.00EF.0001	20.385.000	46.828.000	20.000.000	46.828.000	20.000.000	46.828.000	20.000.000	0
28.662.0909.000K.0001	1.365.000.000	3.778.260.000	400.000.000	4.023.260.000	400.000.000	4.023.260.000	400.000.000	4.151.088.000
28.601.0909.0265.0001	333.637.000	307.937.000	200.000.000	307.937.000	200.000.000	307.937.000	200.000.000	307.937.000
T O T A L	1.719.022.000	4.133.025.000	620.000.000	4.378.025.000	620.000.000	4.378.025.000	620.000.000	4.459.025.000

ÓRGÃO 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
20.601.0351.0281.0001	1.246.500.000	1.759.804.000	1.046.500.000	1.759.804.000	1.046.500.000	1.759.804.000	1.046.500.000	3.059.804.000
20.605.0352.008H.0001	5.000.000	0	5.000.000	4.000.000	5.000.000	4.000.000	5.000.000	0
20.605.0352.0294.0001	1.537.911.000	1.217.220.000	1.224.500.000	1.217.220.000	1.224.500.000	1.217.220.000	1.224.500.000	1.139.220.000
20.605.0352.0298.0001	150.694.000	155.802.000	150.694.000	155.802.000	150.694.000	155.802.000	150.694.000	155.802.000
20.605.0352.0299.001	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	453.010.000
20.605.0352.00GZ.001	0	0	0	0	0	0	0	16.990.000
20.605.0352.0300.001	2.911.000.000	2.406.000.000	1.200.000.000	2.802.000.000	2.802.000.000	2.697.574.000	2.802.000.000	1.193.594.000
20.605.0352.00GW.001	0	0	0	0	0	0	0	152.760.000
20.605.0352.0301.0001	299.414.634	427.127.000	278.300.000	427.127.000	278.300.000	427.127.000	278.300.000	427.127.000
20.605.0352.0611.0001	270.142.000	292.338.000	248.700.000	292.338.000	248.700.000	292.338.000	248.700.000	292.338.000
20.601.0362.0297.0001	18.074.000	270.000	2.000.000	270.000	2.000.000	270.000	2.000.000	270.000
23.693.0412.0267.0001	993.463.000	1.039.447.000	400.000.000	1.039.447.000	400.000.000	1.039.447.000	400.000.000	1.039.447.000
22.693.0902.009J.0001	174.460.000	127.780.000	100.000.000	127.780.000	100.000.000	127.780.000	100.000.000	55.259.000
25.754.1409.00EL.0001	0	15.347.000	0	15.347.000	0	15.347.000	0	1.347.000
T O T A L	7.906.658.634	7.741.135.000	4.955.694.000	8.141.135.000	6.557.694.000	8.036.709.000	6.557.694.000	7.986.968.000

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Capital							
	6 – Amortização de Dívida (Proposta)		6 – Amortização de Dívida (PLOA)		6 – Amortização de Dívida (LOA)		6 – Amortização de Dívida (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
20.601.0351.0A81.0001	930.000.000	902.000.000	930.000.000	902.000.000	930.000.000	902.000.000	930.000.000	902.000.000
23.693.0412.0A84.0001	1.300.000.000	1.300.000.000	1.049.500.000	1.300.000.000	1.049.500.000	1.300.000.000	1.049.500.000	1.300.000.000
T O T A L	2.230.000.000,00	2.202.000.000	1.979.500.000	2.202.000.000	1.979.500.000	2.202.000.000	1.979.500.000	2.202.000.000

b) **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170600	0412.0267.0001			999.999.171
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Análise Crítica

A movimentação de recursos do Proex está relacionada ao Proex-Equalização. O apoio ao exportador é efetuado mediante emissão de Notas do Tesouro Nacional série I (NTN-I) ao banco mandatário da operação. A emissão é realizada a pedido da Coordenação-Geral das Operações de Crédito (COPEC) à Secretaria-Adjunta da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Ainda que o orçamento original esteja nas Operações Oficiais de Crédito, é movimentado para a Dívida Pública

IV) Unidade Gestora 170.510 – Recursos Geridos pela COPAR

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

No âmbito dos recursos geridos pela COPAR, (Unidade Gestora 170.510), a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Despesas correntes

Ação 0809 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD (Lei nº 9.069, de 1995). Ação contempla outras despesas correntes (ressarcimento de despesas incorridas no processo de alienação das ações depositadas no FAD).

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	0	0	260.645	3.066.000
	PLOA		0	0	0	0	260.645	3.066.000
	LOA		0	0	0	0	260.645	3.066.000
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		0	0	0	0	260.645	3.066.000	

Fonte: STN, PLOA 2011, LOA 2011 e SIAFI

Valores em R\$ 1,00

QUADRO XXXII - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO					199.149.189,39	209.343.590,09
	PLOA					185.411.078,00	214.010.355,00
	LOA					220.391.078,00	219.008.395,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte: SIAFI PROGORCAN/TRANSAÇÃO CONPROG - EXERCÍCIOS 2.010 E 2011

Despesas de Capital

QUADRO XXXIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	2.464.446,32	5.767.442,05				
	PLOA	10.738.152,00	7.004.430,00				
	LOA	10.738.152,00	2.729.239,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

Fonte: SIAFI PROGORCAN/TRANSAÇÃO CONPROG - EXERCÍCIOS 2010 E 2011

Quadro XXXIV - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	199.149.189,39	209.343.590,09	2.464.446,32	5.767.442,05		
	PLOA	185.411.078,00	214.010.355,00	10.738.152,00	7.004.430,00		
	LOA	220.391.078,00	219.008.395,00	10.738.152,00	2.729.239,00		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		220.391.078,00	219.008.395,00	10.738.152,00	2.729.239,00		

Ação 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	199.968.700	258.780.000	0	0	
	PLOA	0	0	123.408.700	2.587.800	0	0	
	LOA	0	0	3.408.700	181.146	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	146.600.000	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	165.000.000	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0		
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		0	0	168.408.700	146.781.146	0	0	

Fonte: STN, PLOA 2011, LOA 2011 e SIAFI

Ação 0545 – Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	0	1.312.616	0	0	
	PLOA	0	0	0	13.126	0	0	
	LOA	0	0	0	13.126	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0

	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	13.126	0	0

Fonte: STN, PLOA 2011, LOA 2011 e SIAFI

Análise Crítica

Em relação às Ações 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, o orçamento proposto pela STN sofreu uma redução substancial já no PLOA 2011, e outra maior ainda quando da aprovação da LOA 2011. Uma vez que estas ações referem-se a orçamento destinado ao pagamento de compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro foi necessário, assim como em 2010, a solicitação de abertura de crédito adicional para o pagamento da dívida assumida junto aos organismos internacionais.

O orçamento das demais ações foi aprovado conforme proposto.

QUADRO XXXV - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ação 0605 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	0	0	0	
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	0	629.028	0	629.028

Quadro XXXVI - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				

Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	148.837.118,53	157.658.136,21	141.808.545,16	157.516.732,63
Dispensa	148.057.940,75	156.789.834,13	141.134.487,76	156.751.728,42
Inexigibilidade	779.177,78	868.302,08	674.057,40	765.004,21
Regime de Execução Especial	0	0		
Suprimento de Fundos	0	0		
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	473.216,77	193.314,51	473.216,77	193.314,51
Outras				

Ação 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	0	0	0	0
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	168.340.479	0	70.726.100	168.340.479

Fonte: SIAFI

QUADRO XXXVII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ação 0605 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	0	629.028,74	0	629.028,74	0	0	0	629.028,74
339193	0	629.028,74	0	629.028,74	0	0	0	629.028,74

2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

QUADRO XXXVIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ação 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	168.340.479	0	168.340.479	0	0	0	70.726.100	168.340.479
459065	168.340.479	0	168.340.479	0	0	0	70.726.100	168.340.479
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não houve execução orçamentária de despesa das demais ações.

Análise Crítica

Foi consignado no Orçamento de 2011, o montante total de R\$ 204.378.992 referente às despesas com a integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais (BIRD E AID). Entretanto, não houve disponibilidade financeira para arcar com as referidas despesas, razão pela qual não foram efetuados os pagamentos para a integralização de capital nos citados organismos.

A integralização da participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais, até meados de 2007, era classificada como Despesa Obrigatória, representando obrigação legal da União e, por isso, não estava sujeita a corte orçamentário. Não obstante, para o PPA 2008-2011, a despesa foi reclassificada como discricionária, o que favoreceu o corte elevado da ação por parte do Congresso Nacional. Desde então, houve a necessidade de suplementação dos recursos para honrar os compromissos assumidos com o Organismo, nos últimos anos.

No âmbito da ação relativa ao Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, foi realizado o pagamento ao Banco Central do Brasil – BACEN, no valor de R\$ 629.028,74 (seiscentos e vinte e nove mil, vinte e oito reais e setenta e quatro centavos) referentes as despesas incorridas por aquela Autarquia no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo R\$ 222.200,70 (duzentos e vinte e dois mil, duzentos reais e setenta centavos) relativo ao Banco do Estado de Santa Catarina – BESC e R\$ 406.828,04 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos) correspondente ao Banco do Estado do Piauí – BEP

Não houve ressarcimento de despesas ao BNDES referente à alienação de ações depositadas no FAD. A previsão de despesa no valor de R\$ 66.000 (aproximadamente 2% do total previsto de arrecadação com a venda de ações depositadas e a depositar no FAD em 2011) não se constitui necessariamente meta a ser atingida, em razão do fato de que a venda de ações depende de oportunidade de mercado e ação do agente gestor do FAD.

Quadro XXXIX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
3 – Outras Despesas Correntes	185.461.571	201.495.797	184.875.867	201.833.046	46.410	92.079	178.269.164	201.829.446
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	152.418.983	162.226.291	151.903.258	160.821.001	46.410	85.185	145.324.208	160.821.001
41 - Contribuições	31.525.000	35.899.697	31.525.000	37.899.697	0	0	31.525.000	37.899.697
34 - Outras Despesas de Pessoal/Contratos de Terceirização	0	1.586.917	0	1.586.917	0	0	0	1.586.917
Demais elementos do grupo	1.517.588	1.782.892	1.447.609	1.525.431	0	6.894	1.419.957	1.521.831

Fonte: SIAFI 2010 e 2.011

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XL - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	2.901.255	2.898.121	2.126.900	827.306	0	3.949	1.788.137	825.657
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.092.315	1.833.801	317.960	68.051	0	3.949	316.342	66.402
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	1.808.940	1.064.319	1.808.940	759.255	0	0	1.471.795	759.255
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2010 e 2011

IV) Unidade Gestora 170.510 – Recursos Geridos pela COFIS

Ação 0373– “Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)” referente ao Programa 0352 – “Abastecimento Agroalimentar”

Dados gerais da ação

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Efetuar pagamentos, às instituições financeiras, de rebates e equalizações referentes às operações contratadas com recursos do BNDES.
Descrição	Cálculo e pagamento, às instituições financeiras detentoras de operações com recursos do BNDES e securitizadas com base na Lei nº 9.138/95, da equalização dos encargos financeiros e da compensação sobre os rebates concedidos pela referida lei e pela Lei nº 9.866/99.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Não se aplica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	STN/COFIS
Coordenador nacional da ação	Não se aplica
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Beneficiário – Governo Federal

Indicadores de desempenho – Não se aplica à ação 0373.

As metas físicas e financeiras referentes à ação 0373 foram previstas e realizadas conforme mencionadas na tabela abaixo:

Metas e resultados da ação exercício

Quadro XLI – Metas e Resultados – Ação 0373

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	9.465.277,00	-	-

Não há previsão de meta física para a ação 0373.

Relativamente às despesas para pagamento às instituições financeiras (no total de 29), de rebates e equalizações referentes às operações contratadas com recursos do BNDES, foi previsto crédito orçamentário no valor de R\$ 9.465.277,00. No entanto, seu pagamento depende da verificação da exatidão dos valores devidos às instituições financeiras e, como o sistema informatizado de conferência dos dados informados ainda está em desenvolvimento em conjunto com o SERPRO, não é possível, ainda, determinar o montante exato da despesa.

Ação 0705 – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Dados Gerais

Banco do Brasil S.A. (Operações rurais) Tipo	Operação Especial
Finalidade	Remunerar o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001.
Descrição	Encargos decorrentes do contrato autorizado pela Medida Provisória nº 2.196-3/2001, referentes aos serviços de acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural, alongadas com base na Lei nº 9.138/95.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Não se aplica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	STN/COFIS
Coordenador nacional da ação	Não se aplica
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Beneficiário – Governo Federal

Indicadores de desempenho – Não se aplica à ação 0705.

Quadro XLII - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0705

Informações orçamentárias e financeiras da Ação						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.560.188,00	2.560.188,00	2.560.188,00	2.229.802,20	330.385,80	2.435.316,19	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2011	0,00%	95,12%	90,00%	95,12%
<p>Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”. Foi utilizado o valor empenhado para a composição do índice no intuito de se obter uma maior aderência com a execução do orçamento. Adotou-se essa relação visando padronizar os métodos de avaliação, no intuito de que a execução da despesa seja avaliada por índices capazes de evidenciar a relação entre os valores pagos e aqueles efetivamente comprometidos no exercício. Tal método tomou por base o fato de no exercício de 2011, diferentemente dos outros Programas, o valor empenhado para o Programa PNAFE – Ação 2C86 (R\$ 383.229,94) ter correspondido a 63,75% do valor orçado (R\$ 601.143,00), o que comprometeu a análise da execução da despesa tomando-se por base o valor orçado para o exercício.</p>						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e os valores efetivamente empenhados no exercício.						

Análise do Resultado Alcançado: A despesa relacionada à Carteira de Saneamento corresponde ao percentual equivalente a 0,43% do valor recebido para esse Programa. A despesa realizada no exercício de 2011 ficou 5,12 pontos percentuais acima do esperado. O índice previsto no exercício é de 90% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 10% na estimativa orçamentária da presente despesa. Não foi verificado contingenciamento para a despesa da Ação 0705 em 2011.

Observações:

- 1) Fontes: SIAFI e STN/COAFI;
- 2) Como no âmbito do Programa 0909 a COAFI é responsável somente pela Ação 0705 - Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0705 foram apresentadas no quadro acima.
- 3) As Despesas realizadas no exercício 2011 foram acrescidas de Restos a Pagar Não Processados referentes ao ano de 2010.

Ação Orçamentária 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab (Lei nº 11.977, de 2009)

Dados Gerais

090900CZ - Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab		
-	Unidade de Medida: -	UO: 25101 M. da Fazenda
Finalidade		
Suprir o FGHab com fonte de recurso em moeda corrente para:		
I. Garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, no caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento para famílias com renda de até R\$ 5.000,00.		
II. Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e danos físicos do imóvel para famílias com renda até R\$ 5.000,00.		
Descrição		
A ação trata de repasse de recursos ao FGHab por meio da integralização de cotas de forma a viabilizar operações habitacionais para famílias com renda de até R\$ 5.000,00 e, assim contribuir para a redução dos efeitos negativos da crise econômica no desemprego e na atividade econômica, em especial do setor da construção civil.		
Unidade Administrativa Responsável		
Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS		
Implementação da Ação		Tipo: transferências outras
O Tesouro Nacional repassará os recursos financeiros a Caixa Econômica Federal para a integralização de cotas do FGHab para que o fundo cumpra as suas finalidades.		
Base Legal		
Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (conversão da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009) e Decreto nº 6.820, de abril de 2009.		

Fonte: Gerencia de Fundos e Programas – GEFUP e Estatuto do FGHab

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN
Unidades executoras	COFIS/STN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Metas e resultados da ação exercício

Quadro XLIII – Metas e Resultados – Ação 00CZ

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1.400.000 mil moradias*	830.000.000,00	298.817	200.000.000,00

*Meta total do programa

Resultados

A Lei nº 11.974, de 6 de julho de 2009, que abriu crédito especial no valor global de R\$ 6 bilhões, para fazer frente à necessidade de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV no exercício de 2009, autorizou a integralização adicional de cotas do FGHab pela União no valor de R\$ 750 milhões. Esses recursos foram empenhados em dezembro de 2009. No orçamento de 2011, foi autorizado o aporte de mais R\$ 80 milhões em cotas do FGHab e que foi empenhado em dezembro de 2011. Assim, havia em 2011 R\$ 830 milhões empenhados para integralização adicional de cotas do FGHab pela União. No ano foram efetivamente integralizados pela União R\$ 200.000.000,00 em agosto.

No ano de 2011 foram celebrados 298.817 financiamentos habitacionais com garantia do FGHab pela CAIXA e pelo Banco do Brasil.

2.3.3.8 - Ação Orçamentária 00EC – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

Dados Gerais

0909 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN		
-	Unidade de Medida: -	UO: 71101 – recursos sobre supervisão do Ministério. da Fazenda
Finalidade:		
Integralizar cotas do FGCN, que tem como finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.		
Descrição:		
A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas no FGCN.		
Unidade Administrativa Responsável:		
Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS		
Implementação da Ação:		Tipo: Operação Especial
O Tesouro Nacional repassará os recursos à Caixa Econômica Federal, autorizada para administrar, gerir e representar judicial e extrajudicialmente o FGCN, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.		
Base Legal:		
Leis nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, e nº 12058, de 13 de outubro de 2009. Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010. Portarias do MF nº 171, de 11 de fevereiro de 2010, e nº 412, de 23 de agosto de 2011.		

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica
--	---------------

Metas e resultados da ação exercício

Quadro XLIV – Metas e Resultados – Ação 00EC

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	1.538.349,00	-	0,00

A presente ação não dispõe de meta física.

Ação Orçamentária 00ED – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - BNDES

Dados Gerais

0909 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN		
-	Unidade de Medida: -	UO: 71101 – recursos sobre supervisão do M. da Fazenda

Finalidade:

Garantir, direta ou indiretamente o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores e autônomos, transportadores rodoviários de carga.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos da União por meio da integralização de cotas no Fundo Garantidor de Investimentos - FGI.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional repassará os recursos financeiros ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNES para a integralização de cotas do FGF, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Decreto nº 6.889, de 29 de junho de 2009. Portaria do MF nº 361, de 30 de junho de 2009. Portarias do MF nº 340, de 7 de junho de 2010, e nº 413, de 23 de agosto de 2011.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Metas e resultados da ação exercício

Quadro XLV – Metas e Resultados – Ação 00ED

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	389.396,00	-	0,00

A presente ação não dispõe de meta física.

2.3.3.11 - Ação Orçamentária 00EE – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas – Banco do Brasil

Dados Gerais

0909 – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

-	Unidade de Medida: -	UO: 71101 – recursos sob supervisão do M. da Fazenda
---	----------------------	--

Finalidade:

Garantir parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras cotistas do Fundo, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN para micro, pequenas e médias empresas, microempreendedor individual e transportadores autônomos de cargas.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos da União por meio da integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações - FGO.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

Implementação da Ação:

Tipo: Operação Especial

O Tesouro Nacional repassará os recursos financeiros ao Banco do Brasil - BB para a integralização de cotas do FGO, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Base Legal:

Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Decreto nº 6.889, de 29 de junho de 2009. Portaria do MF nº 361, de 30 de junho de 2009. Portarias do MF nº 340, de 7 de junho de 2010, e nº 413, de 23 de agosto de 2011.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Metas e resultados da ação exercício

Quadro XLVI – Metas e Resultados – Ação 00EE

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	778.090,00	-	0,00

A presente ação não dispõe de meta física.

Ação: 0E64 - Subvenção Econômica destinada a Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes - NACIONAL

Dados Gerais

0E64 0001 - Subvenção Econômica destinada a Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes - NACIONAL

Resultados

A Secretaria do Tesouro Nacional participa, em conjunto com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH/MCd e no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV para municípios com população de até 50 mil habitantes, da realização das ofertas públicas de recursos às instituições financeiras e agentes financeiros.

Em 21 de dezembro de 2011, foi realizada oferta pública, conforme disposto pela Portaria Interministerial do Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 531, de 10 de novembro de 2011. O resultado foi homologado por meio da Portaria nº 609, de 23 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades, que informou o total de 107.348 (cento e sete mil e trezentos e quarenta e oito) unidades habitacionais a serem realizadas com recursos do PMCMV. O valor total de recursos necessário para concluir essas unidades será de R\$ 2.808.223.680,00, a serem empenhados até 2014. Desse valor, em dezembro de 2011, foi empenhado e inscrito em restos a pagar R\$ 433.913.830,00.

Cabe ressaltar que o valor total empenhado em 2011, para ação 0E64, foi de R\$ 662.014.000,00, que inclui tanto o montante de R\$ 433.913.830,00, mencionado acima, quanto ao da oferta pública de 2009, no valor de R\$ 228.100.170,00. Desse total empenhado em 2011, foram pagos R\$ 14.944.490,04, e o restante, R\$ 647.069.509,96, foi inscrito em restos à pagar de 2011 para 2012.

Haveres Financeiros Administrados pela COAFI - Unidade Gestora 170.512

Quadro XLVII - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Contratações Diretas	2.657.696,09	2.519.194,4	2.873.960,33	2.724.708,4
Inexigibilidade – Art. 16 da MP nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento – Ação 0705	2.317.365,23	2.229.802,20	2.533.629,47	2.435.316,19
Inexigibilidade - Parágrafo 16 do Voto CMN nº 206, de 27.11.1996, e Art. 2º da Res. nº 91, do Senado Federal, de 23.09.1997 – PNAFE - Ação 2C86	340.330,86	289.392,2	340.330,86	289.392,21

Fonte: SIAFI. Obs.:As Despesas realizadas nos exercícios 2010 e 2011 foram acrescidas de Restos a Pagar não processados referentes aos anos de 2009 e 2010 respectivamente.

Quadro XLVIII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2-Juros e Encargos da Dívida	1.575.328.920	1.791.141.289	1.575.328.920	1.791.141.289	396.786.710	38.872.582	1.178.514.724	1.779.202.045
3290.21- Juros da dívida contr. c/ instit.financ.	1.575.328.920	1.791.141.289	1.575.328.920	1.791.141.289	396.786.710	38.872.582	1.178.514.724	1.779.202.045
3 – Outras Despesas Correntes	3.900.963	3.161.333	3.900.963	3.161.333	1.243.267	424.224	2.873.960	2.724.708
3390.39 – serviços bancários	3.900.963	3.161.333	3.900.963	3.161.333	1.243.267	424.224	2.873.960	2.724.708

Fonte: SIAFI. Obs.: As Despesas realizadas nos exercícios 2010 e 2011 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2009 e 2010 respectivamente.

Quadro XLIX - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Invers. Financ.	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amort. da Dívida	3.054.502.556	3.325.909.927	3.054.502.556	3.325.909.927	704.124.992	286.273.600	2.347.424.966	3.003.600.794
4690.71 Amortiz. da dívida contrat. c/ inst, financ.	3.054.502.556	3.325.909.927	3.054.502.556	3.325.909.927	704.124.992	286.273.600	2.347.424.966	3.003.600.794

Fonte: SIAFI. Obs.: As Despesas realizadas nos exercícios 2010 e 2011 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2009 e 2010 respectivamente.

Ação 2C86 – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE

Ação inserida no Programa 0750 – Apoio Administrativo

Objetivo Geral: Garantir o pagamento da remuneração devida ao agente financeiro, referente à prestação de serviços, para execução do Programa PNAFE, no âmbito do Contrato de Empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o BID. Como agente financeiro do Programa, a CAIXA

realiza a cobrança dos encargos e amortização do principal junto aos estados para repasse ao Tesouro Nacional.

Quadro L - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 2C86

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
601.145,00	601.145,00	383.229,94	289.392,21	93.837,73	289.392,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2011	0,00%	75,51%	80,00%	75,51%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item "Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa".						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento da instituição.						
Análise do Resultado Alcançado: A despesa relacionada ao PNAFE corresponde a 0,43% do valor recebido para esse Programa. A arrecadação observada no exercício de 2011 foi fortemente influenciada pela variação cambial e acarretou redução no montante de despesa relacionada. Por esse motivo, o resultado alcançado ficou 4,49 pontos percentuais abaixo do esperado. O índice previsto no exercício é de 80% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido ao risco de variação cambial relacionado às despesas do Programa PNAFE. Foi verificado em 2011 um pequeno contingenciamento sem impacto para a despesa da Ação 0705 uma vez que o valor orçado ficou acima do valor empenhado.						

1) Fontes: SIAFI e STN/COAFI;

2) Como no âmbito do Programa 0750 a COAFI é responsável somente pela Ação 2C86 - Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0705 foram apresentadas no quadro acima.

Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.

Ação inserida no Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações).

Objetivo Geral: Fazer face às obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto a órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

Quadro LI - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.117.051.216	5.117.051.216	5.117.051.216	4.769.947.185	347.104.031	4.782.802.839	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2010	0,00	93,47%	90,00%	93,47%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item "Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa".						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento da instituição.						

Análise do Resultado Alcançado: A despesa relacionada à Lei nº 8.727/93 corresponde ao somatório dos percentuais detidos pelos demais credores do Programa, além da União. O índice previsto no exercício é de 90% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 10% na estimativa orçamentária da presente despesa. Maiores informações são fornecidas no item “Indicadores de Eficácia da Despesa”. Como a despesa em questão possui amparo em Lei, a mesma não é objeto de contingenciamento.

1) Fontes: SIAFI e STN/COAFI;;

2) Como no âmbito do Programa 0905 a COAFI é responsável somente pela Ação 0272- Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0072 foram apresentadas no quadro acima. As Despesas realizadas no exercício 2011 foram acrescidas de Restos a Pagar Processados referentes ao ano de 2010.

Análise crítica

Quanto à execução orçamentária no exercício de 2011, verificou-se grande compatibilidade entre a despesa empenhada e a despesa liquidada para todos os grupos de despesa analisados. Por outro lado, observa-se que os valores pagos ficaram abaixo dos volumes das despesas liquidadas.

No caso das despesas no âmbito da Lei no 8.727/93 (3290.21- JUROS DA DIVIDA CONTR. C/ INSTIT.FINANCEIRAS – despesa corrente, e 4690.71 - AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTR.C/INST.FINANCEIRA – despesa de capital), essas despesas correspondem ao somatório dos percentuais detidos pelos demais credores do Programa, além da União. No exercício de 2011 foi verificado o recebimento de valor inadimplido no total de R\$ 1,98 bilhão, o qual foi arrecadado pelo Tesouro Nacional em dez/2011, sendo que 36,36% (R\$ 720 milhões) desse total foram classificados na rubrica “Demais Credores”, referente a valores pendentes de pagamento por decisão judicial. Por esse motivo, tal recebimento impactou a despesa relacionada aos dois grupos mencionados (“Demais Credores” e “Receitas da União”).

A despesa relacionada à Carteira de Saneamento e ao PNAFE (3390.39 - SERVICOS BANCARIOS) corresponde ao percentual equivalente a 0,43% do valor recebido para esses Programas. No caso do PNAFE a arrecadação observada no exercício de 2011 foi fortemente influenciada pela variação cambial e acarretou redução no montante de despesa relacionada.

Não foram verificados impactos na execução orçamentária da COAFI em decorrência de contingenciamento de despesas financeiras ou créditos orçamentários.

2.d.II. Execução Orçamentária das Despesas
Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade

Quadro LII - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
2 - Juros e Encargos da Dívida	120.669.024.543,95	129.046.017.598,71	120.669.024.543,95	129.046.017.598,71	-	-	120.669.024.543,95	129.046.017.598,71
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	2.002.096.875,99	607.271.491,04	2.002.096.875,99	607.271.491,04	-	-	2.002.096.875,99	607.271.491,04
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	99.389,08	46.496.768,29	99.389,08	46.496.768,29	-	-	99.389,08	46.496.768,29
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	118.646.740.272,83	128.377.814.106,57	118.646.740.272,83	128.377.814.106,57	-	-	118.646.740.272,83	128.377.814.106,57
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	20.088.006,05	14.435.232,81	20.088.006,05	14.435.232,81	-	-	20.088.006,05	14.435.232,81
3 - Outras Despesas Correntes	80.866.785,26	193.988.445,55	80.866.785,26	193.988.445,55	281.600.000,00	810.152.000,00	209.275.465,07	375.548.459,02
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	2.467.771,61	4.141.274,94	2.467.771,61	4.141.274,94	-	-	2.467.771,61	4.141.274,94
45 - Equalização de Preços e Taxas	78.399.013,65	189.847.170,61	78.399.013,65	189.847.170,61	281.600.000,00	810.152.000,00	206.807.693,46	371.407.184,08

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
6 - Amortização da Dívida	510.664.407.319,02	573.479.845.672,30	510.664.407.319,02	573.479.845.672,30	-	-	510.664.407.319,02	573.479.845.672,30
71 - Principal da Dívida por Contrato	53.932.025.177,00	1.911.569.964,06	53.932.025.177,00	1.911.569.964,06	-	-	53.932.025.177,00	1.911.569.964,06
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	79.900.654.616,59	81.773.591.596,97	79.900.654.616,59	81.773.591.596,97	-	-	79.900.654.616,59	81.773.591.596,97
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	3.671.062.704,04	10.426.359.281,14	3.671.062.704,04	10.426.359.281,14	-	-	3.671.062.704,04	10.426.359.281,14
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	370.963.684.166,40	467.814.225.411,20	370.963.684.166,40	467.814.225.411,20	-	-	370.963.684.166,40	467.814.225.411,20
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	2.196.980.654,99	11.554.099.418,93	2.196.980.654,99	11.554.099.418,93	-	-	2.196.980.654,99	11.554.099.418,93

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

04.123.0773.2077.0001 - GESTAO DA DÍVIDA PUBLICA - NACIONAL
PTRES 003728

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	5.195.077,78	4.141.274,94	1.053.802,84	20%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	5.195.077,78	4.141.274,94	1.053.802,84	20%

COMENTÁRIOS: A execução desta despesa está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo. Como as emissões previstas para o ano de 2011 foram em número próximo às estimadas, a variação não foi significativa.

23.693.0412.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 025191

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	189.847.170,61	189.847.170,61	-	0%
45 - Equalização de Preços e Taxas	189.847.170,61	189.847.170,61	-	0%

28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 003672

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	651.007.087.550,00	460.942.733.083,28	190.064.354.466,72	29%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	651.007.087.550,00	460.942.733.083,28	190.064.354.466,72	29%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 003673

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	8.200.489.861,00	6.830.550.975,74	1.369.938.885,26	17%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	8.200.489.861,00	6.830.550.975,74	1.369.938.885,26	17%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.842.0908.0367.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURAÇÃO - NACIONAL
PTRES 003674

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	58.281.312,00	40.465.724,78	17.815.587,22	31%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	58.281.312,00	40.465.724,78	17.815.587,22	31%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.843.0905.0252.0001 - DÍVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO À REDUÇÃO DA PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCÁRIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 003645

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	31.943.379,00	30.083.028,62	1.860.350,38	6%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	31.943.379,00	30.083.028,62	1.860.350,38	6%
6 - Amortização da Dívida	60.437.066,00	57.377.059,00	3.060.007,00	5%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	20.437.066,00	18.938.701,18	1.498.364,82	7%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	40.000.000,00	38.438.357,82	1.561.642,18	4%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

28.843.0905.0431.0001 - DÍVIDA INTERNA DA UNIÃO DECORRENTE DE ASSUNÇÃO, RECONHECIMENTO OU CONFISSÃO DE DÍVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACÕES, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL
PTRES 003647

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	14.045.000,00	-	14.045.000,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	11.045.000,00	-	11.045.000,00	100%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	3.000.000,00	-	3.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	3.560.000,00	-	3.560.000,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	3.560.000,00	-	3.560.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva para viabilizar assunção de dívidas que não se concretizaram.

28.843.0905.0433.0001 - DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DA UNIÃO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRÍCOLA - NACIONAL
PTRES 003648

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	750.000.000,00	-	750.000.000,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	750.000.000,00	-	750.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	393.230.000,00	-	393.230.000,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	393.230.000,00	-	393.230.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores que ainda não foram formalmente reconhecidos pela União, inviabilizando o pagamento.

28.843.0905.0451.0001 - DÍVIDA INTERNA DA UNIÃO DECORRENTE DA CRIAÇÃO DE ESTADOS - NACIONAL
PTRES 008629

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	510.741,00	481.895,26	28.845,74	6%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	510.741,00	481.895,26	28.845,74	6%
6 - Amortização da Dívida	501.343,00	475.627,40	25.715,60	5%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	501.343,00	475.627,40	25.715,60	5%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

28.843.0905.0455.0001 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 003649

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	151.887.110.064,00	118.425.429.499,26	33.461.680.564,74	22%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	151.887.110.064,00	118.425.429.499,26	33.461.680.564,74	22%
6 - Amortização da Dívida	88.348.795.256,00	88.297.977.181,96	50.818.074,04	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	79.773.978.273,23	79.723.160.199,19	50.818.074,04	0%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	8.574.816.982,77	8.574.816.982,77	-	0%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado

28.843.0905.0811.0001 - HONRA DE COMPROMISSO INTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIÃO (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 003650

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	263.376.949,00	-	263.376.949,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	241.687.085,00	-	241.687.085,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	21.689.864,00	-	21.689.864,00	100%
6 - Amortização da Dívida	386.195.628,00	-	386.195.628,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	386.195.628,00	-	386.195.628,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.843.0905.09HL.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DE NOVACAO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI Nº10.150, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 003651**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.930.328.455,00	2.673.636.189,31	256.692.265,69	9%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	2.930.328.455,00	2.673.636.189,31	256.692.265,69	9%
6 - Amortização da Dívida	7.858.979.472,00	3.830.802.742,15	4.028.176.729,85	51%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	2.858.979.472,00	2.017.698.801,60	841.280.670,40	29%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	5.000.000.000,00	1.813.103.940,55	3.186.896.059,45	64%

COMENTÁRIOS: A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União, ocorreu em volume menor que o estimado, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

**28.844.0906.0262.0001 - HONRA DE COMPROMISSO EXTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (DECRETOS-LEIS Nº 1.928, DE 1982 E 2.169, DE 1984) - NACIONAL
PTRES 003652**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	228.617.030,00	-	228.617.030,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	228.617.030,00	-	228.617.030,00	100%
6 - Amortização da Dívida	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.844.0906.0284.0001 - AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 003644**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	962.803,00	157.881,52	804.921,48	84%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	657.599,00	129.382,23	528.216,77	80%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	305.204,00	28.499,29	276.704,71	91%
6 - Amortização da Dívida	17.726.115,00	17.084.734,90	641.380,10	4%
71 - Principal da Dívida por Contrato	8.726.115,00	8.328.758,75	397.356,25	5%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	9.000.000,00	8.755.976,15	244.023,85	3%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária. No que diz respeito aos juros, o cancelamento de saldos a desembolsar, gerou uma despesa menor do que as estimativas iniciais.

**28.844.0906.0371.0001 - DIVIDAS EXTERNAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS PARA OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO (DECRETO Nº 94.444, DE 1987) - NACIONAL
PTRES 003653**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.643.994,00	1.205.168,88	438.825,12	27%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	1.643.994,00	1.205.168,88	438.825,12	27%
6 - Amortização da Dívida	10.410.124,00	7.641.790,00	2.768.334,00	27%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	10.410.124,00	7.641.790,00	2.768.334,00	27%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

**28.844.0906.0405.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ASSUNCAO, RECONHECIMENTO OU CONFISSAO DE DIVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACOES, EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL
PTRES 003654**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	555.876,00	-	555.876,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	555.876,00	-	555.876,00	100%
6 - Amortização da Dívida	6.793.821,00	-	6.793.821,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	6.793.821,00	-	6.793.821,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução tendo em vista a conversão da dívida da União junto à United State Agency for International Development – USAID para aplicação em projeto de conservação ambiental, decorrente do Tropical Forest Conservation Act – TFCA. A reestruturação procedeu-se com a extinção das 7 obrigações existentes e a criação de um novo contrato, mantidas as mesmas condições financeiras e de fluxo de vencimento. Para este novo contrato foi criado uma nova IG, um novo IDOC, um novo PI e uma nova classificação orçamentária, ou seja, PT 28.844.0906.0419.0001 e PTRES 003656.

28.844.0906.0409.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL
PTRES 003655

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	12.068.548,00	8.765.838,71	3.302.709,29	27%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	12.056.929,00	8.765.838,71	3.291.090,29	27%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	11.619,00	-	11.619,00	100%
6 - Amortização da Dívida	13.793.895,00	13.793.895,00	-	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	13.793.895,00	13.793.895,00	-	0%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário. Não houve incidência de outros encargos na referida ação, durante o exercício.

28.844.0906.0419.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - NACIONAL
PTRES 003656

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	705.625.427,00	541.098.615,07	164.526.811,93	23%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	658.078.279,00	494.630.346,07	163.447.932,93	25%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	47.547.148,00	46.468.269,00	1.078.879,00	2%
6 - Amortização da Dívida	18.511.816.296,00	11.547.770.743,33	6.964.045.552,67	38%
71 - Principal da Dívida por Contrato	10.754.378,00	10.069.090,55	685.287,45	6%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	18.501.061.918,00	11.537.701.652,78	6.963.360.265,22	38%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária. Outro fator a ser considerado com relação ao orçamento de principal, foi o fato de ter sido aprovado crédito suplementar para suportar pré-pagamento de diversos contratos junto aos BID e BIRD, não ocorrendo, contudo, pré-pagamento de contratos junto ao Banco Interamericano. Esclarecemos ainda que este Programa de Trabalho abriga todos os pagamentos dos empréstimos transferidos do Órgão de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06.

28.844.0906.0425.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 003657

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	8.936.459.867,00	7.253.852.888,22	1.682.606.978,78	19%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	8.891.459.867,00	7.239.417.655,41	1.652.042.211,59	19%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	45.000.000,00	14.435.232,81	30.564.767,19	68%
6 - Amortização da Dívida	1.384.254.500,00	-	1.384.254.500,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	1.384.254.500,00	-	1.384.254.500,00	100%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2010 foi superior às cotações em 2011, quando da execução orçamentária. A não realização de amortizações nesta ação decorreu da frustração de receitas na fonte 148, que daria suporte financeiro aos pagamentos. Em razão deste fato ocorreu maior execução na fonte 0143 (refinanciamento)

28.846.0902.0343.0001 - PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 003670

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
5 - Inversões Financeiras	137.000.000,00	-	137.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	137.000.000,00	-	137.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista que não foram atendidas condições de efetividade nos contratos assinados.

28.846.0909.0669.0001 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 003661

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.320.000.000,00	111.306.593,86	1.208.693.406,14	92%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	1.320.000.000,00	111.306.593,86	1.208.693.406,14	92%
6 - Amortização da Dívida	23.500.000.000,00	1.893.172.114,76	21.606.827.885,24	92%
71 - Principal da Dívida por Contrato	23.500.000.000,00	1.893.172.114,76	21.606.827.885,24	92%

COMENTÁRIOS: A proposta orçamentária contemplava uma possível antecipação na cobertura do Resultado Negativo do BACEN apurado no 2º semestre de 2010, o que não foi necessário.

Quadro LIII – Quadro Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600

TOTAL				
Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	167.083.248.133,00	129.046.017.598,71	38.037.230.534,29	23%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	2.451.239.863,00	607.271.491,04	1.843.968.371,96	75%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	69.542.216,00	46.496.768,29	23.045.447,71	33%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	164.514.454.435,00	128.377.814.106,57	36.136.640.328,43	22%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	48.011.619,00	14.435.232,81	33.576.386,19	70%
3 - Outras Despesas Correntes	195.042.248,39	193.988.445,55	1.053.802,84	1%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.195.077,78	4.141.274,94	1.053.802,84	20%
45 - Equalização de Preços e Taxas	189.847.170,61	189.847.170,61	-	0%
5 - Inversões Financeiras	137.000.000,00	-	137.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	137.000.000,00	-	137.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	800.097.208.944,00	573.479.845.672,30	226.617.363.271,70	28%
71 - Principal da Dívida por Contrato	23.519.480.493,00	1.911.569.964,06	21.607.910.528,94	92%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	84.448.233.206,23	81.773.591.596,97	2.674.641.609,26	3%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	13.614.816.982,77	10.426.359.281,14	3.188.457.701,63	23%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	659.266.360.066,00	467.814.225.411,20	191.452.134.654,80	29%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	19.248.318.196,00	11.554.099.418,93	7.694.218.777,07	40%
TOTAL GERAL	967.512.499.325,39	702.719.851.716,56	264.792.647.608,83	27%

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

Recursos Geridos pela COPEC - Unidades Gestoras UG 170700, 170701, 170702 e 170703

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	400.000.000	4.151.088.000	0	28.975.933	400.000.000	4.122.112.067	0	28.975.933
93 - Indenizações e Restituições	200.000.000	307.937.000	0	0	200.000.000	307.937.000	0	0

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	5.188.022.454	6.312.194.258	1.656.981.857	2.172.272.114	3.531.040.596	4.139.922.144	1.656.981.857	2.172.272.114

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS créditos originários da UNIDADE

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
5 – Inversões Financeiras								
66 - Conc. De Emp. E Financ.	1.228.516.546	1.455.294.560	848.767.166	832.223.813	379.749.379	623.070.747	848.767.166	832.223.813

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Orgão 71000 – Encargos Financeiros da União

Ação: 28.451.0909.00EF.0001 – Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)

Quadro LIV – Programação de Despesa Corrente – Ação 00EF

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	46.828.000	(46.828.000)	0	0	0

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

COMENTÁRIOS: Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 46.828 mil, os quais não foram descentralizados para empenho da Unidade Gestora em razão de adiamentos na implementação do Programa, sobretudo relacionados à assinatura do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (nº 10.2.1894.1), firmado somente em 26.11.2010 entre o BNDES e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de beneficiária do crédito e agente financeiro do Programa.

Com isso, e tendo em vista a carência de até 18 meses para o início do pagamento da equalização ao BNDES (mediante solicitação do Agente Financeiro àquele Banco), estabelecida nos termos das Resoluções CMN nº 3.710, de 16.4.2009 e nº 3.758, de 9.7.2009, as despesas de equalização relacionadas à ação deverão ter seus pagamentos iniciados somente no exercício de 2012.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.662.0909.000K.0001 – Equalização de Taxas de Juros nas Operações de Financiamento Destinadas à Aquisição e Produção de Bens de Capital e à Inovação Tecnológica (MP nº 465, de 2009)

Quadro LV – Programação de Despesa Corrente – Ação 000K

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	4.023.260.000	127.828.000	28.975.933	4.122.112.067	0,7%

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica e à inovação tecnológica.

A União foi originalmente autorizada a conceder a referida subvenção econômica por meio da Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.096, de 24.11.2009. A MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409, de 25.05.2011, e a MP nº 523, de 20 de janeiro de 2011, autorizaram a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a empresas e micro empreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios atingidos por calamidades nos Estados de Alagoas e Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente. A regulamentação das medidas de apoio aos estados atingidos foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital.

COMENTÁRIOS: Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 4.151.088 mil, dos quais R\$ 28.976 mil foram executados ao longo do exercício, além de R\$ 400.000 mil referentes a valores inscritos em RAP/2010 integralmente utilizados. Também houve suplementação orçamentária no valor de R\$ 127.828 mil. Foram inscritos R\$ 4.122.112 mil em Restos a Pagar/2011, com previsão de execução ao longo do exercício de 2012.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.601.0909.0265.0001 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)

Quadro LVI – Programação de Despesa Corrente – Ação 0265

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
93 - Indenizações e Restituições	307.937.000	0	0	307.937.000	0

FINALIDADE: O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171 de 14.1.91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do PROAGRO, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2011, foram alocados R\$ 307.937 mil para a complementação das despesas do PROAGRO, não executados durante o exercício e integralmente inscritos em Restos a Pagar/2011, além de R\$ 121.800 mil referentes ao orçamento de 2010 (prorrogados com base no Decreto 7.654, de 2011), com previsão de execução ao longo do exercício de 2012.

Fonte: STN/COPEC

Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Ação: 20.601.0351.0281.0001 – Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	1.759.804.000	1.300.000.000	1.030.295.000	2.029.509.000	34%

FINALIDADE: A modalidade de subvenção econômica do PRONAF abrange a equalização de taxas de juros – definida como a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito - os rebates sob a forma de bônus de adimplência sobre o principal e/ou juros, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do PRONAF com recursos do Orçamento Geral da União (PRONAF/OGU).

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.759.804 mil, que posteriormente foi suplementada em R\$ 1.300.000 mil, além de R\$ 188.863 mil de Restos a Pagar/2008, de R\$ 409.055 mil de Restos a Pagar/2009 e de R\$ 830.886 mil de Restos a Pagar/2010. Desses valores, foram executados financeiramente R\$ 1.030.295 mil da dotação orçamentária de 2011, além de R\$ 16.564 mil de Restos a Pagar/2008, R\$ 322.067 mil de Restos a Pagar/2009 e de R\$ 830.886 mil de Restos a Pagar/2010. Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 2.029.509 mil. Foram ainda cancelados R\$ 172.298 mil referentes a Restos a Pagar/2008 e R\$ 86.988 mil referentes aos Restos a Pagar/2009.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.008H.0001 – Equalização de Juros em Financiamento destinados à liquidação de Dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	4.000.000,00	(4.000.000,00)	0	0	0

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos para a liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei nº 11.524, de 24.09.2007.

COMENTÁRIOS: Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 4 milhões. No entanto, devido à ausência de demanda por essas operações, esses recursos foram cancelados.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0294.0001 – Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	1.217.220.000	(78.000.000)	129.018.984	1.010.201.016	11%

FINALIDADE: As operações de Custeio Agropecuário constituem-se em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.217.220 mil, que, durante o ano, teve suplementações no valor de R\$ 127.000 mil e cancelamentos no valor de R\$ 205.000 mil. Além destes recursos, esta ação contou com R\$ 1.076.767 mil de Restos a Pagar/2010 e de R\$ 241.149 mil de Restos a Pagar/2009. Foram executados financeiramente R\$ 129.019 mil do orçamento de 2011, além de R\$ 554.760 mil de Restos a Pagar/2010 e R\$ 233.582 mil de Restos a Pagar/2009. Foram inscritos R\$ 1.010.201 mil em Restos a Pagar/2011 e prorrogados R\$ 451.240 mil referentes a Restos a Pagar/2010, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011. Foram cancelados R\$ 7.567 mil de Restos a Pagar/2009 e R\$ 70.767 mil de Restos a Pagar/2010.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0298.0001 – Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	155.802.000	0	4.222.790	151.579.210	3%

INALIDADE: Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros aos produtores rurais e suas cooperativas, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem a interferência de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 155.802 mil, além de R\$ 110.675 mil de Restos a Pagar/2010. Foram executados financeiramente R\$ 4.223 mil, além de R\$ 72.493 mil de Restos a Pagar/2010. O montante inscrito em Restos a Pagar/2011 foi de R\$ 151.579 mil. Dos Restos a Pagar/2010, foram prorrogados R\$ 30.507 mil, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011 e cancelados R\$ 7.675 mil.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0299.0001 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	300.000.000	153.010.000	365.740.573	87.269.427	81%

FINALIDADE: O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla:

- os repasses, realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM (abordado no item 2.8.4 – Outras Atividades Desenvolvidas); e
- o pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da CONAB.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do programa AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 300 milhões, que posteriormente foi suplementado em R\$ 170 milhões. Deste novo montante, foram cancelados R\$ 16.990 mil. A ação contou ainda com R\$ 38 milhões de Restos a Pagar/2009 e R\$ 154.917 mil de Restos a Pagar/2010. Dos R\$ 470 milhões resultantes da suplementação e cancelamento, foram executados financeiramente R\$ 365.741 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 257.019 mil, além de terem sido cancelados, na totalidade, os Restos a Pagar 2009 e Restos a Pagar/2010. Os reembolsos no período totalizaram R\$ 1.663.991 mil, referentes à alienação de estoques reguladores e estratégicos.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.00GZ.0001 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	0	16.990.000	0	16.990.000	0

FINALIDADE: Em 2011, foi criada a modalidade do AGF específica para a Agricultura Familiar, o AGF- AF. O Programa funciona com as mesmas bases do AGF.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal da Agricultura Familiar – AGF-AF contou inicialmente com crédito especial de R\$ 16.990 mil, que foi inteiramente inscrito em Restos a Pagar/2011.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0300.0001 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	2.697.574.000	(1.656.740.000)	292.173.654	748.660.346	28%

FINALIDADE O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) e Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO).

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da CONAB, leiloa contratos que preveem a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a CONAB realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão.

Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionista e mais voltada para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

COMENTÁRIOS: Em 2011 o programa contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 2.697.574 mil, dos quais R\$ 1.656.740 mil foram cancelados, além de R\$ 860.000 mil de Restos a Pagar/2010. Foram executados financeiramente R\$ 292.174 mil do orçamento de 2011, além de R\$ 537.200 mil de Restos a Pagar/2010. A inscrição em Restos a Pagar/2011 totalizou R\$ 213.799 mil. Do Restos a Pagar 2010, foram prorrogados, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011, R\$ 191.700 mil e cancelados R\$ 131.100 mil.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.00GW.0001 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	0	152.760.000	0	152.760.000	0

FINALIDADE: O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), assim como o AGF, iniciou em 2011 a modalidade exclusiva da Agricultura Familiar. O novo programa opera da mesma forma que o Programa Garantia e Sustentação de Preços, com diferença de ser exclusivamente voltado a atender os produtores da Agricultura Familiar.

COMENTÁRIOS: Em 2011, a ação contou com crédito especial de R\$ 152.760 mil, que foi inscrito em Restos a Pagar/2011.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0301.0001 – Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.247, de 1992)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	427.127.000	0	30.980.742	396.146.258	7%

FINALIDADE: As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial. Os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. estão no âmbito do Programa de Geração Emprego e Renda - PROGER, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

- PRODUSA – Programa de Produção Sustentável do Agronegócio
- Moderfrota – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras;
- MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite;
- MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem;
- PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas;
- PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária;
- PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura;
- PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;
- PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura–Pecuária.
- PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
- PROGRAMA ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 427.127 mil, além de R\$ 237.750 mil de Restos a Pagar/2010, R\$ 56.310 mil de Restos a Pagar/2009, R\$ 145.909 mil de Restos a Pagar/2008 e R\$ 140.141 mil de Restos a Pagar/2007. Foram executados financeiramente R\$ 30.981 mil do orçamento de 2011 e R\$ 22 milhões dos Restos a Pagar/2010. Os valores referentes aos Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009 foram cancelados. Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 396.146 mil, bem como prorrogados R\$ 215.750 mil referentes a Restos a Pagar/2010, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.0352.0611.0001 – Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	292.338.000	0	292.338.000	0	100%

FINALIDADE: Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs 9.866/1999 e 10.437/2002.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2011, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 292.338 mil, além de R\$ 150.546 mil inscritos em RAP/2010, valores que foram integralmente executados ao longo do exercício.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.601.0362.0297.0001 – Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	270.000	0	0	270.000	0

FINALIDADE: O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13.04.2009 e nº 12.058, de 13.10.2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995.

COMENTÁRIOS: No orçamento de 2011, foram previstos recursos da ordem de R\$ 270 mil para atender a equalizações de juros. Adicionalmente, havia a disponibilidade de R\$ 2.142 mil referentes a valores inscritos em RAP/2010, dos quais apenas R\$ 142 mil foram executados, tendo sido cancelado o valor restante. A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações. A totalidade dos recursos previstos no exercício foi inscrita em Restos a Pagar/2011.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 23.693.0412.0267.0001 – Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Lei nº 10.184, de 2001)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	1.039.447.000	0	217.350.042	822.096.958	21%

FINALIDADE: O PROEX – Programa de Financiamento às Exportações também equaliza taxa de juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação, concedidos pelas instituições financeiras, compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 0,5% a 2,5% a.a., em função do prazo de financiamento.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2011, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1 bilhão para Equalização e R\$ 39 milhões para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 1.039 milhões. As despesas pagas totalizaram R\$ 217.350 mil, sendo R\$ 189.847 mil para Equalização e R\$ 27.503 mil para a remuneração do agente financeiro. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R\$ 289.100 mil, sendo R\$ 281.600 mil de Equalização, dos quais R\$ 146.783 mil foram executados, e R\$ 7.500 mil para remuneração do agente financeiro, dos quais R\$ 6.037 mil foram executados. Além disso, do Restos a Pagar/2009, que foi prorrogado até dezembro de 2011, no valor de R\$ 360.500 mil de Equalização, foram executados R\$ 34.776 mil.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 23.693.0902.009J.0001 – Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	127.780.000	(72.521.000)	0	55.259.000	0

FINALIDADE: A Lei nº 11.529/2007 autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, fertilizantes e defensivos agrícolas, frutas *in natura* e processadas, cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação, ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, autopeças e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias. Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidos pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos meses de 2008.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2011, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 127.780 mil, dos quais R\$ 72.521 mil foram cancelados. R\$ 55.259 mil restantes foram inscritos em Restos a Pagar/2011, com previsão de execução ao longo de 2012. Dos R\$ 50.695 mil provenientes de Restos a Pagar/2010, R\$ 25.695 mil foram executados.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.601.0351.0A81.0001 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					
66 – Conc. de Empréstimos	902.000.000	0	133.020.078	768.979.922	15%

FINALIDADE: Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar, voltada às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural.

COMENTÁRIOS: Em 2011, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 902 milhões, além de R\$ 21.501 mil de Restos a Pagar/2010 e de R\$ 4 mil de Restos a Pagar/2009. Foram executados financeiramente R\$ 133.020 mil do orçamento de 2011 e R\$ 11.501 mil de Restos a Pagar/2010. Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 22.275 mil. Foram ainda cancelados R\$ 10.000 mil de Restos a Pagar/2010 e R\$ 4 mil de Restos a Pagar 2009. Os reembolsos registrados nesta ação foram de R\$ 32.070 mil.

**Ação: 23.693.0412.0A84.0001 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX
(Lei nº 10.184, de 2001)**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					
66 – Conc. de Empréstimos	1.300.000.000	0	699.203.734	600.796.266	54%

FINALIDADE: O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2011, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 1.300.000 mil. As despesas pagas totalizaram R\$ 699.203 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R\$ 358.248 mil, dos quais R\$ 223.180 mil foram executados. Os reembolsos no período totalizaram R\$ 1.001.823 mil.

Fonte: STN/COPEC

2.d.III) Indicadores Institucionais

I) Gestão de Haveres da União

Para a análise do desempenho operacional das Ações que envolvem a execução das despesas sob responsabilidade da UG 170.512, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo representados. No caso, trata-se, especificamente, das Ações 0705, 2C86 e 0272, descritas no item “Ações Orçamentárias”.

Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Quadro LVII – Gestão de Haveres - Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Índice de execução orçamentária	Relação entre a execução orçamentária e o orçamento do Programa	Valor executado/ Valor orçado	STN/COAFI
Índice de inscrição de Restos a Pagar	Avalia se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência	Valor inscrito em Restos a Pagar/ Valor orçado	STN/COAFI
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	Avalia se houve excesso de inscrições em Restos a Pagar	Valor de Restos a Pagar cancelado/ Valor inscrito em Restos a Pagar	STN/COAFI

Cabe ressaltar que o valor inscrito em Restos a Pagar, no caso do “Índice de inscrição de Restos a Pagar”, trata do número/valor inscrito no final do exercício de 2011, ao passo que o valor de Restos a Pagar cancelado, para o “índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos” trata do número/valor inscrito ao final do exercício de 2010 e cancelado no exercício de 2011.

Alternativamente, no caso da Ação 2076, a qual envolve o recebimento de haveres pela União em sua execução, a COAFI elaborou indicadores de desempenho, também denominados “Indicadores de Eficácia”. Tal iniciativa foi tomada visando instrumentalizar o processo de avaliação dessa ação de governo, e de forma a atender à uma recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Os indicadores correspondem a medições envolvendo os valores apurados em relação à totalidade dos programas geridos pela COAFI. Nesse contexto, são trabalhados os valores devidos, apurados pelos agentes financeiros, bem como os valores efetivamente recebidos e aqueles não recebidos.

A seguir, são apresentados alguns desses indicadores, com o registro de que a COAFI continuará analisando a elaboração de novos indicadores que possam contribuir para maior precisão do processo avaliativo.

Indicadores de Eficácia – Execução da Receita

Quadro LVIII – Gestão de Haveres - Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Recebimento Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos pontualmente relativamente ao volume de recursos devidos apurados	Recebimento Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI

	mensalmente		
Recebimento não Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos com atraso dentro do mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento não Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Recebimento Pendente no mês	Mede o volume de recursos não recebidos no mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento Pendente no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Saldo Devedor Gerenciável	Mede o volume do saldo devedor não afetado por restrições ao seu recebimento.	Saldo devedor gerenciável sobre o saldo devedor total	STN/COAFI

Definição das variáveis envolvidas no cálculo dos Indicadores de Eficácia – Execução da Receita:

Insumos:

Valor Devido no Mês: valores apurados pelo agente financeiro, de acordo com as condições contratuais, para pagamento no mês;

Valor Exigível no Mês Seguinte: valores cujos vencimentos ocorreram no final do mês, em dia não útil, sendo o pagamento exigido no primeiro dia útil do mês seguinte;

Inadimplemento Sistemático: fluxo mensal da dívida provisionada, composto por parcelas não amortizadas por insuficiência de garantias e/ou impedidas judicialmente de cobrança (vencidas há mais de seis meses);

Pendência Jurídica no Mês: fluxo mensal da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Valor Devido Gerenciável no Mês: valores devidos no mês, deduzidos dos valores exigíveis no mês seguinte, dos inadimplementos sistemáticos e/ou das parcelas impedidas de cobrança em virtude de decisões judiciais;

Saldo Devedor Total: estoque da dívida;

Pendência Jurídica: parte do estoque da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Inadimplência de difícil recebimento: saldo provisionado composto por dívidas que não têm garantias suficientes para amortizá-lo e dívidas decorrentes de decisões judiciais impedindo a cobrança; e

Indicadores:

Recebimento Pontual no Mês: valores efetivamente recebidos no dia do seu vencimento;

Recebimento não Pontual no Mês: é a inadimplência do mês recebida dentro do próprio mês;

Recebimento Pendente: é a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte;

Saldo Devedor Gerenciável: saldo devedor total deduzido dos valores **exigíveis no mês seguinte**, das inadimplências de difícil recebimento e/ou das pendências jurídicas, ou seja, excluídos os valores que fogem à gerência da Coordenação.

Aplicação dos Indicadores

Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Sociais

Ação 0705 – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento

Consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL de percentual sobre o valor total arrecadado no mês.

A meta física prevista foi de R\$ 2,560 milhões (valor empenhado), enquanto foi utilizado o valor de R\$ 2,435 milhões (95,12% do orçado). Cabe ressaltar que neste montante incluem-se os restos a pagar executados em janeiro de 2011, relativos à competência de dezembro de 2010.

A diferença entre o empenhado e o realizado, que corresponde a 4,88%, deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, não existindo, assim, medidas a serem implementadas.

Quadro LIX – Ação 0705 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO			
	2008	2009	2010	2011
Índice de execução orçamentária	96,32	84,72	76,47	95,12
Índice de inscrição de Restos a Pagar	19,36	22,42	30,06	12,90
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	32,01	62,15	68,62	79,36

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Ação 2C86 – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE

Essa ação refere-se ao pagamento semestral de remuneração à CAIXA, como agente financeiro do PNAFE, por serviços prestados na execução dos contratos de sub-empréstimos dos Estados e do Distrito Federal. Desde 2008, com o fim do desembolso do Programa, ocorrido em 2006, o pagamento se dá efetivamente pelos serviços de cobrança dos encargos e amortização dos contratos de sub-empréstimos.

Essa ação tem execução semestral e se verificará continuamente até 2017, quando se encerra o contrato de empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O valor empenhado foi de R\$ 383,23 mil em 2011, sendo que o valor realizado foi de R\$ 289.39 mil (75,51% do montante empenhado).

A diferença entre o empenhado e o realizado deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos e que foram fortemente influenciados pela variação cambial que acarretou redução no montante de despesa relacionada, não existindo, assim, medidas a serem implementadas.

Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício:

Quadro LX – Ação 2C86 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO			
	2008	2009	2010	2011
Índice de execução orçamentária	86,68	76,84	57,91	75,51
Índice de inscrição de Restos a Pagar	13,32	23,16	42,09	24,49
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	100	100	100	100

Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.

A meta física prevista foi de R\$ 5.117,05 milhões (valor empenhado), enquanto o montante realizado alcançou a cifra de R\$ 4.782,80 milhões.

A diferença entre o valor empenhado e o realizado, R\$ 334,25 milhões, corresponde a 6,53%, devendo-se principalmente pelo fato de que a previsão orçamentária foi realizada considerando-se os seguintes pontos:

- a) parte dos pagamentos varia de acordo com a Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios devedores, que têm as prestações correspondentes a 11% dessa Receita Líquida Real;
- b) possibilidade de amortização extraordinária, a qualquer tempo, por parte dos devedores; e
- c) margem de segurança quanto às possíveis variações dos cenários oficiais

Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) para a Ação:

Quadro LXI – Ação 0272 - Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO			
	2008	2009	2010	2011
Índice de execução orçamentária	91,90	88,47	76,16	93,47
Índice de inscrição de Restos a Pagar	9,96	13,40	25,53	8,12
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	88,56	77,79	84,68	93,14

Registre-se que a elaboração orçamentária, além das premissas acima referidas, observa a obrigatoriedade da União de repassar aos credores originais todo e qualquer recurso recebido no prazo máximo de dois dias úteis, conforme estipulado no Art. 11º da Lei nº 8.727/93.

De se notar ainda que, dentre as diversas variáveis envolvidas na elaboração orçamentária, as questões judiciais contribuem sobremaneira para a diferença verificada entre os valores previstos e realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União - AGU com vistas à cassação de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser efetivados, o Tesouro Nacional está obrigado a repassá-los aos credores originais.

Programa 0773 – Gestão da Política da Administração Financeira e Contábil da União

Ação 2076 – Gestão de Haveres da União

Meta física: 37,898 bilhões (valor orçado para 2011).

Valor Realizado: 41,869 bilhões (valor recebido em 2011).

A COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da meta física da ação 2076 – Gestão de Haveres da União.

Em 2011 foram recebidos R\$ 41,869 bilhões contra a previsão de R\$ 37,898 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação a maior no montante de R\$ 3,970 milhões, equivalente a 10,48% do valor orçado, se explica basicamente em função do ingresso de recursos provenientes do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios (que se valem do limite de comprometimento) à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de inflação, de juros e de câmbio projetadas e efetivas.

O Quadro XC evidencia os recebimentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativamente aos haveres geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no ano de 2011.

Os haveres constantes do Quadro XC são decorrentes de operações de crédito entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades de suas administrações indiretas e empresas privatizadas, caracterizados por diversos programas de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, reestruturação de dívidas, repasse de recursos externos, honra de avais e aquisições de participações governamentais.

Quadro LXII – Recebimentos Realizados pela COAFI - Exercício 2011

R\$ mil

PROGRAMAS	SALDO DEVEDOR 31/12/2010	INCORPORAÇÕES e BAIXAS	RECEBIMENTOS			SALDO DEVEDOR 31/12/2011
			PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	
AC. BRASIL-FRANÇA	40.797	4.608	5.554	550	6.104	39.301
BIB	37.560	5.280	12.564	2.099	14.664	28.176
BNDES	1.439.819	80.107	0	0	0	1.519.927
CARTEIRA DE SANEAMENTO	2.178.247	233.879	402.030	155.731	557.761	1.854.365
ROYALTIES	10.383.626	726.525	2.044.522	0	2.044.522	9.065.628
DEVOLUÇÃO CRC	413.531	14.068	0	0	0	427.599
DMLP	5.127.968	801.511	543.468	223.465	766.933	5.162.546
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	11.676.524	1.378.125	399.395	713.261	1.112.656	11.941.993
HONRA GARANTIA - OP. EXTERNA	203.336	13.272	0	0	0	216.608
LEI Nº 7.976/89 - MF 030	0	0	0	0	0	0
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87	0	0	0	0	0	0
LEI Nº 8.727/93	33.877.331	2.774.234	5.258.855	4.409.680	9.668.535	26.983.031
LEI Nº 9.496/97	350.110.959	42.084.513	8.747.649	14.090.356	22.838.005	369.357.466
MP 2.185	55.764.308	8.300.372	1.567.980	3.225.059	4.793.039	59.271.641
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	82.416	13.855	0	0	0	96.270
PNAFE	445.004	49.806	55.385	11.915	67.300	351.563
TOTAL	471.705.480	52.262.296	19.037.403	22.832.117	41.869.519	486.316.116

Fonte: COAFI/STN

Indicadores de Eficácia (Receita) para a Ação:

Quadro LXIII: Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2011

Em %

ÍNDICES	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Recebimento Pontual no mês	99,68	99,44	99,76	99,64	99,90	99,65	99,75	99,93	99,63	99,88	99,49	99,41	99,62
Recebimento não Pontual no mês	0,21	0,37	0,09	0,18	0,10	0,20	0,06	0,06	0,22	0,11	0,34	0,39	0,38
Recebimento Pendente no mês	0,12	0,19	0,15	0,18	0,00	0,15	0,19	0,01	0,15	0,01	0,17	0,20	0,00

Saldo Devedor Gerenciável	98,59	98,64	98,63	98,61	98,60	98,58	98,56	98,54	98,53	98,51	98,50	98,48	98,85
----------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: COAFI/STN

No exercício de 2011 os valores recebidos pontualmente dentro do próprio mês alcançaram, em média, o percentual de 99,68%, enquanto os valores dos pagamentos recebidos com atraso dentro do próprio mês registraram a média de 0,21%.

Já a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte, também no exercício de 2011, em média foi da ordem de 0,12%. Vale destacar que a maior parte do percentual não recebido dentro do mês de competência decorre da concentração de vencimentos nos últimos dias úteis de cada mês, cujos recebimentos se dão, em sua grande maioria, até o dia dez do mês subsequente, mediante pagamentos voluntários ou execução de garantias.

Em 2011 a média de 98,59% mostra o percentual do saldo devedor dos haveres contratuais administrados pela Coordenação que não possuem restrições ao seu recebimento regular.

II) Relações Financeiras Intergovernamentais

Elaboração e avaliação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados

A Lei nº 9.496/97 estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, de diversas dívidas financeiras de responsabilidade de Estados e do Distrito Federal, inclusive dívida mobiliária, tendo como condição a assinatura de Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que passou a ser parte integrante do contrato de assunção e renegociação da dívida. Neste documento, o governo estadual se propõe a adotar ações que possibilitem alcançar metas ou compromissos anuais relativos a:

- relação dívida financeira / receita líquida real;
- resultado primário;
- despesas com funcionalismo público;
- receitas de arrecadação própria;
- reforma do estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos; e
- despesas com investimento / receita líquida real.

No apoio e acompanhamento do processo de ajuste fiscal dos entes federativos, coube à Secretaria do Tesouro Nacional participar da elaboração dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinados pelos governadores dos 24 Estados e do Distrito Federal que refinanciaram suas dívidas (Amapá e Tocantins não o fizeram), assim como avaliar o cumprimento das metas anuais, por parte daqueles entes. A critério das partes, o Programa poderá deixar de ser renovado no ano, permanecendo em vigor as metas e compromissos já pactuados no Programa trienal vigente. Esses procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

Em linhas gerais, a Lei nº 9.496/97 propiciou a redução do saldo devedor da dívida financeira dos Estados e do Distrito Federal por meio do alongamento do prazo de pagamento, redução dos encargos financeiros incidentes e/ou concessão de subsídio. Em contrapartida a estes benefícios, os Estados e o Distrito Federal comprometeram-se a observar o adimplemento no pagamento das prestações da dívida refinanciada e a estabelecer e cumprir os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Indicadores de desempenho

Quadro LXIV: Indicadores de Desempenho – Programas de Reestruturação

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL (PROGRAMA).	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE PROGRAMAS AVALIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA.	$(\text{NÚMERO DE PROGRAMAS AVALIADOS NO ANO} / \text{NÚMERO DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMAS}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(25/25)*100=100\%$
ÍNDICE DE REVISÃO DOS PROGRAMAS.	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE PROGRAMAS REVISADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA.	$(\text{NÚMERO DE PROGRAMAS ELABORADOS NO ANO} / \text{NÚMERO DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(23/25)*100=92\%$
ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS (MISSÕES)	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE MISSÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MISSÕES PROGRAMADAS PARA O ANO	$(\text{NÚMERO DE MISSÕES REALIZADAS NO ANO} / \text{NÚMERO DE MISSÕES PROGRAMADAS}) * 100$	COREM	EFICÁCIA	$(25/25)*100=100\%$

Fonte: COREM/STN

No decorrer do ano de 2010, os técnicos da STN realizaram 25 missões técnicas com o intuito de conhecer em detalhes a situação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, de forma a reunir informações que possibilitassem a avaliação do cumprimento das metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e a realização de projeções que servissem de base para a sua revisão para o próximo triênio.

Como resultado das análises fiscais, missões técnicas e negociações com representantes dos governos estaduais foram revisados 23 Programas.

Cálculo e publicação, mensal, da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados e Municípios cujas dívidas foram renegociadas junto ao Tesouro Nacional

O conceito de Receita Líquida Real – RLR para os Estados está expresso na Lei nº 9.496/97, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único. Para os municípios, encontra-se na Medida Provisória nº 2.185/01, instrumento legal referente ao refinanciamento das dívidas dos Municípios.

A RLR é apurada a partir das receitas orçamentárias extraídas dos balancetes enviados pelos Estados e Municípios, das quais são deduzidos os valores permitidos pela legislação. Os valores calculados são divulgados mensalmente por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

A RLR é utilizada para apurar o limite de pagamento do serviço da dívida de Estados e Municípios renegociada com o Tesouro Nacional e para o cálculo da relação dívida financeira/receita líquida real. É também parâmetro dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados.

Indicadores de desempenho

Quadro LXV: Indicadores de Desempenho – Receita Real Líquida

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	Tipo	Resultado
ÍNDICE DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (RLR) PARA ESTADOS COM REFINANCIAMENTO	MEDE O PERCENTUAL MENSAL DAS RLR CALCULADAS PARA DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO.	(NÚMERO DE RLR CALCULADAS PARA DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO / NÚMERO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM REFINANCIAMENTO) * 100	COREM	EFICÁCIA	$(25/25)*100=100\%$ (*)
ÍNDICE DE CÁLCULO DA RLR PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01	MEDE O PERCENTUAL MENSAL DAS RLR CALCULADAS PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01	(NÚMERO DE RLR CALCULADAS PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01 / NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01) * 100	COREM	EFICÁCIA	$(177/177)*100=100\%$ (*)

Fonte: COREM/STN

(*) De janeiro a novembro o índice permaneceu constante. A partir de dezembro, nos termos da Lei 12.348, de 15/12/2010, regulamentada pela Portaria 693, de 20/12/2010 passou-se a calcular a Receita Líquida Real apenas dos Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24/08/2001 e que utilizam do limite de pagamento previsto naquele normativo, assim como daqueles que apresentam pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas.

(*) Considerados também os Municípios que não encaminharam todos os balancetes necessários ao cálculo cujo resultado é divulgado como “FALTAM DADOS” na Portaria.

Resultados alcançados

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, cujas portarias divulgando os valores encontram-se disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios, em atendimento ao art. 51 da Lei Complementar nº 101/00

O artigo no 51 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, estabelece que, até o dia 30 de junho, o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

A consolidação das contas nacionais do exercício anterior tem sido efetuada por esta Secretaria, que em convênio com a Caixa, coleta os dados contábeis, analisa e divulga os resultados obtidos.

O objetivo é divulgar os dados consolidados com a maior abrangência possível.

Indicadores de desempenho

Quadro LXVI: Indicadores de Desempenho – Consolidação dos Balanços

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DOS BALANÇOS MUNICIPAIS CONSOLIDADOS EM	(NÚMERO DE BALANÇOS MUNICIPAIS CONSOLIDADOS/ NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS) *	COREM	EFICÁCIA	$(4768/ 5562)*100=85,72\%$.

MUNICIPAIS	RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS	100			
ÍNDICE DE CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS ESTADUAIS	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DOS BALANÇOS ESTADUAIS CONSOLIDADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS	(NÚMERO DE BALANÇOS ESTADUAIS CONSOLIDADOS/ NÚMERO TOTAL DE ESTADOS) * 100	COREM	EFICÁCIA	$(27/27)*100 = 100\%$

Fonte: COREM/STN

(*) Dentre os balanços estaduais está incluso o Distrito Federal.

Para a consolidação que deve ser divulgada pelo Governo Federal até 30 de junho, todos os 26 Estados e o Distrito Federal entregaram os dados. No caso dos municípios foram consolidados 4.768, que representam 85,72% dos municípios brasileiros.

O processamento das informações necessárias para a implementação dos Programas de Ajuste Fiscal, análise da capacidade de pagamento, cálculo da RLR e monitoramento dos municípios cujas dívidas foram refinanciadas pela União é realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios - SIMEM. Em 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional iniciou o projeto de reestruturação do SIMEM e dos bancos de dados utilizados, visando modernizar o Sistema e dar maior segurança aos dados das Unidades da Federação.

A primeira etapa do projeto, já realizada e refere-se a documentação de todas as funcionalidades e módulos do sistema.

No ano de 2009 iniciou-se a efetiva construção do novo SIMEM, que está a cargo do SERPRO, devendo ser uma solução integrada, utilizando metodologia de desenvolvimento adequada às melhores práticas e aderente aos padrões tecnológicos da STN, resgatando a inteligência do sistema atual.

3 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à STN.

4 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

I) Programa 0773 - Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Quadro LXVII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.916.195,57	0,00	6.916.195,57	0,00
2009	2.485,00	0,00	2.485,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	266855,25	153884,04	113001,21	0
2009	988448,14	904188,73	84259,41	0
...				

II) Haveres Financeiros - Unidade Gestora 170.512

Quadro LXVIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2011	68.189.944,26	0,00	68.189.944,26	0,00
2010	81.045.598,19	0,00	81.045.598,19	0,00
2009	78.065.514,88	0,00	78.065.514,88	0,00
2008	71.267.691,75	0,00	71.267.691,75	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2011	347.528.254,72	325.282.161,34	22.152.255,65	93.837,73
2010	1.102.154.969,77	1.101.949.455,78	205.513,99	0,00
2009	432.439.031,33	432.222.767,09	216.264,24	0,00
2008	250.364.523,48	249.923.653,31	219.628,86	221.241,31

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

(*) Dos valores inscritos foram subtraídos os cancelamentos e pagamentos processados no SIAFI do ano subsequente ao de inscrição desses valores em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados (por ex: inscrição 2011, cancelamentos e pagamentos realizados em 2012).

Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se especificamente à Lei nº 8.727, de 1993, Ação 0272, cujos valores para pagamento já são conhecidos no final de dezembro,

fato esse que permite proceder à liquidação da despesa dentro do próprio mês e efetuar o pagamento no início do mês de janeiro do ano seguinte.

No total de Restos a Pagar não Processados, inscritos automaticamente pelo sistema, são computados tanto os valores referentes à Ação 0272 – Lei nº 8.727, de 1993, que não foram objeto de liquidação na forma acima descrita, quanto os correspondentes às Ações 0705 – Carteira de Saneamento e Ação 2C86 – PNAFE.

Dos valores informados na coluna de pagamentos efetuados, no montante de R\$ 22.152.255,65, a quantia de R\$ 194.406,41 diz respeito à Ação 0705, referente à remuneração, por parte da União, ao agente financeiro Caixa Econômica Federal pelos serviços prestados e, a quantia de R\$ 21.957.849,24, referente à Ação 0272. Como os valores para pagamento dos serviços de dezembro de cada ano somente são apurados em janeiro do ano seguinte, tão logo os pagamentos acima descritos sejam executados, a COAFI procede ao cancelamento dos Restos a Pagar não Processados de todas as ações acima citadas.

Ressalta-se que para o ano de 2007, devido à ocorrência de problemas durante a celebração de novo contrato de prestação de serviços para arrecadação de valores devidos à União, no âmbito da Ação 0705 – Carteira de Saneamento, houve a necessidade de se promover o “Reconhecimento de Dívida”. Tal procedimento atrasou a efetivação do pagamento à Caixa Econômica Federal da remuneração relativa ao mês de novembro/2007, gerando assim a inscrição do montante correspondente em “Restos a Pagar não Processados”. Com a conclusão, em dezembro de 2008, das formalidades legais necessárias à liquidação da obrigação pendente, foi efetuado o pagamento ao Agente Financeiro, cancelando-se dessa forma, em 2009, o saldo remanescente de Restos a Pagar não Processados.

Relativamente ao exercício de 2011, registre-se que permanece como saldo a pagar o valor de R\$ 93.837,73, o qual se refere à Ação 2C86 – PNAFE.

III) Dívida Pública - Unidade Gestora 170.600

Quadro LXIX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600

RESTOS A PAGAR INSCRITO e PAGOS

23.693.0412.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 025191

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	1.452.252.320,46	181.560.013,47	1.270.692.306,99	87%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2009)	360.500.320,46	34.776.277,08	325.724.043,38	90%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2010)	281.600.000,00	146.783.736,39	134.816.263,61	48%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2011)	810.152.000,00	-	810.152.000,00	100%

COMENTÁRIOS: A execução parcial dos valores inscritos de RP 2009 e 2010 decorre de demanda da STN/COPEC, responsável pelo gerenciamento do PROEX. Como não existem mais compromissos relativos a 2009, a STN/COPEC solicitou a CODIV o cancelamento do saldo de RP de 2009, a reinscrição do saldo de RP de 2010 (R\$ 134.816.263,61) e a inscrição do saldo empenhado de 2011 de R\$810.152.000,00.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

IV) Recursos Geridos pela COPEC – Unidades Gestoras UG 170700, 170701, 170702 e 170703

ÓRGÃO 71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	600.000.000,00	78.200.000,00	400.000.000,00	121.800.000

Observações: Com base no Decreto 7.654, de 2011 foi inscrito o valor de R\$ 121.800 mil referentes à ação 28.601.0909.0265.0001 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991) com previsão de execução ao longo do exercício de 2012.

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

ÓRGÃO 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	140.141.278,13	140.141.278,13	0	0
2008	334.771.314,89	318.206.956,10	16.564.358,79	0
2009	845.113.968,67	263.627.658,21	581.486.310,46	0
2010	3.910.789.975,86	375.920.919,94	2.483.604.845,64	1.051.264.210

Observações: Com base no Decreto 7.654, de 2011 foi inscrito o montante de R\$ 1.051.264 mil, referentes às seguintes ações:

a) 20.605.0352.0294.0001 – Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.247, de 1992) – R\$ 451.240 mil;

b) 20.605.0352.0298.0001 – Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.247, de 1992) - R\$ 30.507 mil;

c) 20.605.0352.0300.0001 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.247, de 1992) – R\$ 191.700 mil;

d) 20.601.0362.0297.0001 – Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) – R\$ 2 milhões;

e) 23.693.0902.009J.0001 – Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) – R\$ 25 milhões;

f) 20.605.0352.0301.0001 – Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.247, de 1992) – R\$ 215.750 mil; e

g) 23.693.0412.0A84.0001 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) – R\$ 135.067 mil.

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

5 Informações sobre Recursos Humanos da STN

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos da STN

a1) Composição do Quadro de Recursos Humanos

Quadro LXX - Composição do Quadro de Servidores Ativos da STN

Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		761	22	19
1.1 Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2 Servidores de Carreira		754	22	19
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		723	15	15
descentralizado		0	1	1
provisório		0	0	0
esferas		31	6	3
1.3 Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
1.4. Sem vínculo		7	3	0
1.5 Servidores Cedidos ou em Licença		170	0	0
1.5.1 Cedidos		93	0	0
1.5.2 Removidos		0	0	0
1.5.3 Licença remunerada		4	0	0
1.5.4 Licença não remunerada		14	0	0
1.5.5 afastamentos		57	0	0
1.5.6 Outras situações		2	0	0
2 Provimento de cargo em		189	71	30
2.1 Cargos Natureza Especial		0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial - NES-07		0	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial - NES-05		0	0	0
superior		189	71	30
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		175	66	28
descentralizado		0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		8	1	1
2.2.4 Sem vínculo		6	4	1
2.2.5 Aposentado		0	0	0
2.3 Funções gratificadas		41	6	3
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		41	6	3
descentralizado		0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		0	0	0
3 Total		991	16	15

Fonte: COGEP/SPOA/MF

a2) Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Quadro C - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função	43	154	165	137	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	43	154	165	137	9
1.3 Servidores com Contrato Temporário	0	0	0	0	0
1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0
2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função	0	0	0	0	0
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	12	7	3	0
4. Cargos em comissão	9	94	88	32	7
4.1. Cargos Natureza Especial (NES)	0	0	0	0	0
4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)	9	87	71	17	5
4.3. Funções gratificadas (FGR)	0	7	17	15	2
4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)	0	0	0	0	0
4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	53	260	260	172	16

Fonte: COGEP/SPOA/MF

a3) Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Quadro CI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	01	02	03	04	05	06	07	08	09
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função	0	0	1	3	67	435	0	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	3	67	435	0	0	2
1.3 Servidores com Contrato Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0	1	22	0	0	0
4. Cargos em comissão	0	0	0	1	23	205	0	1	0
4.1. Cargos Natureza Especial (NES)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)	0	0	0	0	7	181	0	1	0
4.3. Funções gratificadas (FGR)	0	0	0	1	16	24	0	0	0
4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2+3+4)	0	0	1	4	91	662	0	1	2

Fonte: COGEP/SPOA/MF

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações relativas aos servidores inativos e pensionistas constarão do Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – COGEP/SPOA/MF.

c) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro LXXI - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	36	35	35	36	R\$ 245.472,62
1.1 Área Fim	36	35	35	36	R\$ 245.472,62
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
2. Nível Médio	3	3	2	2	R\$ 12.205,50
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	3	3	2	2	R\$ 12.205,50
3. Total (1+2)	39	38	37	38	R\$ 257.678,12

d) Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro LXXII - Custos associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											
Tipologias/ Exercícios		Despesas Variáveis									
		Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2010	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2009	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	RS 73.610.256,01	RS 0,00	RS 5.924.049,72	RS 2.183.094,70	RS 1.704.958,08	RS 1.338.229,88	RS 0,00	RS 0,00	RS 103.718,31	RS 84.864.306,70
	2010	RS 73.493.882,74	RS 0,00	RS 6.269.603,62	RS 2.261.941,14	RS 1.762.973,05	RS 866.920,88	RS 0,00	RS 6.047,77	RS 56.651,47	RS 84.718.020,67
	2009	RS 62.889.840,51	RS 0,00	RS 5.686.407,54	RS 1.854.117,92	RS 966.827,61	RS 497.211,64	RS 14.412,32	RS 0,00	RS 0,00	RS 71.908.817,54
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2010	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2009	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
Servidores Cedidos ou com Licença											
Exercícios	2011	RS 23.651.324,21	RS 0,00	RS 2.016.589,81	RS 649.075,21	RS 522.194,17	RS 678.926,28	RS 0,00	RS 0,00	RS 80.550,18	RS 27.598.659,86
	2010	RS 24.238.668,61	RS 0,00	RS 2.178.666,14	RS 717.750,19	RS 558.855,22	RS 612.213,12	RS 0,00	RS 4.000,00	RS 57.245,10	RS 28.367.398,38
	2009	RS 22.565.355,31	RS 0,00	RS 2.015.626,66	RS 695.280,32	RS 318.306,81	RS 420.251,21	RS 7.516,36	RS 134,59	RS 0,00	RS 26.022.471,26
Servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2010	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2009	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS)											
Exercícios	2011	RS 32.770.244,46	RS 0,00	RS 3.299.190,18	RS 1.142.919,13	RS 685.334,77	RS 373.726,71	RS 0,00	RS 0,00	RS 12.732,03	RS 38.284.147,28
	2010	RS 21.320.888,97	RS 0,00	RS 2.520.108,30	RS 912.403,15	RS 463.615,91	RS 90.430,86	RS 0,00	RS 189,00	RS 558,97	RS 25.308.195,16
	2009	RS 15.263.642,05	RS 0,00	RS 1.544.748,85	RS 531.328,97	RS 222.268,61	RS 41.040,27	RS 1.384,76	RS 0,00	RS 0,00	RS 17.604.413,51
Servidores ocupantes De Função Gratificada (FGR/FC/TRGM)											
Exercícios	2011	RS 5.799.341,77	RS 0,00	RS 466.858,07	RS 167.280,01	RS 160.898,96	RS 148.609,85	RS 0,00	RS 0,00	RS 18.115,21	RS 6.761.103,87
	2010	RS 5.641.777,18	RS 0,00	RS 519.904,64	RS 158.237,06	RS 170.091,07	RS 119.523,57	RS 0,00	RS 6.624,13	RS 13.317,95	RS 6.629.475,60
	2009	RS 4.920.098,14	RS 0,00	RS 473.415,17	RS 158.990,05	RS 93.106,78	RS 97.720,60	RS 1.806,56	RS 0,00	RS 0,00	RS 5.745.137,30

Fonte: COGEP/SPOA/MF

e) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro LXXIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Nome: Secretaria do Tesouro Nacional													
UG/GESTÃO: 170007													
CNPJ: 00394460/0289-09													
Informações sobre os contratos													
Ano do co	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	0	10167.002441/2011-68	00.339.291/0001-47	03/08/2011	02/2/2012	P(250)	C(6)	P(319)	C(62)	P(43)	C(6)	
2009	3	0	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-00	01/04/2009	31/3/2012			DELTA LOCAÇÃO		JUIZ DE FORA		
2009	4	0	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-00	01/04/2009	31/3/2012							

Observação: 1. As funções contempladas são: Analista Júnior. Pleno e sênior.
Observação: 2. São do 2 Analistas Júnior e 2 Analistas Pleno.
Observação: 3. A função contemplada é de recepcionista.
Observação: 4. As funções contempladas são Assistente Administrativo e Apoio Administrativo.
Observação: 5. As funções de copeiragem (250 vagas previstas em contrato, sendo 16vagas para esse órgão) e garçom(50 vagas prevista em contrato e 04 vagas para esse órgão) não exigindo nível de escolaridade, sendo solicitado somente experiência de profissional na área descrita.

Fonte: SAMF/DF

f) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

A Secretaria do Tesouro Nacional não possui indicadores para a gestão dos processos de recursos humanos. Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Níveis Salariais e Demandas Trabalhistas são temas de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda – COGEP/MF. Quanto aos demais temas, Rotatividade, Educação Continuada, Satisfação e Motivação, Disciplina e Desempenho Funcional, esta Secretaria já possui iniciativas que contemplem estes temas e reconhece a necessidade de que sejam adotadas políticas de controle e fará gestões junto à área de recursos humanos do Ministério da Fazenda a fim de que sejam criados tais indicadores.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1) Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2010

Quadro LXXIV – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria do Tesouro Nacional									UG/GESTÃO : 00001 - Tesouro
CNPJ: 00.394.460/0289-09									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	00001/2006	Caixa Econômica Federal	15.018.267,58	6.796.633,79	500.000,00	6.796.633,79	abr/06	abril 2.011	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido</p>									

6.2) Resumo dos Instrumentos Celebrados pela STN nos Três Últimos Exercícios

Quadro LXXV – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria do Tesouro Nacional						
CNPJ: 00.394.460/0289-09				UG/GESTÃO: 00001 - Tesouro		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			*Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	1.575.000,00	1.525.000,00	1.525.000,00
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais				1.575.000,00	1.525.000,00	1.525.000,00

Fonte: SIAFI 2009, 2010 e 2011

* Os valores são referentes a um Convênio (CEF) celebrado em abril/ 2006, cuja vigência expirou em 2011

6.3) Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro LXXVI – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria do Tesouro Nacional					
CNPJ: 00.394.460/0289-09			UG/GESTÃO: 00001 - Tesouro		
Valores (R\$ 1,00)					
Modalidade	Qtd de instrumentos com vigência em 2012 e	contratados	repassados até 2011	Previstos para 2012	% do Valor global repassado até o
Convênio	-	6.796.633,79	6.796.633,79	0,00	100,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	6.796.633,79	6.796.633,79	0,00	100,00

Fonte: SIAFI 2009, 2010 e 2011

Análise crítica: os valores descritos no quadro acima referem-se ao convênio celebrado entre a União, por intermédio da STN, e a CAIXA, que tem por objeto a realização de operação unificada de coleta de dados contábeis dos poderes e órgãos dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, para prover os conventes de informações de interesse de ambas as instituições, e a realização de ações pela CAIXA de divulgação, orientação e distribuição de informações e outros instrumentos que contribuam para a melhoria da gestão pública. Até o presente momento, o convênio vem cumprindo com os seus objetivos, tendo sido seus desembolsos efetuados de acordo com o cronograma estabelecido. Ressalte-se que a prestação de contas será realizada em 2011, após o término do convênio.

6.4) Transferência Financeira à Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A Contribuição à FGV tem amparo legal no Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, que criou a Fundação Getúlio Vargas e no Decreto-Lei nº 9.486, de 18 de julho de 1946, o qual autoriza o Governo Federal a consignar no Orçamento Geral da União dotação orçamentária com vistas à realização da transferência financeira àquela Entidade.

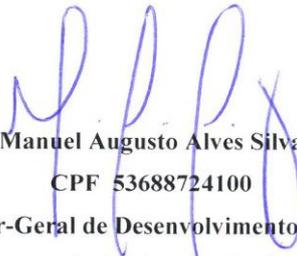
No exercício de 2011 foram realizadas transferências financeiras pela STN para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) mediante a execução da ação orçamentária 0556, Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas, operação especial integrante do programa 0773, Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, no valor de R\$ 35.399.696,70 milhões.”

7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, Manuel Augusto Alves Silva, CPF nº 53688724100, Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 16 de março de 2012.



Manuel Augusto Alves Silva
CPF 53688724100

Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional
Secretaria do Tesouro Nacional

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Relativamente ao cumprimento do Item 8, Parte A, Anexo II, DN 107/2010, cabe informar que esta Secretaria deu cumprimento ao inciso VII, art. 1º da Lei nº 8.730, de 10.11.1993, encaminhando a declaração de bens, com indicação das fontes de renda, de todos os servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional em 31.12.2011. Ressalta-se a possibilidade do agente público autorizar o acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e as suas retificações presente no inciso I, art. 1º da Portaria MP/CGU nº 298, de 06.09.2007, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

9 Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da STN

Quadro LXXVII - Estrutura de Controles Internos da STN

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da unidade percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da unidade.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UNIDADE, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>Desde 2002 a STN vem atuando realizando trabalhos na área de gestão de riscos e por recomendações do TCU e no aprimoramento de seus processos internos criou em 2009 a Assessoria de Gestão de Riscos Operacionais (Decreto 6.764, de 10/02/2009) que, posteriormente, transformou-se em Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais-COGER (Decreto 7.050, de 23/12/2009), vinculada ao Secretário do Tesouro Nacional e que tem por objetivos: i) propor políticas e metodologias para a gestão de riscos operacionais; ii) identificar, analisar e avaliar riscos operacionais; iii) monitorar a execução das ações de mitigação de riscos operacionais; iv) disseminar cultura de controle e de gerenciamento de riscos operacionais.</p> <p>A metodologia utilizada pela COGER foi refinada em 2005 com base em princípios do COSO e de consultorias e trabalhos anteriormente realizados na STN.</p> <p>Além disso, consta do Planejamento da STN de 2010-2014 objetivo estratégico específico para a gestão de riscos, com a seguinte redação: “desenvolver e consolidar a gestão integrada de riscos da STN”.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da unidade.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da unidade.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da unidade.</p>					

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.

Não se aplica à STN, uma vez que as licitações destinadas a atender à STN são realizadas pela COGRL/MF.

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da STN, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Não se aplica à STN.

12 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação da STN

Quadro LXXVIII – Gestão de TI da STN

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da unidade como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a unidade.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					60 servidores 7 terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da Unidade.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na unidade segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela unidade é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria unidade.					80% Terceirizados
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para unidade e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Os itens 6 e 7 foram respondidos pela Coordenação-Geral de de Gestão de Riscos Operacionais. Os demais foram respondidos pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação.					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da unidade.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da unidade, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da unidade.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da unidade, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da unidade.

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n^{os} 5.355/2005 e 6.370/2008

Não foram realizados, em 2011, no âmbito da STN, gastos com cartão corporativo nem na modalidade fatura nem na modalidade saque.

14 Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não se aplica à STN

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro LXXIX – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC 028.002/2010-5	283/2011-Plenário	9.6, 9.7, 9.10, 9.11	DE/RE	Ofício 108/2011 TCU/SEMAG, Ofício 122/2011 TCU/Semag, de 18/02/2011 e 18/02/2011 e
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
<p>9.6. determinar à STN, na condição de órgão central de contabilidade, e à SFC, na condição de órgão central de controle interno, que acompanhem ações e procedimentos adotados pelos órgãos setoriais de contabilidade para contabilização das despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, tendo em vista o § 1º do art. 18 da LRF;</p> <p>9.7. recomendar à STN, na condição de órgão central de contabilidade, que, no exercício da competência atribuída pelo inciso I do art. 7º do Decreto 6.976/2009, revise a redação do Manual de Demonstrativos Fiscais – Volume III, tendo em vista recentes alterações trazidas pela Portaria Conjunta STN/SOF 1/2010;</p> <p>9.10. recomendar à STN que, a partir do RGF referente ao 3º quadrimestre de 2010, contabilize no Demonstrativo das Operações de Crédito, como deduções relativas a amortização/refinanciamento, com amparo no art. 7º, § 2º, I, da Resolução do Senado Federal 48/2007, alterada pela RSF 41/2009, apenas valores liquidados no Grupo de Natureza de Despesa “6 – Amortização da Dívida” cujas fontes de recursos decorram de operação de crédito, com inclusão de nota explicativa acerca do impacto dessa retificação na composição do referido demonstrativo;</p> <p>9.11. alertar a STN quanto à necessidade de serem informadas datas de vencimento dos contratos relacionados na tabela relativa às dispensas de contragarantias de contratos externos, com vistas ao pleno atendimento do item “1.2” do acórdão 1.051/2007 – Plenário;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					
Acórdão atendido. Trata-se de demanda encaminhada para a STN pelo Ofício 122/2011 TCU/Semag e Ofício 108/2011, dirigido ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Respondido pelo Ofício 23/2011/COGER/STN.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Ofício nº 23/2011/COGER/GABIN/STN/MF-DF</p> <p>Com relação ao item 9.6 do Ofício nº 122, informamos que a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT enviou a mensagem 2011/0500741, em anexo, orientando sobre a contabilização de despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, no grupo de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, na conta 3.3.3.90.34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização, conforme a Portaria STN/SOF 163/2001, alterada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº</p>					

01, de 18 de junho de 2010.

Salientamos que o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI está preparado para o controle da execução de tais despesas, tanto no que concerne a atualização das tabelas de contas e eventos contábeis e acompanhamento das mesmas, quanto ao Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – CPR, permitindo assim a correta execução orçamentária.

Quanto ao item 9.10, o entendimento desta Secretaria é de que os valores de amortização e refinanciamento da dívida a serem considerados para dedução no Demonstrativo de Operações de Crédito do Relatório de Gestão Fiscal devem abarcar todo o saldo do grupo de natureza de despesa 6 – Amortização da Dívida, pois a Resolução do Senado nº 48/2007, no art. 7º, §2º, I, não traz exigência particular de que somente os valores cujas fontes de recursos tenham finalidade específica de amortização de dívida sejam considerados, sob pena de dar uma interpretação restritiva à citada resolução.

Cabe ressaltar que o Demonstrativo de Operações de Crédito tem por objetivo a identificação do novo limite de contratação de operação de crédito. Assim não seria adequada a exclusão de parcela importante da execução orçamentária relativa à amortização, pois isso implicaria em menor capacidade de expansão de novas operações de crédito.

Destacamos que destinação ou fonte de recursos é o processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, desde a previsão da receita até a efetiva utilização dos recursos, podendo ser vinculada ou ordinária. A destinação vinculada atende a mandamentos legais ou contratos de convênios e contratos de empréstimos e financiamentos, cujos recursos são obtidos com finalidade específica. A amortização da dívida não ocorre necessariamente com fontes de recursos relacionados à contratação de operação de crédito, podendo, por exemplo, serem utilizados recursos ordinários, ou seja, sem nenhuma vinculação, recursos provenientes de tributos, entre outros, com exceção daqueles que tenham vinculação específica, conforme o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, entendemos que o valor total da conta 3.4.6.00.00.00 – Amortização/Refinanciamento da Dívida deve ser utilizado para fins de dedução no Demonstrativo de Operações de Crédito, independentemente da fonte de recursos utilizada.

Por fim, informamos que em atendimento ao alerta do Tribunal de Contas da União, tomamos as devidas providências necessárias para que a partir desta data, quando da elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, conste na tabela relativa às dispensas de contragarantias de contratos externos, as datas de vencimento dos contratos relacionados, buscando desta forma, o pleno atendimento do item "1.2" do Acórdão nº 1.051/2007 – Plenário.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						1696
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
002	TC 023.234/2010-5	Acórdão 473/2011	9.3	DE	Ofício 132/2011, TCU/Semag, de 28/02/2011	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						1696
Descrição da Deliberação:						
9.3. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que informe nas próximas contas anuais as providências anunciadas sobre as ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscal e da seguridade social nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e primeiro semestre de 2010;						
9.4. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que informe no Relatório das Contas do Governo de 2010 as providências anunciadas pela STN quanto às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscal e da seguridade social dos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e do primeiro						

semestre de 2010;	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	1696
Síntese da providência adotada:	
<p>O Ofício 132/2011 de 28/02/2011 em seu item 2. Pedu:</p> <p>... que seja informada a esta Secretaria , até o dia 21/03/2011, as providências adotadas no tocante a conciliação contábil de disponibilidade por fonte sobre as ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscal e da seguridade social dos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, assim como envie demonstrativo da conciliação contábil de disponibilidade por fonte do exercício de 2010.</p> <p>Respondido por meio do Ofícios nº 77/2011/COGER/STN, nº 190, de 17 de agosto de 2011 e nº 247/2011/COGER/STN, de 06 de outubro de 2011</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram adotadas as providências no sentido de alterar as rotinas de conciliação o que permitiu que as diferenças na conciliação fossem explicadas e corrigidas para que não voltem a acontecer, ou caso aconteçam, sejam em valores irrisórios.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	TC 018.612/2010-5	Acórdão 511/2011 TCU Plenário	1.5	DE	Ofício 149/2011 TCU/SEMAG de 18/03/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que:</p> <p>1.5.1. Elabore, em conjunto com a RFB, um plano, que contemple as tarefas a cargo de cada Secretaria e prazo para a execução das tarefas, para: i) a classificação definitiva das receitas arrecadadas no âmbito do parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex, no montante de R\$ 12,9 milhões; e ii) a retificação, com os respectivos acréscimos legais, dos valores distribuídos por estimativa aos fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas a assegurar a devida destinação constitucional e legal dos recursos arrecadados;</p> <p>1.5.2. encaminhar o referido plano ao Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias;</p> <p>1.6. Reiterar a determinação feita no item 9.4 do Acórdão nº 263/2010-TCU-Plenário, para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil, tão logo se encerrem os prazos de solicitação de parcelamentos e seja concluída a revisão das prescrições e decadências dos débitos, efetuada por força da Súmula Vinculante STF nº 8/2008, encaminhe a essa Corte de Contas às informações atualizadas sobre os parcelamentos de débitos tributários e previdenciários de Municípios e clubes de futebol profissional, mencionando, ainda, as ocorrências de inadimplemento e respectivas providências adotadas;</p> <p>1.7. Encaminhar cópia deste Acórdão à Superintendência de Seguros Privados, à Secretaria do Tesouro Nacional e à</p>					

Secretaria da Receita Federal do Brasil; e	
1.8. Apensar os presentes autos ao TC 013.707/2009-0.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	1696
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado Ofício nº 150/2011/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 29 de junho de 2011: Em atendimento a essa demanda, encaminho a Vossa Senhoria, anexa, a Nota RFB/Codac/Codar/Dirar nº 92, de 15 de junho de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Produzida Nota RFB/Codac/Codar/Dirar nº 92, de 15 de junho de 2011	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC 017.174/2010-4	Acórdão 1292/2010 TCU Plenário			Ofício 156/2011 TCU/Semag de 21/03/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
Estrai do texto do Ofício 156/2011 TCU/Semag: Com vistas ao saneamento do Processo de Auditoria em epígrafe, decorrente do Acórdão nº 1292/2010-TCU-Plenário, com a finalidade de identificar o melhor indicador para avaliação da situação fiscal e avaliar a solvência da Dívida Pública Mobiliária Federal, solicito a Vossa Senhoria, com fulcro no art. 11 da Lei nº 8443/92, no prazo de 10 dias, que se manifeste junto a esta Secretaria, caso queira, sobre o conteúdo do relatório anexo e especialmente: a) a possibilidade de segregação, no desdobramento dos elementos de despesa “77” e “76”, da atualização monetária e da correção cambial, atualmente agrupados no subelemento “99”. b) A possibilidade de encaminhamento ao TCU, no prazo de 60 dias, de demonstrativos, com memória e metodologia de cálculo, do cumprimento do disposto no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art 72, da Lei nº 12.017/2009.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					
Respondido pelo Ofício nº 45/2011 COGER/GABIN/STN/MF-DF de 15 de abril de 2011: 1. Em resposta ao ofício nº 156/2011 - TCU/SEMAG, de 21 de março de 2011, que trata do Acórdão nº 1292/2010-TCU-Plenário, com a finalidade de identificar o melhor indicador para avaliação fiscal e avaliação da DPMF, temos a					

informar o que se segue.

2. a) *A possibilidade de segregação, no desdobramento dos elementos de despesa "77'e "76;" da atualização monetária e da correção cambial. atualmente agrupados no subelemento "99;.:;*

2.1. A Coordenação-Geral de Controle da dívida Pública CODIV /STN irá avaliar a possibilidade de segregação, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, e a Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT/STN, para ser implementada a partir de janeiro de 2012.

3. b) *A possibilidade de encaminhamento ao TCU, no prazo de 60 dias, de demonstrativo com memória e metodologia de cálculo, do cumprimento do disposto no § 3º do art. 5º da lei Complementar n" 10112000 c/c art. 72 da Lei n" 12.017/2009*

3.1. O Parágrafo 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 10112000, determina que "a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica. Assim, relativamente ao exercício de 2010, a Lei n" 12.017/2009, em seu art. 72, prevê que "a atualização monetária do principal da dívida pública mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2010, a variação do Índice de Preços – Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas”.

3.2. Em decorrência destes dispositivos, o cálculo da atualização monetária dos títulos que compõem a dívida mobiliária é realizado mensalmente pelo Tesouro Nacional e apropriada ao estoque ao final de cada mês, utilizando-se a metodologia descrita no documento anexo. Os cálculos são efetuados dentro do Sistema DPI - utilizado para registro e controle dos títulos que compõem a dívida pública - com apoio de planilhas em Excel, sendo os valores apurados apropriados nas respectivas contas dentro do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, conforme Notas de Lançamento que anexamos como exemplo, Cabe ressaltar que a variável atualização monetária é apenas um fator no cálculo do estoque.

3.3. As variáveis que refletem a atualização dos títulos que compõem a DPMFi são as seguintes:

a) Valor líquido: representa o financeiro emitido ou valor de emissão;

b) Atualização Monetária: atualização mensal do valor líquido pelo IGP-M. Estas duas variáveis, valor líquido e correção monetária, compõem o principal da dívida pública.

c) Encargos: composto pelo deságio, acréscimo financeiro e juros do papel.

3.4. Os demonstrativos de cálculos, para cada mês e para cada um dos títulos que compõe a dívida pública poderão ser examinados mediante acesso ao Sistema DPI e respectivas planilhas Excel, e demais documentos de apoio, se necessário.

4. Por outro lado, é importante mencionar que o efetivo refinanciamento da dívida somente ocorre quando, no vencimento de cada título, seu pagamento se dá com recursos decorrentes da emissão de um novo título. Assim, neste momento, a apuração e a contabilização do principal pago em cada título é calculado a partir dos procedimentos descritos acima, onde o valor líquido (ou de emissão) é atualizado pela variação do IGP-M verificado entre a data da emissão e de resgate.

5. Partindo-se deste procedimento, verifica-se a impossibilidade de discriminar cada urna das taxas utilizadas para o cálculo da atualização monetária de cada um dos títulos que foram refinanciados no decorrer do exercício de 2010, posto que são datas distintas e que os vencimentos podem ocorrer ao longo de todo o mês, situação em que utilizamos fatores pró-rata deste índice. Contudo, toda a documentação demonstrando o cálculo em cada um dos títulos refinanciados no exercício em questão encontra-se à disposição para exame, se necessário.

6. Conforme solicitado, anexamos demonstrativo da LTN com vencimento em 01 de janeiro de 2011, detalhando o cálculo da atualização monetária pelo IGP-M, além da Nota de Lançamento - NL dos valores no SIAFI.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC 016.774/2010-8	661/2011	9.2	DE	Ofício 173/2011, TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. determina à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que:</p> <p>9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação deste acórdão, encaminhe ao Banco Central do Brasil relação de CNPJs de órgãos, entidades e unidades gestoras do governo federal para que o Bacen elabore relação de contas bancárias abertas em nome destas entidades;</p> <p>9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da relação mencionada no item 9.1.3, encaminhe aos órgãos setoriais de administração financeira correspondentes a relação das contas bancárias abertas em nome de entidades do governo federal, orientando-os a encerrar todas as contas que não tenham embasamento legal para sua manutenção, nos termos dos arts. 1º e 2º da MP 2.170-36/2001; do art. 9º da IN STN 4/2004; do inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei 1.737/1979; e do § 5º do art. 45 do Decreto 93.872/1986;</p> <p>9.2.3. na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei 10.180/2001, oriente as setoriais financeiras e de contabilidade de órgão superior a verificar:</p> <p>9.2.3.1. todas as contas bancárias, em seus órgãos e unidades gestoras, e encerrar aquelas que não tenham embasamento legal para sua manutenção, nos termos dos arts. 1º e 2º da MP 2.170-36/2001; do art. 9º da IN STN 4/2004; do inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei 1.737/1979; e do § 5º do art. 45 do Decreto 93.872/1986;</p> <p>9.2.3.2. se o saldo das contas bancárias que tenham embasamento legal está atualizado e registrado em uma conta contábil correta do Plano de Contas da União;</p> <p>9.2.3.3. se o contrato administrativo correspondente à conta bancária aberta para depósito de caução está vigente ou se o recurso depositado deveria ser devolvido à empresa, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei 8.666/1993, com a consequente baixa do saldo registrado no Siafi;</p> <p>9.2.3.4. se as contas relacionadas com suprimento de fundos remanescentes encontram-se respaldadas pela legislação relativa ao Cartão de Pagamentos do Governo Federal, nos termos do art. 45 do Decreto 93.872/1986;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Pelo Ofício nº 47/2011/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, de 11/04/2011, foi encaminhado ao Bacen cópia do Acórdão e, via CD-ROM, relação dos CNPJ's dos Órgãos, Entidades e Unidades Gestoras do Governo Federal, conforme determinação do Tribunal de Contas da União, para elaboração da relação de contas bancárias abertas em nome dessas entidades.</p> <p>O Bacen encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional CD contendo as informações solicitadas no item 9.1.3 do Acórdão, por intermédio do expediente Audit/Gabin-2011/236, Pt 1001484642, de 19/05/2011,.</p> <p>Em 21/07/2011, foi expedido o Ofício nº 167/2011/COGER/GABIN/STN/MF-DF, que apresentou ao TCU as medidas efetivadas e em curso na STN, em atendimento ao Acórdão 661/2011.</p> <p>Informou que a Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN, da STN, de posse do arquivo contendo relação de contas bancárias fornecidas pelo Banco Central, procedeu a segregação por órgão superior (SPOA) e encaminhou Ofício a cada órgão informando acerca dessas contas e solicitando providências elencadas no referido</p>					

<p>expediente.</p> <p>Informou, ainda, que a COFIN está aguardando resposta dos órgãos com a análise dessas contas identificadas, demonstrando-se os fundamentos legais para manutenção daquelas que não forem encerradas a fim de dar continuidade ao processo de trabalho com vistas à verificação da legalidade das contas identificadas.</p> <p>Em 23/09/2011, pelo documento Audit/Gabin-2011/436, Pt 1001484642, o Bacen encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional CD contendo as informações solicitadas no item 9.1.4 do Acórdão. O referido item determinou ao Bacen reencaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria-Geral da União (CGU) nova relação especificada no item anterior no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste acórdão.</p>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC 015.497/2011-9	2097/2011 TCU/Plenário	9.5	DE	Ofício nº 345/2011 – TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
Determina à Secretaria do Tesouro Nacional que, tendo em vista o disposto no art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.976/2009, faça, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações necessárias no volume III do Manual de Demonstrativos Fiscais para que conste a metodologia de apuração das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista decorrentes de sentenças judiciais levando-se em consideração o órgão ou Poder detentor da dotação orçamentária.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					
Apresentada manifestação pelo Ofício nº 040/2011/SUCON/STN/MF-DF, de 30/12/2012.					
Estudos realizados na STN resultaram no desenvolvimento de alterações para tornar viável o cumprimento da metodologia de apuração das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista decorrentes de sentenças judiciais levando-se em consideração o órgão ou o Poder detentor da dotação orçamentária.					
Para maior transparência, e com o intuito de coadunar o demonstrativo com a determinação do TCU, o Ofício em questão informou, em detalhes, as alterações a ser efetuadas na Parte IV, Relatório de Gestão Fiscal, da 4.ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN n.º 407, de 20 de junho de 2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC 022.647/2007-3	2131/2011 – TCU – 2ª. Câmara	9.3	DE	Ofício nº 387/2011, TCU/SECEX-GO, 26/04/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
Determina à Secretaria do Tesouro Nacional que apure a adequação dos recolhimentos mencionados no item 9.1 retro para, se for o caso, proceder à sua regularização contábil, haja vista que foram efetuados mediante GRUs em favor da UG 170502 – Secretaria do Tesouro Nacional, Gestão 00001 – Tesouro Nacional, e não em favor do Fundo Nacional de Saúde					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					
O Coordenador de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Memorando nº 16/2011/GEARE/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, informou que, pelo documento SIAFI 2011ob801044, emitido em 30/05/2011 pela UG 170502, foi procedida a transferência dos recolhimentos ao Fundo Nacional de Saúde, em atendimento às recomendações constantes do Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC 010.751/2009-5	2.394/2011 TCU-Plenário	1.7.1	DE	Ofício 388/2011-TCU/Sefti, de 22/09/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
Determina à STN/MF que:					
a) nomeie formalmente, no prazo de quinze dias, os membros da Comissão de Técnica de Avaliação (CTA),					

conforme previsto no artigo 7º da Norma Operacional- STN/MF 1, de 2/2/2010;	
b) detalhe de forma consolidada, nas ordens de serviço, os cálculos que deram origem à valoração dos níveis de serviço previstos no anexo "E" (Acordo de Níveis de Serviço) do respectivo contrato, evidenciando a periodicidade de aferição, a aplicação do método de valoração, a atribuição do valor ao nível e a sanção aplicável, se houver, na aceitação e pagamento dos produtos, com vistas a comprovar que os níveis de serviço acordados foram aferidos, em cumprimento das cláusulas 3ª, item 5, e 10ª, parágrafo 3º, do Contrato 43.033/2009.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	1696
Síntese da providência adotada:	
Foi expedido o Ofício nº 265/2011/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 27/10/2011, por intermédio do qual o TCU foi informado de que a nomeação formal dos membros da Comissão Técnica de Avaliação – CTA ocorreu no mês de agosto, conforme memorando nº 104/2011/COSIS/SUCOP/STN/MF-DF, de 14 de setembro de 2011.	
Encaminhado o mencionado memorando que anexou os Memorandos de número 89/2011/COSIS/SUCOP/STN/MF-DF, 72/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF e 43/2011/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, contendo ato de nomeação dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento do Projeto Novo SIAFI.	
A Ordem de Serviço nº 002/2010, de 05/10/2010, especifica os indicadores aplicáveis a cada tipo de produto, e no item 3 – Avaliação, é apresentada a memória de cálculo de cada um dos indicadores, quando aplicável, bem como indicação de documento comprobatório (ferramenta, ata de reunião, projeto executivo, relatório ou outro).	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	TC 027.921/210-7	1039/2011 TCU/Plenário	9.1	DE	Ofício nº 582/2011 TCU/SECEX-3, de 13/05/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Descrição da Deliberação:					
Encaminha para conhecimento e providências, cópia do Acórdão nº 1039/2011 – TCU – Plenário, de 20/04/2011, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada em atendimento ao Acórdão nº 2438/2010 – TCU/Plenário, com os objetivos de identificar e avaliar os possíveis impactos da dinâmica orçamentária e financeira da Administração Pública Federal na execução dos projetos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub, TC 027.921/2010-7.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					1696
Síntese da providência adotada:					

Expedido o Ofício nº 168/2011/COGER/GABIN/STN/MF-DF, de 22/07/2011, ao TCU. No que diz respeito ao item 9.1 do Acórdão n.º 1039/2011 – TCU – Plenário, a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, da Secretaria do Tesouro Nacional, informa que a STN se manifestou quanto à contratação da referida operação em 20.08.2009, por meio do Parecer nº. 610/2009/ GERFI/ COREF/ SECAD II/ STN/ MF.

Esclareceu que, de acordo com a CODIP, o custo efetivo total da operação, quando da manifestação da STN, foi calculado em 6,354%. Considerando os desembolsos realizados até junho/2011, conforme informado pelo Comando da Marinha, o custo efetivo total passou a ser de 6,59%.

Especificamente sobre o pagamento da comissão de compromisso, a CODIP informou que até a data do Ofício, foram pagos no exercício de 2010 a quantia de EUR 21.866.296,08 e no primeiro semestre de 2011 o valor de EUR 10.387.996,71.

De acordo com os cálculos estimativos realizados pela CODIP, caso seja mantido o mesmo contingenciamento de 52,38%, serão devidos EUR 9.440.765,17 para o 2º semestre/ 2011, EUR 18.091.369,35 para o ano de 2012, EUR 17.026.885,24 para o ano de 2013 e EUR 16.008.001,51 para o ano de 2014.

A respeito do item 9.2 do Acórdão, de acordo com a Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN, a iniciativa para a proposição do ato legal caberá ao Ministério da Defesa. Trata-se da elaboração de lei ou decreto que deverá estabelecer a forma (fonte) de financiamento dos projetos prioritários elencados pela Estratégia Nacional de Defesa - END que deverá ser motivo de acompanhamento por parte das unidades da STN.

Quanto ao item 9.6 do acórdão, a COFIN informou que a utilização de recursos das fontes de compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos e pela exploração de petróleo e gás natural para a amortização da dívida teve fundamento em parecer da PGFN e decreto presidencial. Ademais, no momento, não há previsão de utilização futura desses recursos novamente para a dívida.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						1696
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
010	TC-027.805/2011-5.	3252/2011 TCU/Plenário, 07/12/2011	- de 9.1	DE	Ofício nº 450/2011 TCU/SEMAG, de 14/12/2011	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						1696
Descrição da Deliberação:						
9.1. determinar, com base no disposto no §1º do art. 1º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, aos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social que, em conjunto com o Ministério do Planejamento, evidem esforços no sentido de informar o valor do impacto fiscal das ações judiciais de natureza previdenciária e não previdenciária no anexo de riscos fiscais;						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						1696
Síntese da providência adotada:						

<p>O assunto constou da LDO 2012, anexo V, disponível no link: (http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/110812_lei_12465_anexo5_cop.pdf)</p> <p>O Acórdão 3252/2011 foi encaminhado ao Ministério da Fazenda por meio do Ofício 450/2011 TCU/Semag, para “adoção de medida cabível”, em especial o item 9.1.</p> <p>Em resposta, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda encaminhou ao TCU/SEMAG o Ofício 1348/2011 – SE-MF, de 2/12/2011, nos seguintes termos:</p> <p>Em atenção ao Ofício 450/2011 – TCU/Semag, de 14 de dezembro de 2011, venho dar ciência das determinações dessa Egrégia Corte de Contas, constantes do item 9.1 do Acórdão nº 3252/2011 – TCU – Plenário, em especial a prevista no item 9.1, no sentido de esta pasta e o Ministério da Previdência Social , em conjunto com o Ministério do Planejamento envidem esforços no sentido de informar o valor do impacto fiscal das ações judiciais previdenciária e não previdenciária no anexo de riscos fiscais.</p>
<p>Síntese dos resultados obtidos</p>
<p>A avaliação da COGER é de que não seriam necessárias providências adicionais.</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não se aplica à STN.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

I) Gestão de Haveres da União

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros -COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas implementados em conformidade com legislação específica e formalizados mediante a celebração de contrato entre as partes.

Descrição dos Haveres da União perante Estados e Municípios:

a) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas:

- **Lei nº 8.727/93** - Refinanciamento pela União de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta, a ser pago no prazo de 20 anos. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União.
- **Lei nº 9.496/97** - Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras -PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.8.2001, e suas edições anteriores;
- **MP nº 2.185/2001** - Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos;
- **MP nº 2.179/2001** - Crédito adquirido pela União do Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998.

b) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público (sem alterações)

- **BIB – Brazil Investment Bond Exchange Agreement** - Acordo celebrado com base em determinação contida no Decreto nº 96.673, de 12.09.1988, e ao amparo da Resolução Senatorial nº 96, de 11.11.1993, e por intermédio dos quais foram trocadas por bônus de emissão da União, em 31.08.1989, parcelas do principal da dívida externa, vencidas entre 1987 e 1993, de responsabilidade de entidades da administração direta e indireta dos Estados e Municípios, com garantia da União; e
- **DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos** - Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01.01.1991 a 15.04.1994, do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros,

mediante a emissão, em 15.04.1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond e Par Bond*) e um de juros (*El Bond*).

c) Retorno de Repasses de Recursos Externos: (sem alterações)

- **Acordo Brasil-França** - Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços; e
- **PNAFE** - Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de sub-empréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa.

d) Saneamento de Instituições Financeiras Federais:

- **Carteira de Saneamento** - Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento.

e) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais:

- **Participações Governamentais** - Créditos originários de participações governamentais devidas aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, originárias da exploração de petróleo e gás natural, e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12.08.2003.

f) Outros:

- **BNDES** - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15.12.2015;
- **Crédito junto à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN:** Reestruturação de dívidas de médio e longo prazos (DMLP) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União. Débito em processo de cobrança;
- **Conta de Resultados a Compensar - CRC:** Débito a ser ressarcido pela CEMIG à União relativo a créditos indevidos realizados na Conta de Resultados a Compensar. Recebimentos dependem de decisão judicial;
- **Honra de Garantia – Operação Externa:** Ressarcimento à União de dispêndios referentes à cobertura de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional em operações externas de crédito, mediante a utilização da sistemática prevista no Aviso MF nº 87, de 15.02.1985 e sucedâneos, e em operações de crédito internas. A empresa devedora dos dispêndios em questão – a Rede Ferroviária Nacional S/A – RFFSA – está em processo de inventariança. Não há previsão de recebimentos, pois o Decreto nº 6.018/2007 estabelece que estas obrigações financeiras contraídas pela extinta RFFSA serão transferidas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN (União). Por conseguinte, conforme previsão do referido Decreto, após manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno (CGU) sobre a exatidão dos valores devidos, essa dívida será baixada do SIAFI.

Recuperação de Haveres relativos a Pendências Judiciais

As operações controladas pela COAFI estão distribuídas num total de 1.610 contratos (posição de 31.12.2011) e atualmente existem 233 ações judiciais, principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc, atendem estritamente ao que a legislação específica determina, e estão claramente definidos nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”

(g.n.) Ademais, esses haveres contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curto prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A execução desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, a COAFI registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais, que suspendem parcial ou integralmente os pagamentos à União, ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução ou providência administrativa para a cobrança, impedida judicialmente. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU.

Nesse sentido a COAFI tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a COAFI antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

Conciliação Mensal dos Haveres

Visando aperfeiçoar a gestão desses haveres financeiros a COAFI/STN realiza mensalmente a conciliação dos saldos devedores dos Programas sob seu controle. Para essa conferência são confrontadas as informações contidas nos relatórios dos agentes financeiros com os recebimentos registrados nos SIAFI, sendo geradas planilhas contendo as informações para atualização do saldo devedor naquele sistema.

Com o mesmo objetivo, é verificada, por amostragem, a consistência dos recebimentos a cargo dos agentes financeiros gerando-se planilhas de conferência, conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU.

Proposta Orçamentária versus Recebimentos no exercício de 2011

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2011 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 37,89 bilhões. O exercício foi encerrado

com o recebimento de R\$ 41,86 bilhões, ou seja, realização a maior de R\$ 3,97 bilhões (10,48%) em relação ao volume orçado.

Quadro LXXX – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2011 – COAFI

R\$ mil

PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	Dif %
ACORDO BRASIL-FRANÇA	6.416,99	6.103,74	-4,88%
BIB	16.097,68	14.663,66	-8,91%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	611.971,96	563.806,93	-7,87%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	868.386,72	766.933,30	-11,68%
Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul	27.803,91	27.438,28	-1,32%
Royalties - Estado do Paraná	221.507,21	216.703,97	-2,17%
Royalties - Estado do Rio de Janeiro	1.585.521,73	1.509.729,12	-4,78%
Royalties - Estado do Espírito Santo	95.715,08	290.650,71	203,66%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	4.918.113,83	4.654.843,95	-5,35%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	3.877.431,37	5.013.691,04	29,30%
Lei nº 9.496/97	20.038.522,90	22.831.324,90	13,94%
MP nº 2.185/01	4.554.074,69	4.793.038,70	5,25%
PNAFE	81.289,14	67.300,51	-17,21%
RJ-BACEN/BANERJ	995.595,81	1.112.656,20	11,76%
TOTAL	37.898.449,03	41.868.885,01	10,48%

Gráfico I: Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 1 bilhão em 2011

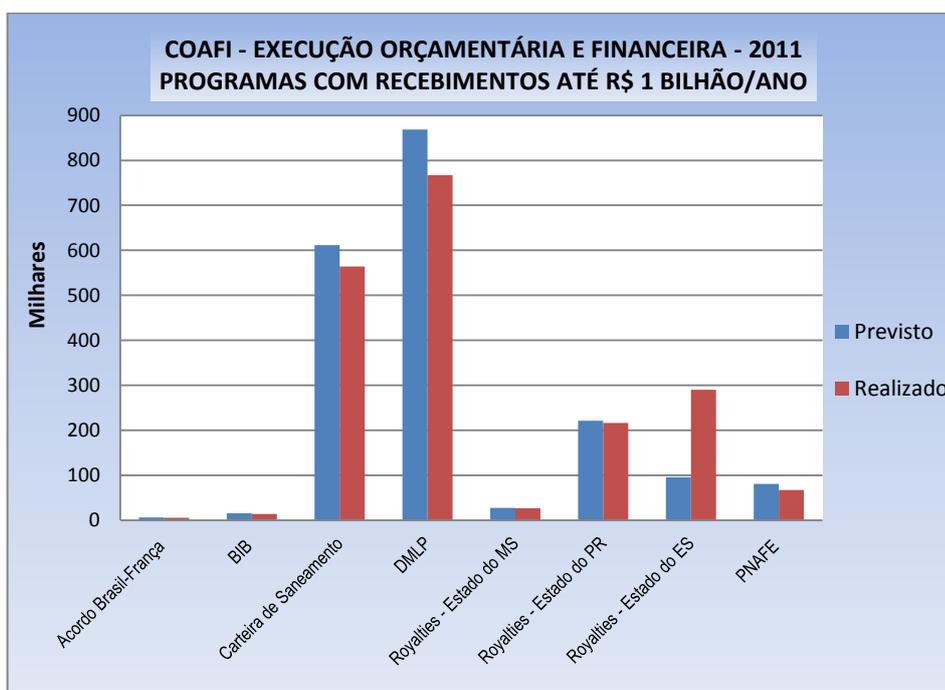
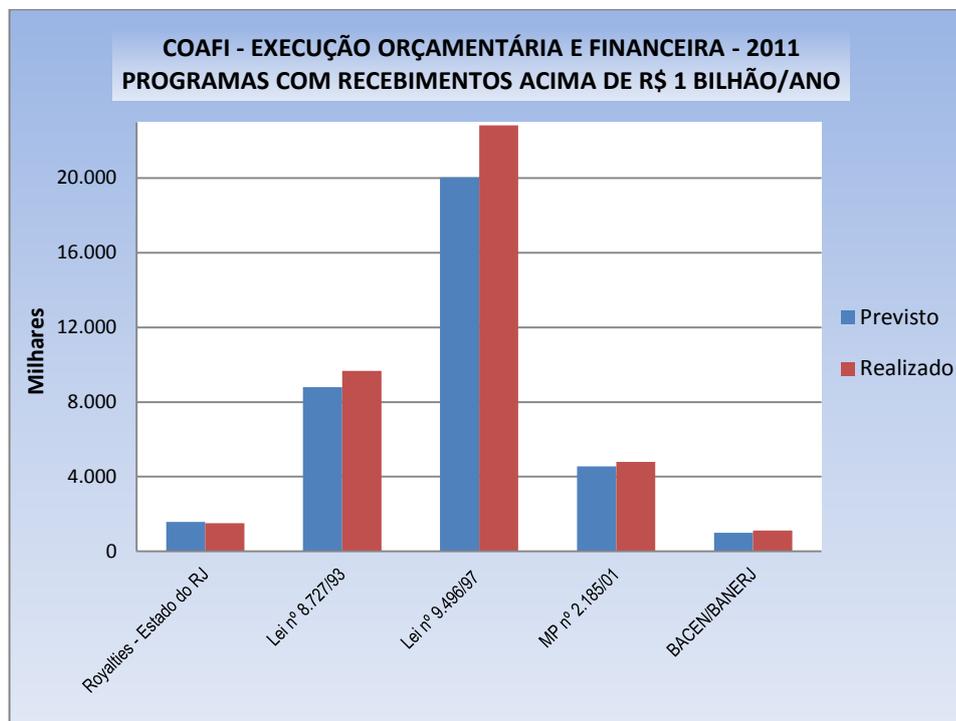


Gráfico II: Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2011



Fonte: COAFI/STN

No Quadro Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2011 – COAFI, e nos Gráficos “Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 1 bilhão em 2011” e “Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2011”, podem ser verificadas as diferenças por haver (ou grupo de haveres) entre a previsão orçamentária e os valores efetivamente recebidos em 2011. Seguem as explicações para as maiores variações:

- 1) Critérios adotados nas propostas orçamentárias:** As propostas orçamentárias são elaboradas segundo critérios conservadores, uma vez que a projeção de recebimentos é considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de amortização de sua dívida pública mobiliária interna;
- 2) Grade de Parâmetros Econômicos:** As propostas orçamentárias são construídas com base em indicadores econômicos fornecidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF/SPE (projeções para indicadores de juros, cotação do dólar e índices de preços), e pela Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COGEP (projeções para cotação do euro e do índice de preço IGP-M);
- 3) Variações na Receita Líquida Real:** Ao longo de 2011 foi verificado crescimento da Receita Líquida Real – RLR - dos Estados e Municípios, a qual é base para o cálculo do limite de comprometimento e para a cobrança de prestações mensais pela União. No caso, verificou-se no período de jan/11 a dez/11 acréscimo de 11,25% na RLR dos Estados, e acréscimo de 13,79% na RLR dos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro;

4) Variação no câmbio para os programas indexados ao dólar: A taxa média de câmbio do dólar verificada ao longo de 2011 foi inferior à taxa média projetada para o exercício. No caso, a cotação média prevista para o dólar (1US\$: R\$1,84) ficou 8,9% abaixo da cotação média verificada em 2011 (1US\$: R\$1,67), acarretando menor receita para os Programas *BIB*, *DMLP* e *PNAFE*, indexados à tal moeda.

5) Aumento na produção de petróleo - royalties do Estado do Espírito Santo: Em relação aos *Royalties* incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural do Estado do Espírito Santo, o valor recebido ficou substancialmente acima do valor previsto para 2011 (diferença de 203,6%). Isso é explicado basicamente pelo de que o aumento na produção de petróleo e gás natural em qualquer um dos campos abrangidos pelo contrato firmado entre a União e o Estado antecipa os recebimentos da União. No caso, a Petrobrás iniciou em 01.06.2010 a produção da plataforma do campo Cachalote, o que gerou reflexos financeiros para o Tesouro a partir de julho de 2010, portanto, após o envio da previsão da proposta orçamentária.

Somente no ano de 2011, esse campo antecipou à União o montante de 40 milhões de reais, o que já justifica parte da diferença entre o previsto e o realizado em 2011. Além disso, a outra parte da diferença entre o previsto e o realizado para 2011 refere-se à antecipação de valores à União referente ao aumento de produção, via exploração da camada pré sal, nos campos constantes no contrato firmado entre o Estado do Espírito Santo e a União;

6) Recebimento de valor que se encontrava pendente de pagamento por decisão judicial para a Lei nº 8.727/93: Para o caso específico da parcela da Lei nº 8.727/93 a proposta orçamentária de 2011 contemplou a expectativa de recebimento do montante adicional de R\$ 1,7 bilhão relativo à pendência judicial, com solução prevista para tal exercício. Tendo em vista a obrigatoriedade de repasse da parcela da Lei nº 8.727/93 relativa aos demais credores em até 2 (dois) dias úteis, e considerando a tendência de crescimento do valor inadimplido verificada ao longo de 2010, a estimativa de recebimento de 2011 foi efetuada considerando o repasse e também com margem de segurança em relação ao valor previsto, tendo em vista a necessidade de empenho das despesas previstas no exercício. No caso, foi previsto o valor adicional de R\$ 1 bilhão para a rubrica “Lei nº 8.727/93 – Demais Credores”.

Por outro lado, como a parcela da Lei nº 8.727/93 referente às receitas da União não gera despesa obrigatória, para tal rubrica não foi considerado o recebimento do valor da inadimplência. Com isso procurou-se evitar a frustração de receitas, tendo em vista que os recursos de tal rubrica são destinados à amortização da Dívida Pública Federal, conforme explicado no item 1.

O recebimento do valor pendente, no total de R\$ 1,98 bilhão, foi arrecadado pelo Tesouro Nacional em dez/2011, sendo que 36,36% (R\$ 720 milhões) foram classificados na rubrica “Demais Credores”, e conseqüentemente, repassados aos demais credores dois dias úteis após seu recebimento. Com esse resultado, o total recebido em 2011 na rubrica “Lei nº 8.727 – Demais Credores” ficou 5,35% abaixo do valor previsto (diferença final de R\$ 263

milhões), ao passo que o valor recebido na rubrica “Receitas da União” ficou 29,30% acima do valor previsto na proposta orçamentária, com recebimento a maior de R\$ 1,13 bilhão.

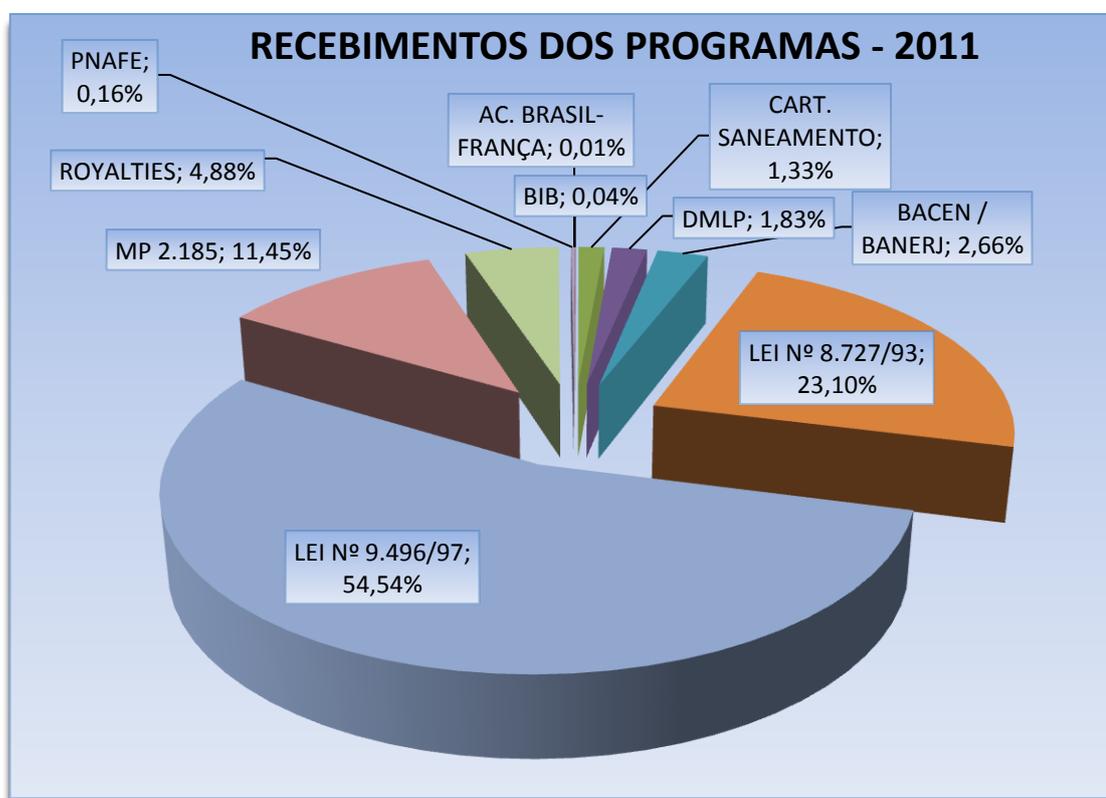
- 7) **Recebimentos a maior devido aos índices de preços – Lei nº 9.496/98 e BACEN/BANERJ:** O recebimento a maior de R\$ 2,79 bilhões (acréscimo de 13,94%) relativamente à Lei 9.496/97 decorre, principalmente, do IGP-DI verificado ao longo de 2011, o qual ficou 11,4% acima do índice previsto no cenário utilizado para a proposta orçamentária (5,01% a.a. contra 4,5% a.a.).

O mesmo foi verificado para o programa BACEN/BANERJ, também indexado ao IGP-DI. No caso, esse programa apresentou receita 11,76% acima da prevista no cenário utilizado na proposta orçamentária.

Composição dos Recebimentos e do Estoque de Haveres geridos pela COAFI

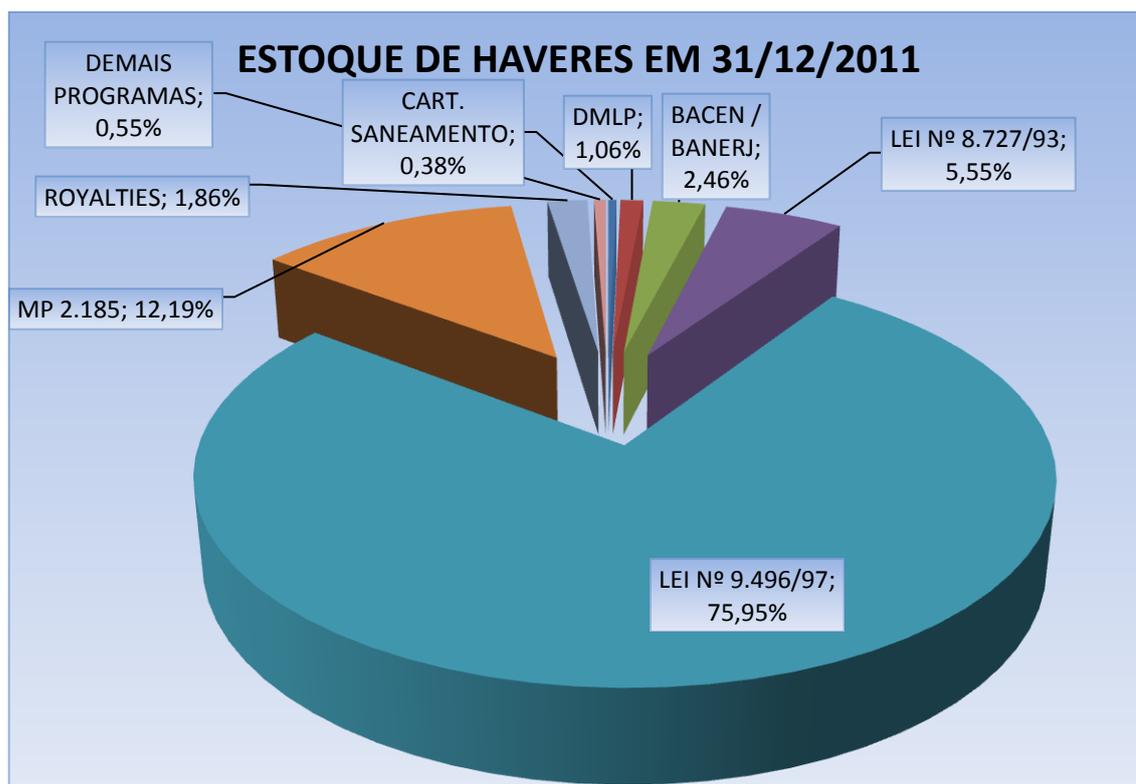
Conforme pode ser observado no Gráfico “Distribuição dos Recebimentos entre os haveres geridos pela COAFI para o exercício de 2011”, 54,54% dos recebimentos relacionados aos haveres geridos pela COAFI se referem à Lei nº 9.496/97. Além disso, observa-se que 3 (três) Programas - Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185 - corresponderam a 89% do total dos recebimentos verificados no exercício de 2011.

Gráfico III: Distribuição dos Recebimentos entre os Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2011



Fonte: COAFI/STN

Gráfico IV: Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31.12.2011



Por sua vez, os haveres ao amparo da Lei nº 9.496/97 correspondem a 75,95% do total do estoque de haveres geridos pela COAFI (valores de 31.12.2011), conforme apresentado no Gráfico “Composição dos Estoques dos haveres geridos pela COAFI em 31.12.2011”. Por outro lado, apesar dos haveres ao amparo da Lei nº 8.727 terem correspondido a 23,10% dos recebimentos em 2011 (Gráfico “Distribuição dos Recebimentos entre os haveres geridos pela COAFI para o exercício de 2011”), seu estoque corresponde apenas a 5,55% do total dos haveres (Gráfico “Composição dos Estoques dos haveres geridos pela COAFI em 31.12.2011”). Isso ocorre devido à proximidade do final desse Programa, prevista para abril/2014.

Recursos Geridos pela COPEC – Unidades Gestoras UG 170701, 170702, e 170703.

Valores em R\$1,00

UG	Ação Orçamentária	Receitas de 2011
170701		1.713.285.937
	Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Estratégicos – AGF (Lei 8.427, de 1992)	1.663.990.855
	Custeio Agropecuário (Lei 8.427, de 1992)	556.542
	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei 8.427, de 1992)	16.480.687
	Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei 8.427, de 1992)	187.571

	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	32.070.282
170702		1.001.823.346
	Programa para Promoção das Exportações - PROEX	1.001.823.346
170703		87.700.225
	Unificados Rurais	28.494.287
	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	54.868
	Alongamento da Dívida de Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)	92.591
	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP	59.058.479
TOTAL		2.802.809.507

Análise Crítica

As receitas do Pronaf vinculadas à UG 170701, R\$ 32 milhões, correspondem ao pagamento por parte dos mutuários dos créditos concedidos. Os valores em 2011 ficaram bastante abaixo do valor previsto para o ano (R\$619 milhões) pelo fato de o Banco do Brasil não ter realizado reembolso dos valores recebidos devido a um processo de validação contábil que vem sendo realizada pelo Banco. Assim, em 2012 serão reembolsados os valores pagos pelos mutuários em períodos anteriores atualizados pela SELIC.

Os valores referentes às receitas de Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Estratégicos – AGF são relativos às vendas de produtos realizadas pela CONAB. Tendo em vista os cenários de preços dos produtos agrícolas em 2011 as receitas decorrentes das vendas de produtos não alcançaram os valores projetados para o ano (R\$ 2 bilhões), chegando a 83% do previsto.

Os haveres do Proex são denominados em moeda estrangeira e são oriundos de exportações brasileiras apoiadas pelo Proex com base na Lei 10.184/2001. O objetivo é fomentar as exportações brasileiras com base em taxas compatíveis com as praticadas no mercado internacional. São elegíveis ao Proex empresas com faturamento anual de até R\$ 600 milhões, exportações oriundas de acordos bilaterais e operações a países com dificuldade de acesso a financiamento internacional.

II) Dívida Pública

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, cabendo destacar as seguintes ações:

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA - CONSULTAS

Durante o exercício de 2011, foi dada continuidade a atendimentos e consultas a respeito da Dívida Pública, em sua maioria referentes a apólices e títulos antigos com a finalidade de responder e solucionar questionamentos do público em geral – evitando, assim, ônus ao Tesouro Nacional e a terceiros de boa fé, tendo como beneficiários a Gestão da Dívida Pública e a sociedade em geral.

As consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

Classificação das Mensagens	Quantidade
Ouvidoria do MF	
Fale Conosco do Tesouro	371
E-mail Institucional	220
Total	591
Respostas através de correspondências Oficiais	
Títulos Antigos da Dívida Interna e Externa	36
Obs.: Incui consultas no âmbito do MF PFN PGFN AGU CGU PF TRT – demandas judiciais	
Total	36
TOTAL GERAL	627

Fonte: STN/CODIV – Posição em 31/12/2011

SISTEMA INTEGRADO PARA A DÍVIDA PÚBLICA - SID

Concluída em 2010, a Fase I do Sistema Integrado da Dívida Pública permitiu integrar em uma única mesma base de dados todas as dívidas contratuais e mobiliárias, internas e externas, permitindo aperfeiçoar e automatizar os cálculos das principais estatísticas da DPF, tais como estoque, prazo médio, custo médio e percentual vincendo em 12 meses.

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos submódulos da fase II, para agregar novas funcionalidades ao sistema, contemplando, em especial, atividades relacionadas a planejamento e definição de estratégia e aprimoramento da gestão de riscos, além de melhorias evolutivas nos submódulos colocados em produção. O sistema, que utiliza interface web e banco de dados relacional, quando completo, contemplará todas as principais atividades relacionadas à administração da DPF, possibilitando eliminar redundâncias de cálculos e simplificar a extração de dados e a geração de informações gerenciais, reduzindo de forma considerável riscos operacionais.

DEMAIS AÇÕES

Em 2011 foi elaborada e enviada proposta orçamentária da Dívida Pública Federal (interna e externa), para o exercício de 2012, com respectivos anexos, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a integrar o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

No decorrer do exercício de 2011 foi feito o acompanhamento da execução orçamentária o que demandou a solicitação de diversos créditos adicionais e a formalização de utilização do superávit financeiro de 2010 junto à SPOA.

A eficiência na gestão da dívida pública tem permitido a redução do risco orçamentário. Devido a uma maior integração das áreas envolvidas na elaboração da proposta e a melhor qualidade dos dados verifica-se a cada ano um gradual aumento no indicador de execução orçamentária e o conseqüente alinhamento valor entre o valor orçado e o valor executado, observado uma margem de segurança prudencial.

- a) melhoria na qualidade dos números referentes a proposta orçamentária, observado o risco orçamentário prudencial em torno de 30%.
- b) maior aderência da peça orçamentária com as diretrizes do Plano Anual de Financiamento da Dívida –PAF;
- c) maior clareza e facilidade de acompanhamento da proposta e da execução orçamentária por parte dos órgãos de controle, pelo Poder Legislativo, imprensa especializada e a sociedade civil em geral.

Em 01 de dezembro de 2011, a STN/CODIV/GEROR recebeu a visita técnica de servidores da Prefeitura Municipal de Recife/PE, das áreas de Controle da Dívida Pública e Finanças. O encontro teve por objetivo transmitir o entendimento dos modelos de gestão e a experiência no desenvolvimento dos sistemas de controle dívida pública utilizados pelo Tesouro Nacional.

Na oportunidade foram apresentados os sistemas atuais de controle (DPI, DIVIDA e ELABORA) utilizados pela Secretaria do Tesouro nacional, onde se fizeram necessárias algumas considerações a respeito de ocorrências do passado. Posteriormente, apresentamos o Sistema Integrado da Dívida – SID, com foco no detalhamento do módulo Dívida Contratual, ressaltando as lições aprendidas no processo de desenvolvimento do sistema.

Foi também realizado o monitoramento dos pagamentos da dívida externa relativos a compromissos decorrentes de empréstimos garantidos pela União, evitando a inadimplência, que resulta na aplicação de sanções financeiras por parte dos credores, e na elevação do custo Brasil. Com o Banco Mundial, há a obtenção de desconto na taxa de juros e na taxa de comissão de compromisso para mutuários que não registram atrasos superiores a 30 dias. Por parte do BID, há a possibilidade de isenção da taxa FIV – Fundo de Inspeção e Vigilância, além de se evitar a aplicação de sanções, como a suspensão de desembolsos dos contratos em vigor. No caso dos demais credores, evita-se a aplicação de juros de mora e declaração de inadimplência por parte da União, na qualidade de garantidora.

O pontual acompanhamento da liquidação de todos os compromissos decorrentes de empréstimos com a garantia da União no exercício de 2011 evitou a ocorrência de atrasos, não havendo necessidade do Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor, honrar qualquer compromisso. No caso do Banco Mundial, no ano fiscal de 01/07/2010 a 30/06/2011, estas ações significaram uma economia (waiver) em contratos da União de aproximadamente USD 12,8 milhões.

Demonstrativo de Garantias e Contragarantias da União

Contratação Direta (Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens)

A União contratou, durante o exercício de 2011, operações de crédito externo no valor total de US\$ 415,40 milhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e com o BNP Paribas S.A.

TABELA 1
FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2011

Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BNP Paribas	24/8/2011	Projeto AM-X (Ministério da Aeronáutica)	108.069.000,00
BIRD	21/9/2011	Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional	200.000.000,00
BIRD	15/12/2011	Programa de Desenvolvimento do Setor de Água – INTERÁGUA – ANA	107.332.500,00
TOTAL			415.401.500,00

Fontes:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Na tabela abaixo seguem as Doações recebidas no ano corrente.

TABELA 2
DOAÇÕES - 2011

Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BIRD	31/3/2011	Projeto de Aperfeiçoamento da Auditoria Financeira do TCU sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas da União-TCU	248.994,00
BID	6/9/2011	RFB (PR/CGU) – Doação. Projeto Observatório da Despesa Pública da Controladoria-Geral da União-ODP	626.000,00
BID	28/9/2011	RFB (MCT) – Cooperação Técnica Não-Reembolsável para Apoio à Formação de Recursos Humanos em Clima e Eventos Climatológicos Externos provocados por Mudanças Globais do Clima	400.000,00
TOTAL			1.274.994,00

Fontes:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Segue abaixo uma tabela constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2011, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

TABELA 3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2011

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	US\$ milhões							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732	5	3.125,08	1.315,00	415,40
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0	1,27
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67

Fontes:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Concessão de Garantias

Concessão de Garantias Externas:

No ano de 2011 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 2.188,93 milhões, sendo que, desse valor, 30,78% foram destinadas a Entidades Federais e 69,22% destinadas aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

TABELA 1
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2011

US\$ Milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
GARANTIAS CONCEDIDAS	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01	7.401,63	2.188,93
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	-	1.060,00	-	1.000,00	-	1.018,47	1.060,00	673,66
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54	6.341,63	1.515,27

Fonte:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Abaixo segue a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2011, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

Quadro LXXXI – Contratos de Garantias Externas – 2011

Contratos de Garantia Assinados em 2011					
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
JBIC BZ-P18	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	15/2/2011	JPY	248.335.276,59	Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista – Fase II
BIRD 7884-BR	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	24/2/2011	US\$	495.000.000,00	Projeto de Reabilitação da Distribuição – Eletrobrás
BID 2147/OCBR	Gov do Estado de Pernambuco	20/6/2011	US\$	10.000.000,00	Programa de Produção e Difusão de inovações para a Competitividade de APLs do Est do Pernambuco
BID 2500/OCBR	Gov. de São Paulo	13/7/2011	US\$	115.700.000,00	Programa Várzeas do Tietê
BID 2411/OCBR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	8/8/2011	US\$	112.000.000,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional - RJ
BIRD 8011-BR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	9/8/2011	US\$	485.000.000,00	Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS
AFD 3005	Município de Curitiba	19/7/2011	EUR	46.908.240,00	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
BID 2258/OCBR	Município de Aracaju	22/7/2011	USD	30.250.000,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - PROCIDADES
BID 2323/OCBR	Mun. de São José dos Campos	18/8/2011	USD	85.672.400,00	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos - SP
BID 2371/OCBR	Est. do Rio Grande do Sul	29/8/2011	USD	60.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul - PROFISCO - RS
BID 2520/OCBR	Município de Paranaguá	30/9/2011	USD	16.649.600,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá - PROCIDADES
KFW - COPASA	COPASA	29/11/2011	EUR	129.760.000,00	Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba
BIRD 7964-BR	Caixa Econômica Federal	5/12/2011	USD	50.000.000,00	Prog. de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
BID 2483/OCBR	Estado do Espírito Santo	21/12/2011	USD	175.000.000,00	Programa Rodoviário do Espírito Santo III
BID 2549/OCBR	Furnas - Centrais Elétricas	21/12/2011	USD	128.660.000,00	Programa de Recuperação das Hidrelétricas de Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho
TOTAL (equivalente em USD)				2.188.935.516,59	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Concessão de Garantias Internas

Em 2011, foram concedidas (formalizadas) garantias internas no montante de R\$ 4.040,66 milhões, sendo que, desse valor, 25,75% foram destinados a Estados e 74,25% a Entidades Federais.

TABELA 3
 CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2011

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
655 / PGFN / CAF	FINEP	20/6/2011	BNDES	1.000.000.000,00	Projetos de Inovação de Natureza Tecnológica
666 / PGFN / CAF	Estado da Paraíba	17/8/2011	BNDES	287.334.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado
684 / PGFN / CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/10/2011	BNDES	400.000.000,00	Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014
699 / PGFN / CAF	Estado do Rio Grande do Sul	1/12/2011	BNDES	94.192.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado
707 / PGFN / CAF	Estado do Rio de Janeiro	27/12/2011	CEF	259.138.332,31	Programa Pró-Transporte
712 / PGFN / CAF	FINEP	29/12/2011	BNDES	2.000.000.000,00	Projetos de Inovação de Natureza Tecnológica
Total				4.040.664.332,31	

Fontes:Relação de Contratos da PGFN.
 Posição: dezembro/2011.

Saldo das Garantia Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2011, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contra Garantias abaixo relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011.

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	
2011	
R\$ 1,00	
3º Quadrimestre	
Posição: 31/12/2011	
Externa	42.844.982.502,16
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	42.844.982.502,16
Agências Governamentais	3.352.485.691,14
Banco Federal	4.541.753,43
Empresas Privatizadas	6.076.758,71
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.416.934.840,72
Estatais Federais	924.932.338,28
Bancos Privados	2.166.933.677,35
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.143.549.061,47
Estatais Federais	23.384.615,88
Organismos Multilaterais	37.325.563.133,67
Empresas Privatizadas	1.339.857,17
Estados e Municípios e Entidades Controladas	26.085.857.901,15
Estatais Federais	11.238.365.375,35
Outros Credores	
Empresas Privatizadas	

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

2011

R\$ 1,00

3º Quadrimestre
Posição: 31/12/2011

Interna	71.514.905.945,60
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	33.977.503.858,07
Banco Federal	11.090.093.269,49
Banco Federal	2.991.315.685,13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.092.534.545,24
Estatais Federais	1.006.243.039,12
Estatais Federais	11.416.081.939,11
Estados e Municípios e Entidades Controladas	337.638.294,27
Itaipu Binacional	11.078.443.644,84
Fundos Credores	11.471.328.649,47
Estatais Federais	11.471.328.649,47
Outras Garantias nos Termos da LRF	37.537.402.087,53
Exportadores	19.477.363.143,55
Estatais Federais	552.368.902,45
Fundos Devedores	18.924.994.241,10
Fundos Credores	16.179.253.215,99
Estatais Federais	10.652.013.654,04
Fundos Devedores	1.245.621.167,74
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	3.781.824.461,87
Seguros Garantias	499.793.932,34
Outros Países	1.880.785.727,99
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	1.880.785.727,99
Total geral	114.359.888.447,76

Interna	71.514.905.945,60
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	33.977.503.858,07
Banco Federal	11.090.093.269,49
Banco Federal	2.991.315.685,13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7.092.534.545,24
Estatais Federais	1.006.243.039,12
Estatais Federais	11.416.081.939,11
Estados e Municípios e Entidades Controladas	337.638.294,27
Itaipu Binacional	11.078.443.644,84
Fundos Credores	11.471.328.649,47
Estatais Federais	11.471.328.649,47
Outras Garantias nos Termos da LRF	37.537.402.087,53
Exportadores	19.477.363.143,55
Estatais Federais	552.368.902,45
Fundos Devedores	18.924.994.241,10
Fundos Credores	16.179.253.215,99
Estatais Federais	10.652.013.654,04
Fundos Devedores	1.245.621.167,74
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	3.781.824.461,87
Seguros Garantias	499.793.932,34
Outros Países	1.880.785.727,99
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	1.880.785.727,99
Total geral	114.359.888.447,76

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2011, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos sete anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias.

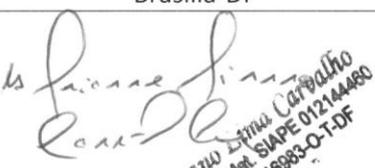
TABELA 1
EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 A 2011

US\$ milhões

Mutuário	Garantias Honradas pela União								Evolução (%)							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005/ 2004	2006/ 2005	2007/ 2006	2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009	2011/ 2010	
Administração Estadual	11,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	11,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:STN/CODIV

18 Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG :	
Secretaria do Tesouro Nacional		170.500; 170501; 170502; 170503; 170504; 170505; 170506; 170528.	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28 de março de 2012
Contador Responsável	 Adriano Lima Carvalho Contador - Matr. SIAPE 012144480 CRC-DF nº BA-016983-O-T-DF	CRC nº	BA-016983/O-1-T-DF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG :	
Secretaria do Tesouro Nacional		170007, 170403, 170453, 170508, 170510, 170512, 170515 (UGR), 170526, 170600, 170601, 170700, 170701, 170702, 170703, 170704 (UGR), 170705, 170710 (UGR), 170716 (UGR), 170722 (UGR) e 170804	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	10 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Contador - Matr. SIAPE 012144480 CRC-DF nº 0116340-9	CRC nº	011634/c-9 CRC - DF

19 Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

19.1) Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE

19.1.1) Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais

O projeto PACE executou, recursos da ordem de US\$ 7,847,129.05, em valores atualizados de acordo com a taxa de dólar informada pelo PNUD.

O Projeto BRA 04/016 tem por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, permitindo ao país alcançar um patamar de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e competitivo, a partir de uma base adequada de governança e de estabilidade macroeconômica.

Nesse sentido, contribui para a implementação e aperfeiçoamento de políticas, processos, mecanismos e instrumentos legais necessários para a obtenção de ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país.

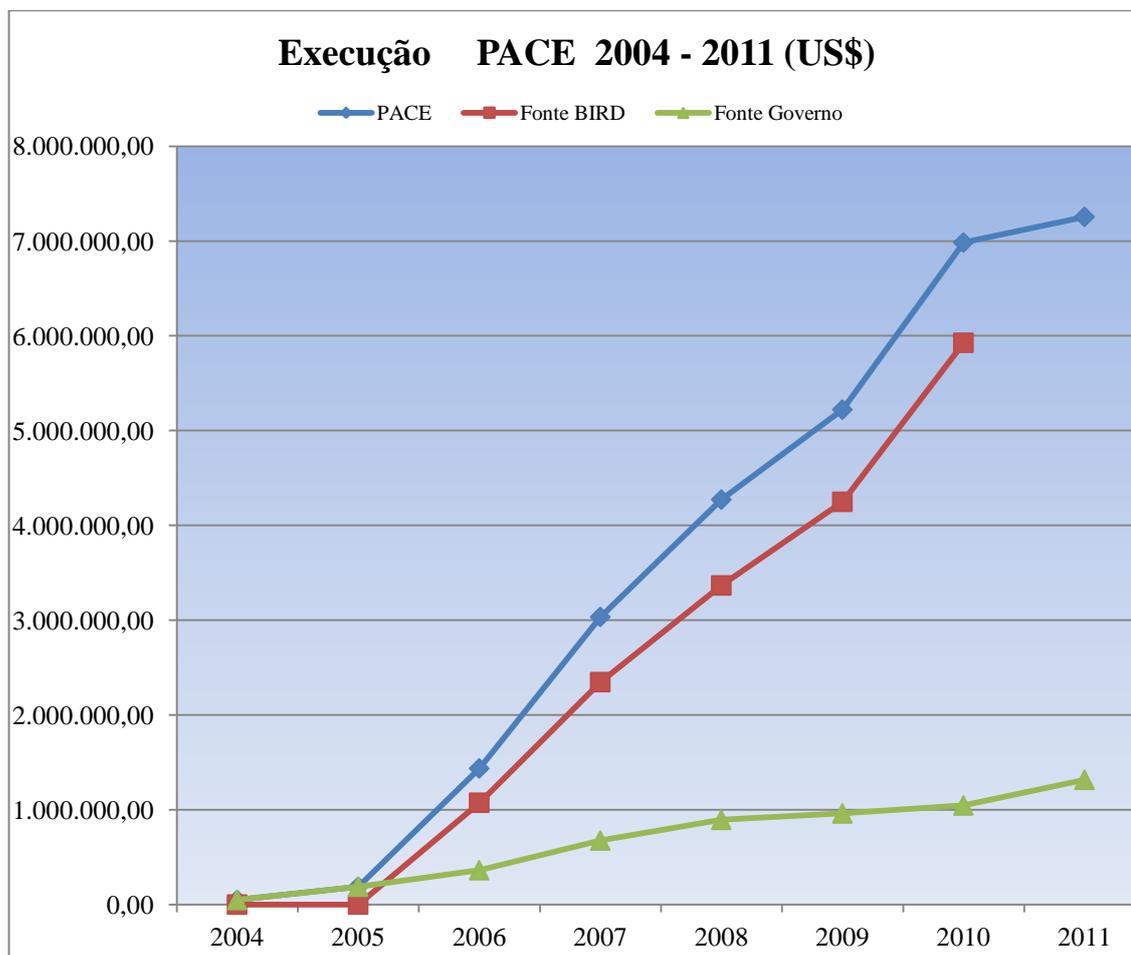
No exercício de 2011, o Projeto atuou em diversos setores, dando continuidade aos projetos já iniciados, além de complementar o resultado de produtos estabelecidos com a incorporação de novas iniciativas, utilizando recursos que atingiram um total de US\$ 502.846,74.

Após as alterações ocorridas no Projeto com o final do Acordo de Empréstimo 7253-BR, o orçamento total do projeto foi reduzido para um valor de US\$ 6.597,427.00 contabilizando-se apenas os recursos nacionais, uma vez que a partir do exercício 2011, não se utilizou os recursos do BIRD. A Revisão Substantiva “M” prorrogou a vigência do Acordo de Cooperação Técnica BRA 04/016 até 1º/07/2013.

Essa prorrogação da vigência foi importante para que se pudesse dar continuidade a projetos relevantes que estavam em andamento, em especial, o “Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional” e o “SID – Sistema Integrado da Dívida Pública – FASE II”, bem como a inclusão de um novo projeto que visa elaborar estudo sobre o “ Programa Tesouro Direto” com vistas à elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico de expansão da base atual de investidores do Programa.

O Gráfico a seguir retrata a evolução da execução de recursos desde a implementação do PACE dezembro de 2011.

Gráfico V: Execução PACE 2010 (US\$)



19.1.2) Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos

Para análise dos fatores que tiveram impacto sobre o fornecimentos dos bens e serviços objetos dos contratos por meio do Acordo de Empréstimo 7253 –BR, há que ressaltar que o projeto tem por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, envolvendo 14 entidades governamentais.

As ações implementadas até o momento, por meio de contratações, favoreceram a redução de custos logísticos, valorização do ambiente de negócios, fortalecimento a gestão de dívida e recursos públicos através da operacionalização de processos específicos, tais como: análise de risco, planejamento, estratégias, leilões, programação orçamentária e financeira) de gestão da dívida pública, realização de estudos macro-econômicos, Reformulação do Sitio da Secretaria do Tesouro Nacional, Desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados e treinamento de funcionários em diversas áreas.

Os recursos gastos, no exercício de 2011, foram utilizados na finalização de projetos da Comissão de Valores Mobiliários, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria do Tesouro Nacional:

- Estudos para avaliar e aumentar o grau de educação financeira do investidor brasileiro (CVM/MF);
- Formulação de estratégias e políticas regulatórias (CVM/MF);
- Construção de uma Taxonomia de Organizações de Administração Pública Brasileira (MPOG/MF)
- Documentação de sistemas legados em produção na STN, que foram desenvolvidos através da ferramenta computacional DELPHI (STN/COSIS);
- Desenvolvimento e adequação em soluções de banco de dados (STN/COSIS);
- Especificação, desenvolvimento e implantação da Segunda Fase do SID – Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública (STN/CODIV);
- Definição para a contratação de solução informatizada para gestão de RH (STN/CODIN); e,
- Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/CODIN).

As ações citadas tiveram seus recursos distribuídos, no exercício de 2011, como se segue:

Quadro I - Execução 2011 - BRA 04/016/ PACE (US\$)

Atividade	Implementador	Projetos	Gastos
Atividade 2 – Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE	Comissão de Valores Mobiliários	“Estudos para avaliar e aumentar o grau de educação financeira do investidor brasileiro” e “Formulação de estratégias e políticas regulatórias”	218.055,00
	Secretaria do Tesouro Nacional	“Documentação de sistemas legados em produção na STN, que foram desenvolvidos através da ferramenta computacional DELPHI”; “Desenvolvimento e adequação em soluções de banco de dados”; “Especificação, desenvolvimento e implantação da Segunda Fase do SID – Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública”; “Definição para a contratação de solução informatizada para gestão de RH” ; e “Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional”	187.058,27
	Comissão de Valores Mobiliários	“Estudos para avaliar e aumentar o grau de educação financeira do investidor brasileiro”	1.544,39

	Comissão de Valores Mobiliários	“Estudos para avaliar e aumentar o grau de educação financeira do investidor brasileiro”	266,23
	Secretaria do Tesouro Nacional	“Especificação, desenvolvimento e implantação da Segunda Fase do SID – Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública”;	60.907,73
	BRA-National Execution	Custos PNUD	400
	BRA-National Execution	Custos PNUD	16.565,24
	Secretaria do Tesouro Nacional	Custos Variação Cambial	273,92
	Comissão de Valores Mobiliários	Custos Variações cambial	22,03
SubTotal			456.931,18
Atividade 5 - Unidades de Execução e Coordenação adequadamente organizadas para a implementação e execução do Programa PACE	BRA-National Execution	Acerto	-54,64
	Unidade de Coordenação do PACE	Passagens aéreas	4.916,52
	Unidade de Coordenação do PACE	Custos de publicação	6.880,80
	BRA-National Execution	Custos PNUD	590,54
	Unidade de Coordenação do PACE	Custos Variação Cambial	-144,33
SubTotal			12.188,89
Atividade 6 – Adoção e/ou aperfeiçoamento, por parte dos poderes Executivo e Legislativo, de políticas, processos, mecanismos e peças de legislação necessários para se propiciar ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	“Construção de uma Taxonomia de Organizações de Administração Pública Brasileira”	26.293,78
	001364-BRA-National Execution	Custos PNUD	1.314,69
SubTotal			27.608,47
Total			502.846,74

Fonte: Sistema Extranet – PNUD

O conjunto dessas ações abrem novas perspectivas para a economia brasileira, permitindo maiores possibilidades para o aprimoramento da política fiscal, por meio da criação de ambiente mais propício ao investimento, com menor grau de complexidade administrativa e maior eficiência na utilização do gasto público.

19.1.3) Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE

Quadro LXXXII – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo	BRA 04/016

a) Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto” - PACE

Quadro LXXXIII – Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” - PACE

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000776					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento e adequação do Sistema SISMIP, em banco de dados ACCESS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/09/2010	21/03/2011	70.000,00	35.000,00	49.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Desenho da nova rotina de importação e atualização mensal de dados			27/10/2010	7.000,00	
Produto 2 – Implantação da nova rotina de importação e atualização mensal de dados			15/12/2010	14.000,00	
			20/12/2010	14.000,00	
Produto 3 – Implantação dos novos relatórios gerenciais do sistema			31/01/2011	17.500,00	
Produto 4 – Atualização de toda documentação dos setor de rodovias			04/03/2011	17.500,00	
Produto 5 – Atualização de toda documentação dos outros setores					
Consultor contratado					
Nome do consultor: André Luiz Moreira Persegona				CPF: 802.178.341-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve atraso na entrega de produto que não comprometerá a execução do contrato.					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000549					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados - sistemas legados Delphi					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/07/2010	25/04/2011	49.000,00	49.000,00	16.660,00	16.660,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Conjunto de artefatos de requisitos- SAC			13/08/2010	6.370,00	

Produto 2 – Conjunto de artefatos de projeto e construção – SAC	13/09/2010 15/10/2010	7.350,00 7.350,00
Produto 3 – Documentação do usuário – SAC		
Produto 4 – Conjunto de artefatos de requisitos – RECOOP	06/12/2010	11.270,00
Produto 5 - Conjunto de artefatos de projeto e construção – RECOOP	31/12/2010	8.330,00
Produto 6 - Documentação do usuário – RECOOP	31/12/2010	8.330,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Josimar Guedes de Carvalho		CPF: 289.752.351-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Não houve entrega de produtos no exercício de 2010 . Contrato foi prorrogado, mas houve prejuízo na entrega de produtos		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000146					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados - Access					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/03/2010	15/02/2011	80.000,00	80.000,00	6.666,67	80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Conjunto de artefatos de requisitos – Grupo 1			24/05/2010	6.666,67	
Produto 2 - Conjunto de artefatos de projetos – Grupo 1			03/05/2010	3.333,33	
Produto 3 – Construção – Grupo 1			16/06/2010	10.000,00	
Produto 4 - Conjunto de artefatos de requisitos – Grupo 2			21/06/2010	6.666,67	
Produto 5 - Conjunto de artefatos de projetos – Grupo 2			09/07/2010	3.333,33	
Produto 6 – Construção – Grupo 2			17/08/2010	10.000,00	
Produto 7 - Conjunto de artefatos de requisitos – Grupo 3			27/09/2010	6.666,67	
Produto 8 - Conjunto de artefatos de projetos – Grupo 3			04/10/2010	3.333,33	
Produto 9 – Construção – Grupo 3			11/11/2010	10.000,00	
Produto 10 - Conjunto de artefatos de requisitos – Grupo 4			16/02/2011	6.666,67	
Produto 11 - Conjunto de artefatos de projetos – Grupo 4			30/11/2010	3.333,33	
Produto 12 – Construção – Grupo 4			10/12/2010	10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcelo Lima Bittencourt				CPF: 611.475.591-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato sofreu prorrogações					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000837					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de metodologia de análise de impacto regulatório para a CVM					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/10/2010	30/06/2011	172.050,00	146.242,50	25.807,50	172.050,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Revisão Bibliográfica e fundamentação teórica para metodologia a ser desenvolvida			15/12/2010	25.807,50	
Produto 2 – Propor metodologia para a realização de estudos de análise de impacto regulatório			28/01/2011	25.807,50	
			29/03/2011	51.615,00	

Produto 3 – Aplicar a metodologia desenvolvida no produto 1 em dois casos selecionados pela CVM.	28/04/2011	34.410,00
Produto 4 - Elaborar proposta de alteração de procedimento atual de trâmite de projetos.	30/06/2011	34.410,00
Produto 5 – Capacitar até 10 servidores da CVM na utilização da metodologia proposta		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ivan Cesar Ribeiro	CPF: 116.699.688-39	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve atraso na entrega de produto que não comprometeu a execução do contrato.		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000836					
Objetivo da consultoria: Rever e construir o material pedagógico para o Ensino Fundamental - "Aumentar o Grau de Educação Financeira do Investidor Brasileiro".					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/10/2010	30/06/2011	98.000,00	73.500,00	78.400,00	98.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento técnico contendo proposta de estratégia de ensino da educação financeira para o ensino fundamental			20/10/2010	4.900,00	
Produto 2 – Três módulos (conteúdos didáticos) adaptados ao ensino fundamental brasileiro, referente a três anos do EF.			03/12/2010	19.600,00	
Produto 3 – Três módulos (conteúdos didáticos) adaptados ao ensino fundamental brasileiro, referente a mais três anos do EF.			20/01/2011	19.600,00	
Produto 4 – Três módulos (conteúdos didáticos) adaptados ao ensino fundamental brasileiro, referente a três anos do EF.			15/03/2011	19.600,00	
Produto 5 – Dois livros do Professor, um para o Fundamental 1 (1º ao 5º ano) e outro para o Fundamental 2 (do 6º ao 9º ano)			10/05/2011	19.600,00	
Produto 6 – Projeto Pedagógico adaptado ao ensino fundamental, com base na proposta para o ensino médio já desenvolvida			14/12/2010	14.700,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alzira de Oliveira Reis e Silva				CPF: 741.788.227-72	

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000835					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de estudos prospectivos em mercado de capitais - PROCVM.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/10/2010	30/06/2011	172.000,00	129.000,00	129.000	172.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
PRODUTO 1 – Criar uma base de dados estruturada com informações e avaliações estatísticas			15/12/2010	43.000,00	
PRODUTO 2 – Metodologia para realização de estudos para assessoramento econômico			28/01/2011	43.000,00	
			28/04/2011	34.400,00	

PRODUTO 3 – Aplicar a metodologia desenvolvida no produto 2	30/05/2011	25.800,00
PRODUTO 4 –Proposta de estrutura e procedimentos para as ASE.		
PRODUTO 5 –Relatório de conjuntura de mercado de capitais, em português e inglês.	30/06/2011	25.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: William Eid Júnior		CPF: 022.724.448-65
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Valores em US\$ 1,00

Código do Contrato: 2009/000932					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudos sobre taxonomia dos modelos organizacionais da administração pública brasileira.					
Período de Vigência		Remuneração – US\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/09/2009	30/06/2011	65,734.42	0,00	26.293,78	39.440,64
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor US\$
Produto 1 – Percepção dos atores políticos e accountability			30/09/2009		16,433.60
Produto 2 – Instrumento de controle social e de participação			30/10/2009		23,007.04
Produto 3 –Modelos organizacionais: Controle político e social e participação.			31/11/2009		16,433.60
Produto 4 –Workshop			31/12/2009		9,860.18
Consultor contratado					
Nome do consultor: Nuria Cunill Grau				CPF: Nacionalidade Chilena	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato sofreu prorrogação e houve atraso na entrega de produto que não comprometeu a execução do contrato. Consultor internacional. Contrato pago em dólar.					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2009/001124					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudos sobre taxonomia – Economia política dos modelos de análise do arcabouço e das práticas.					
Período de Vigência		Remuneração –			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/11/2009	30/06/2011	50.265,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Glossários de conceitos para análise dos modelos organizacionais em termos do desempenho da accountability.			27/11/2009		12.566,25
Produto 2 – Analise de arcabouços institucionais, incentivo ao desempenho e economia política dos modelos organizacionais			30/11/2009		17.592,75
Produto 3 –Revisão dos modelos organizacionais – APB			31/12/2009		12.566,25
Produto 4 - Workshop			30/12/2009		7.539,75
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcos Fernandes Gonçalves da Silva				CPF: 106.859.198-62	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato sofreu prorrogação e houve atraso na entrega de produto, justificado pelo Nota Informativa 382-DAÍ/SEGES/MPOG. Contudo não houve entrega dos produtos.					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000864					
Objetivo da consultoria: Realizar estudos técnicos que subsidiem a STN na definição e contratação de solução informatizada de Gestão de Recursos Humanos- Perfil DBA					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/10/2010	30/11/2011	40.000,00	22.432,35	38.344,82	40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Planejamento das atividades			29/10/2010	1.655,18	
Produto 2 – Saneamento da base de dados			30/11/2010	4.991,63	
Produto 3 – Modelagem e carga da base de dados			30/12/2010	10.890,84	
Produto 4 – Desenvolvimento de relatório gerenciais.			31/01/2011	22.462,35	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcos de Moura Gonçalves				CPF: 917.645.641-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato e houve atraso na entrega de produto que não comprometeu a execução.					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2010/000372					
Objetivo da consultoria: Estudos técnicos que subsidiem a STN na definição e contratação de solução informatizada de gestão de Recursos Humanos – Perfil Consultor					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2010	21/12/2011	160.000,00	160.000,00	107.200,00	107.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto N1 - Elaboração do plano do projeto			07/06/2010	4.800,00	
Produto N2 – Mapeamento de macroprocessos			05/07/2010	16.000,00	
Produto N3 – Prop. melhoria em proces e estr. organ.			30/07/2010	14.400,00	
Produto N4 – Diagnóstico de TI			01/09/2010	17.600,00	
Produto N5 – Descrição das ações curto prazo			08/11/2010	54.400,00	
Produto N6 – Definição dos requisitos			25/10/2010	6.400,00	
Produto N7 – Prospecção de soluções de TI existentes			03/11/2010	8.000,00	
Produto N8 – Descrição da estrat. p/ automação do macro-processo de gestão de RH.			30/11/2010	38.400,00	

Valores em R\$ 1,00

Consultor contratado	
Nome do consultor: Oswaldo Noman	CPF: 102.305.806-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Apesar da prorrogação, a execução do contrato ficou comprometida e o contrato foi rescindido.	
Código do Contrato: 2011/000194	
Objetivo da consultoria: Consultoria de programação DBA e banco de Dados Access	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/06/2011	30/03/2012	78.400,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Avaliação, documentação e implementação de melhorias no banco de dados do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI			25/07/2011	10.000,00	
Documentação e Implementação de melhorias visando a integração, ao SIAFI, das rotinas de pagamento do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI			22/08/2011	8.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades relativas à Compra antecipada de moeda estrangeira e buyback.			04/10/2011	12.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades objetivando a Geração da Programação Financeira (incluindo o controle dos 1500 dias).			18/11/2011	12.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades objetivando a Geração da Programação Orçamentária (incluindo o controle dos 1500 dias).			23/12/2011	10.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando o controle de Compra de Moeda Estrangeira			20/01/2012	8.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades relativas à geração de dados de registro da Liberação Financeira e Controle de Recursos Financeiros			13/02/2012	6.400,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando o suporte ao controle de fluxo de caixa e geração de relatórios utilizados no Comitê da Dívida Pública.			06/03/2012	6.000,00	
Documentação e implementação de Relatórios Gerenciais			27/03/2012	6.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcelo Lima Bittencourt				CPF: 611.475.591-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato se deu sem problemas, na entrega dos produtos.					

19.2) Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEEF

19.1.2) Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais

A partir do exercício de 2011, o Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD, passou a ser gerenciado pela UCP/STN, de acordo com o disposto na Portarias STN/MF nº 39,40,41 de 18/01/2011.

Inicialmente, destinados à contratação de serviços especializados de consultoria voltados para o desenho e implantação de metodologias de monitoramento, desenvolvimento de sistemas e treinamento de técnicos dos quadros das entidades envolvidas, assim como para a aquisição de bens. Desta forma, estes recursos contribuiriam decisivamente para que a STN, por meio da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos/ COAPI-STN, melhorasse sua capacidade de avaliação e monitoramento dos investimentos públicos, considerando aspectos de eficiência, estruturando fisicamente a sistemática que permitiria consolidar suas ações nesta área.

Contudo, as prioridades governamentais com relação ao monitoramento e avaliação da execução de projetos tomaram outros rumos que prescindiram da participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional no desenvolvimento de um sistema com esse objetivo, permitindo, então que o projeto passasse a focar suas atenções nas outras vertentes da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecidas no Acordo de Empréstimo que visam identificar oportunidades para melhorar a eficiência dos gastos públicos, por meio, inclusive, do aprimoramento do seu corpo gerencial e técnico, mediante treinamento e capacitação.

Por meio da Revisão Substantiva “F”, o orçamento do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024 foi alterado, passando a incluir apenas recursos nacionais. Seu valor passou a ser da ordem de US\$ 9,071,747.03 e sua vigência foi prorrogada para 31/12/2012. Além disso, foram estabelecidas novas ações no âmbito do Projeto, no que diz respeito à Secretaria do Tesouro Nacional, possibilitando, assim, uma retomada na execução do Projeto.

19.1.2) Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos

Por meio da Revisão Substantiva “F”, foi possível a implementação de novas ações no âmbito do Projeto, no que diz respeito à Secretaria do Tesouro Nacional, possibilitando, assim, uma retomada na execução do Projeto.

Dentre as ações executadas, inclui-se:

- Manutenção Evolutiva do Sistema Integrado da Dívida Pública: foi firmado contrato com a empresa DBA Engenharia de Sistemas Ltda, no valor de R\$ 899.987,00;
- Ações de treinamento e capacitação de servidores da Secretaria do Tesouro Nacional:
 - MBA Executivo e Empresarial;
 - Programa de Gestão Avançada;
 - Formação de Moderadores.
- Desenvolvimento inicial do Projeto de Gestão Integrada de Riscos;
- Estudos para Avaliação da qualidade do gasto público nas áreas de saúde e educação.

A execução no exercício de 2011 atingiu um monte de US\$ 360.992,60, conforme especificado no Quadro II. O Gráfico VI mostra a evolução da execução ao longo do projeto que entrou em vigor em 2006.

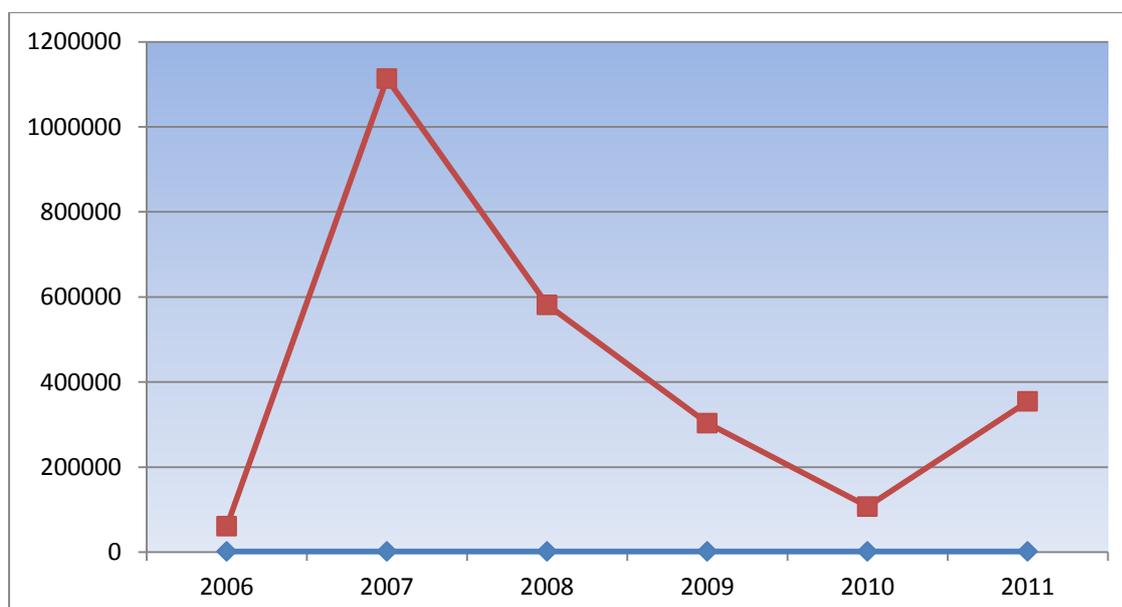
Quadro II – Execução 2011-PREMEF/ BRA 06/024 (em US\$)

Atividade	Projeto	Gastos
Atividade 10 – Atualização e Monitoramento de procedimentos na administração financeira	Capacitação em estratégia e Inovação para os Negócios – MBA Executivo e Empresarial	67.138,74

Atividade 10 – Atualização e Monitoramento de procedimentos na administração financeira	Custos de Publicação	4.710,92
Atividade 10 – Atualização e Monitoramento de procedimentos na administração financeira	Variação Cambial	-162,89
SubTotal		71.686,77
Atividade 13 – Sistema Integrado da Dívida Pública - SID	Instituir a manutenção Evolutiva do SID	170.193,18
SubTotal		170.193,18
Atividade 14- Gestão Integrada de Riscos da STN	Diagnóstico e desenvolvimento da metodologia para integração de riscos	34.186,15
SubTotal		34.186,15
Atividade 7 – Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos com foco na melhoria na eficiência dos gastos públicos	Passagens aéreas	1.754,97
	Cursos de Aperfeiçoamento Gerencial – Gestão Avançada	41.419,75
	Custos de Publicação	160,13
	Custos de Variação Cambial	215,47
SubTotal		43.550,32
Atividade 8 – Identificação de mecanismos para tomada de decisão e para avaliação de políticas públicas	Políticas Públicas - Estudos para Avaliação da qualidade do gasto público nas áreas de saúde e educação	8.064,52
SubTotal		8.064,52
Atividade 9 – Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria de eficiência e eficácia da administração financeira	Formação de Moderadores	24.528,30
	Custos de Variação Cambial	503,79
SubTotal		25.032,09
Total		360.992,60

Fonte: Sistema Extranet/PNUD

Gráfico VI – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)



Para o exercício de 2012, será dada continuidade aos Projetos referentes ao Sistema Integrado da Dívida Pública e à finalização da reformulação do Sítio do Tesouro Nacional, além de se concentrarem os esforços em projetos que vão atender à implantação do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais, tais como o desenvolvimento de uma taxonomia em XBRL (Extensive Business Reporting Language); Estudos sobre a avaliação da qualidade do gasto público; e Aprimoramento do Clima Organizacional do Tesouro Nacional dentre outros.

19.1.3) Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito do Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais - PREMEF

Quadro LXXXIV – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais	BRA 06/024

a) Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto” - PREMEF

Quadro LXXXV – Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” - PREMEF

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2011/000328-00					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor sênior para o desenvolvimento da fase inicial do projeto de gestão integrada de riscos na Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2011	27/02/2012	140.000,00	92.400,00	77.000,00	77.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1 Plano de Trabalho Detalhado			12/09/2011	4.200,00	
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos -2.1 Subsecretaria da Dívida Pública			01/11/2011	14.000,00	
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.2 Subsecretaria de Política Fiscal			01/11/2011	14.000,00	

2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.3 Subsecretaria de Relações Financeira Intergovernamentais	01/11/2011	14.000,00
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.4 Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais	16/12/2011	15.400,00
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.5 Subsecretaria de Contabilidade Pública	16/12/2011	15.400,00
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.6 Subsecretaria de Assuntos Corporativos	16/12/2011	15.400,00
3 Relatório em meio físico e magnético, contendo a identificação e descrição		
4 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) avaliação das	05/01/2012	19.600,00
	24/02/2012	28.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Diógenes Álvares		CPF: 636.185.831-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2011/000480-00					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor sênior para o desenvolvimento da fase inicial do projeto de avaliação da qualidade do gasto público, focando nas áreas finalísticas de Saúde e Educação. É essencial que haja a transferência de tecnologia de modo que a Secretaria do Tesouro Nacional esteja apta a replicar os resultados apresentados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/10/2011	30/05/2012	150.000,00	30.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

1. Apresentação de Projeto de pesquisa na STN, em meio magnético, contendo: i) Plano de trabalho, metodologia e fontes de dados para o artigo de qualidade do gasto público em saúde; ii) Plano de trabalho, metodologia e fontes de dados para o artigo de qualidade do gasto público em educação.	24/11/2011	15.000,00
2. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo revisão da literatura científica a respeito da qualidade do gasto público em educação, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN.	26/12/2011	15.000,00
3. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo revisão da literatura científica a respeito da qualidade do gasto público em saúde, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN.	26/01/2012	15.000,00
4. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do artigo sobre a qualidade do gasto público em educação bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas.	12/03/2012	22.500,00
5. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do artigo sobre a qualidade do gasto público em saúde bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas.	29/03/2012	22.500,00
6. Apresentação da minuta dos artigos na STN.		
7. Relatório em meio físico e magnético, contendo: i) artigo sobre qualidade do gasto público em saúde a ser submetido à Série de Textos para Discussão da STN em co-autoria com os analistas da STN envolvidos no projeto; ii) artigo sobre qualidade do gasto público em educação a ser submetido à Série de Textos para Discussão da STN em co-autoria com os analistas da STN envolvidos no projeto.	27/04/2012 30/05/2012	15.000,00 45.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fabiana Rocha		CPF: 491.704.226-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato e houve atraso na entrega de produto que não comprometeu a execução.		